



Cenibra alcança recorde de produção em Belo Oriente

Empresa atingiu um volume de 1,27 milhão de toneladas de celulose e papel em 2020

Estimulada pelo crescimento da demanda por celulose e papel, itens considerados essenciais no combate à pandemia da Covid-19, a Cenibra bateu o recorde de produção em 2020 na planta de Belo Oriente, no Vale do Aço. O volume chegou a 1,27 milhão de toneladas, 50 mil toneladas a mais do que o volume previsto para o exercício.

A empresa operou durante todo o ano passado com a meta de utilizar a capacidade máxima instalada. O diretor industrial e técnico da Cenibra, Júlio César Ribeiro, afirma que o foco em 2021 será a modernização das suas linhas de produção. Apesar do aumento da procura, segundo ele, os preços permaneceram baixos no ano passado porque a celulose é uma *commodity*, mas já está havendo uma recuperação nas cotações no mercado internacional. **Pág. 3**



A Cenibra elevou a produção de papel e celulose para atender à demanda por itens essenciais no combate à Covid-19

Cibra compra a fábrica de fertilizantes da Heringer

A Cibra, empresa controlada pelo grupo americano Omimex e sediada em Salvador, fechou a aquisição da fábrica da Fertilizantes Heringer em Uberaba, no Triângulo, por R\$55 milhões. A negociação depende ainda da aprovação do Cade. A compra faz parte do plano de expansão da companhia, que é atingir uma produção de 2,5 milhões de toneladas até 2025. **Pág. 7**

ARTIGOS **Pág. 2**

A endogenia da economia mineira

(José Eloy dos Santos Cardoso)

A prisão do deputado; o PL 191

(Cesar Vanucci)

Exportações de minério de ferro crescem

(Jerri Alves)

EDITORIAL

A semana que termina foi, para os brasileiros, diferente em mais de um sentido. Primeiro, Carnaval sem Carnaval e, teoricamente, sem feriados; segundo, com a calma política apagada por um deputado federal bolsonarista com ataques diretos e reincidentes ao Supremo Tribunal Federal e seus ministros, defendendo sua remoção e, se não fosse o bastante, reclamando a volta do Ato Institucional número 5. Preso em flagrante, o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) conseguiu, mesmo com sua casa em Petrópolis já ocupada pela Polícia Federal, colocar no ar um segundo vídeo, renovando ataques e ameaças. **“No limite da fervura” Pág. 2**



A liberação de recursos do PAP para a pecuária mineira em 7 meses da safra atual somou R\$ 5,87 bilhões

Desembolsos de crédito rural para Minas Gerais têm aumento de 8%

A liberação de recursos do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para Minas Gerais, nos sete primeiros meses da safra 2020/21, cresceu 8% frente a igual período da safra anterior. Os desembolsos chegaram a R\$ 17,49 bilhões e corresponderam a 13% do montante nacional, que foi de R\$ 135,11 bilhões, com elevação de 17%. No Estado, o crédito rural destinado à agricultura somou R\$ 11,61 bilhões, com alta de 7%. Já a pecuária recebeu R\$ 5,87 bilhões, um avanço de 9%. A maior demanda em Minas foi da linha de custeio, que foi contemplada com R\$ 9,7 bilhões, um aumento de 8%. **Pág. 10**

Fiat chega à marca de 15 milhões de transmissões

Apesar das perdas de quase 30% em 2020, da escassez de peças e insumos, dos preços elevados e das novas restrições em função da pandemia neste início de ano, a fábrica da Fiat em Betim acaba de alcançar a marca de 15 milhões de transmissões produzidas e está prestes a inaugurar a planta de motores turbo. A meta é crescer em 2021. No ano passado, saíram da linha de montagem 320 mil unidades. A expectativa para este ano é de que a produção aumente 60%, ultrapassando 500 mil transmissões. **Pág. 6**



A proibição de realizar festas infantis na Capital provoca a extinção de casas especializadas

Maioria dos buffets infantis encerra as atividades em BH

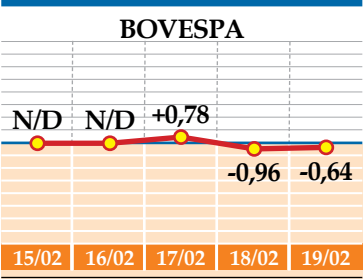
Diante da suspensão das atividades há quase um ano na Capital, os buffets de festas infantis acumulam prejuízos e são obrigados a fazer demissões em massa. A estimativa é de que 70% das casas que funcionavam na capital mineira fecharam as portas definitivamente, com a dispensa de pelo menos 60% dos funcionários. Um grupo com mais de 250 empresas do setor foi criado em março do ano passado para elaborar reivindicações e estratégias conjuntas junto à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) na tentativa de sobreviver durante o distanciamento social. Hoje, elas são apenas 100. **Pág. 11**



Dólar - dia 19
Comercial
Compra: R\$ 5,3849 Venda: R\$ 5,3854
Turismo
Compra: R\$ 5,4270 Venda: R\$ 5,5630
Ptax (BC)
Compra: R\$ 5,3918 Venda: R\$ 5,3924

Euro - dia 19
Compra: R\$ 6,5386 Venda: R\$ 6,5415
Ouro - dia 19
Nova York (onça-troy): US\$ 1.782,48
BM&F (g): R\$ 309,34

TR (dia 22):	0,0000%
Poupança (dia 22):	0,1159%
IPCA-IBGE (Janeiro):	0,25%
IPCA-Ipead (Janeiro):	0,93%
IGP-M (Janeiro):	2,58%





A endogenia da economia mineira

JOSÉ ELOY DOS SANTOS CARDOSO *

“Minas Gerais apresenta hoje um quadro econômico e social mais dramático do que em 1960”, escreveu o economista e professor Paulo Haddad em um dos trechos de artigo publicado janeiro. Em outro artigo, ele escreveu: “Uma experiência histórica de desenvolvimento endógeno: o papel de um diagnóstico na redenção da economia mineira”, em referência ao Diagnóstico da Economia Mineira publicado em 1968 pelo BDMG. Algumas publicações brasileiras vêm ultimamente citando várias estatísticas ou diagnósticos das economias brasileira ou mineira e até fazendo comparações, principalmente as do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas ou da Fundação João Pinheiro. Sem apontar soluções, os números serão apenas números. O que Minas e o Brasil precisam são soluções e não de estatísticas e comparações.

O economista Paulo Haddad foi um dos artífices da economia mineira nos anos 70/80, quando ocupou os cargos de presidente da Fundação João Pinheiro e secretário de Estado de Planejamento e não se conforma com a falta de oportunidades para que as pessoas possam ter acesso ao

mercado de trabalho. Nos áureos tempos do processo de desenvolvimento mineiro, ao lado do engenheiro Silviano Cançado Azevedo, tivemos uma participação ativa no desenvolvimento da economia, quando procuramos colocar na cabeça das pessoas que um processo de crescimento e desenvolvimento econômico deve ser endógeno, ou seja, começar de dentro para fora, e não o contrário.

Juscelino Kubitschek, na década de 50, havia abastecido o Estado de serviços de energia e transportes. Silviano Cançado resolveu desenvolver um amplo programa de atração e localização de empresas em Minas Gerais O Diagnóstico da Economia Mineira, publicado pelo BDMG em 5 volumes em 1968, explicitou o que fazer, onde e para quem fazer para que os municípios mineiros tivessem condições de tirar o atraso em relação aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Verificamos conjuntamente, por exemplo, que diversas empresas queriam se mudar do ABC paulista e já estavam tendo problemas de localização e queriam se expandir e não podiam por falta, inclusive, de espaços para localizar

novos investimentos. O resultado foi que Minas Gerais, depois desse imenso trabalho, conseguiu fazer o produto interno bruto crescer a taxas médias anuais de 11%, superando em duas vezes a média brasileira. Foi quando o Estado assumiu o segundo posto da economia do Brasil.

Milagres não existem em economia. O que vale é o trabalho contínuo. Para começar, para um novo avanço desenvolvimentista será urgente e necessário se conhecer com detalhes tudo que está acontecendo em cada município mineiro, quais são os principais obstáculos ao desenvolvimento e o que se pode fazer para resolver o problema. É preciso um organismo como a Fundação João Pinheiro para realizar um novo e atual diagnóstico. Precisamos conhecer, o que fazer, como fazer, onde e para quem fazer. Sem isso acontecer, é como se dar tiros no escuro e sem alvos precisos quando gastamos munição sem conseguir atingir ninguém.

*Economista, professor titular de macroeconomia da PUC-Minas e jornalista. cardosozeloy@gmail.com

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adrianamuls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo e de Mercado
Yvan Muls
diretoria@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodmiro Diniz

No limite da fervura

A semana que termina foi, para os brasileiros, diferente em mais de um sentido. Primeiro, Carnaval sem Carnaval e, teoricamente, sem feriados; segundo, com a calmaria política apagada por um deputado federal bolsonarista com ataques diretos e reincidentes ao Supremo Tribunal Federal e seus ministros, defendendo sua remoção e, se não fosse o bastante, reclamando a volta do Ato Institucional número 5. Tinha que ser Carnaval. Um deputado defendendo o fechamento do Congresso, a volta da ditadura e, preso, dizendo-se, por seus advogados, inocente, alguém que reclama seu direito de liberdade de expressão.

Cabe esperar que o que começou diferente, com a rápida e contundente reação do Supremo, confirmando por unanimidade a prisão do parlamentar, cujo nome o próprio presidente da Corte esqueceu ao encerrar a sessão, seguida de representação da Procuradoria Geral da República (PGR), também em desfavor do acusado, que na situação específica não tem as prerrogativas

parlamentares ordinárias. Às pressas e ainda na quarta-feira de Cinzas o Congresso Nacional se ocupou exclusivamente do assunto, não faltando acusações individuais ao deputado, que ainda corre o risco de perder o mandato, enquanto nos bastidores tentava-se reativar o Conselho de Ética, na esperança de que este caminho pudesse levar a alguma solução conciliatória, ficando o dito pelo não dito.

Preso em flagrante na madrugada de segunda para terça-feira, o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) conseguiu, mesmo com sua casa em Petrópolis já ocupada pela Polícia Federal, colocar no ar um segundo vídeo, renovando ataques e ameaças

Preso em flagrante na madrugada de segunda para terça-feira, o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) conseguiu, mesmo com sua casa em Petrópolis já ocupada pela Polícia Federal, colocar no ar um segundo vídeo, renovando ataques e ameaças. O bastante para o ministro Alexandre de Moraes declarar que todos os limites haviam sido ultrapassados e os ataques, que evidentemente não são isolados, não podem ficar sem resposta. O julgamento na Câmara dos Deputados foi marcado para esta sexta-feira (19) e tudo indicava que a tendência é de que seria mantida a prisão

Definitivamente não pode ser diferente, até porque o que vem acontecendo no Brasil faz lembrar a história que professores costumam repetir, contando que se um sapo for colocado numa panela cuja água vá sendo aquecida aos poucos, ele não reage e acaba morrendo. No entanto, se for jogado numa panela com água pré-aquecida, reage e pula imediatamente. Uma imagem que se ajusta ao que vem acontecendo no País, repetidos abusos, repetidas ameaças, com as quais não podemos nos acostumar nem aceitar para não repetir o erro do sapo que não percebe que a água foi aquecida além do limite suportável.

A prisão do deputado; o PL 191

CESAR VANUCCI *

“Daniel Silveira é reiterante na prática criminosa”. (Ministro do STF, Alexandre de Moraes)

- Ao contrário dos talebanistas de carteirinha, com suas prédicas incendiárias via internet, este desajeitado escriba vislumbra na composição do Supremo Tribunal Federal uma plêiade de cidadãos dotados de notável saber jurídico, idoneidade moral e ética, em condições plenas de exercer a contento a nobre missão institucional que lhes compete. De outra parte, diviso na boçal conduta do deputado federal Daniel Silveira indícios eloquentes de um perfil humano autoritário, radical, contaminado pelo vírus da fanatice ideológica. Fica, pois, esclarecido que, como simples cidadão, repilo veementemente as manifestações do dito cujo alvejando a honorabilidade dos magistrados com expressões chulas e agredindo com inaceitáveis assacadihas os postulados democráticos, a Constituição, o brio cívico dos brasileiros e o sentimento nacional. O que acabo de dizer me permite expressar, com isenção de espírito, o ponto de vista de que a prisão provisória do citado parlamentar decretada em decisão do ilustre ministro Alexandre de Moraes, referendada pela unanimidade de seus nobres pares, foi ato falho, praticado sob o calor da emoção. Entendo que o autor das ofensas pessoais e dos achincalhes às instituições faça por merecer condenação pelo abusivo procedimento. Mas a rigorosa desaprovação reclamada por seu inadmissível comportamento não pode ocorrer ao arrepio das regras processuais consagradas na Carta Magna. A decisão jurídica tomada com a reta intenção de rechaçar o atentado verbal do deputado, alguém que, com certeza, se sentiria realizado em envergar vistosa e simbólica “camisa parda”, é suscetível de abrir precedente em eventual avaliação de casos relativos à livre expressão das ideias. A prisão temporária representou uma condenação sumária - levando-se em conta também, o dispositivo da imunidade parlamentar - desaconselhável. O Poder Judiciário, tanto quanto o Poder

Executivo e o Poder Legislativo, pode muito. Mas não pode tudo. A punição a que o deputado faz jus deve ser orientada pelos tramites processuais corretos. O remédio eficaz para o mal diagnosticado é a Constituição.

- Olha aí, prezados leitores, a “boiada passando” em desabalada carreira, nos conformes preconizados pelo ministro do Meio Ambiente. Projeto constante da pauta prioritária do Planalto revoga lei em vigor, desde 1973, autorizando a exploração mineral e hídrica de 448 reservas florestais, pedaço de chão equivalente a 13 por cento do continente brasileiro. A proposta contempla, na percepção governamental, a possibilidade de que consideráveis trechos da vastidão florestal legalmente protegida encerrem riquezas minerais incalculáveis, sem contar as hídricas. Devidamente exploradas favoreceriam a causa econômica e o desenvolvimento do país. Nas esferas ambientalistas, o projeto, tal como está concebido, alimenta receios de que as ações a serem implementadas no “oceano amazônico” fiquem fora de controle e disso possam redundar depredações lesivas ao nosso patrimônio de riquezas, bem como a ampliação da devastação florestal e o incremento de agressões insanáveis ao meio ambiente.

Dá pra compreender que a questão comporta debates à exaustão, fazendo-se imperioso, em nome do supremo interesse nacional, sejam abertos todos os canais imagináveis de diálogo com a sociedade. Vale dizer, com todos os segmentos direta ou indiretamente envolvidos com o assunto, à hora da tramitação do projeto pelas comissões técnicas parlamentares, antes do encaminhamento à votação plenária. De um diálogo propositivo emergirá, naturalmente, uma espécie de pacto nacional em torno da solução adequada no que toca à candente e polemica questão.

* Jornalista (cantoniuss1@yahoo.com.br)

Exportações de minério crescem

JERRI ALVES *

O mês de janeiro registrou uma alta de 9% na quantidade de minério de ferro exportado do Brasil para o exterior, tendo por comparação o mesmo período do ano passado, segundo dados do Ministério da Economia.

Saíram dos portos brasileiros 29 milhões de toneladas do produto, a um preço médio de US\$ 94,70 por tonelada. Em janeiro do ano passado, o valor era de 65,20 dólares a tonelada.

Os dados relativos a janeiro deste ano em comparação com 2020 indicam uma tendência de alta nas exportações de produ-

tos minerais, tal como ocorreu ao longo do ano passado. Em 2020 houve uma elevação de 2% no volume de produtos minerais exportados, conforme o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Ao longo de 2020, o faturamento do setor alcançou a casa dos US\$ 209 bilhões. A China, que já era o principal destino da matéria-prima, reforçou a sua posição: a margem direcionada ao país asiático pulou dos 62% em 2019 para 72% no ano passado.

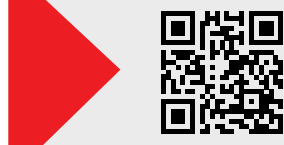
A produção brasileira não foi afetada pela crise provocada pela Covid-19, e em 2021

a tendência ainda é de crescimento. Existe uma demanda contínua pelo minério de ferro brasileiro, que não será interrompida pelo novo coronavírus. A construção civil e a indústria de base, que estão diretamente ligadas à mineração, demonstram ter um ritmo próprio de desenvolvimento e expansão. São setores que caminham no compasso da necessidade do mercado internacional, diferentemente de outros segmentos.

*Superintendente do Grupo MBL - jerri.alves@grupombl.com.br

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda. Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456	Telefones Geral: 3469-2000 Administração: 3469-2002 Redação: 3469-2040 Comercial: 3469-2060 Circulação: 3469-2071 3469-2085 Industrial: 3469-2092 Diretoria: 3469-2097	COMERCIAL comercial@diariodocomercio.com.br Gerente Industrial Manoel Evandro do Carmo industrial@diariodocomercio.com.br Assinatura semestral Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 296,00 Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento Assinatura anual Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 557,00 Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento	REPRESENTANTES São Paulo-SP - Alameda dos Maracatins, 508 - 9º andar CEP 04089-001 (11) 2178.8700 Rio de Janeiro-RJ - Praça XV de Novembro, 20 - sala 408 CEP 20010-010 (21) 3852.1588 Brasília-DF - SCN Ed. Liberty Mall - Torre A - sala 617 CEP 70712-904 (61) 3327.0170 Recife - Rua Helena de Lemos, 330 - salas 01/02 CEP 50750-280 (81) 3446.5832 Curitiba - Rua Antônio Costa, 529 CEP 80820-020 (41) 3339.6142 Porto Alegre - Av. Getúlio Vargas, 774 - Cj. 401 CEP 90150-02 (51) 3231.5222
REDAÇÃO Editora-Executiva Luciana Montes Editores Alexandre Horácio Rafael Tomaz Clério Fernandes Gabriela Pedroso pauta@diariodocomercio.com.br Filiado à ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS	Assinatura: 3469-2001 - assinaturas@diariodocomercio.com.br		

(Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto)



ECONOMIA

AVIAÇÃO

País vai encerrar disputa sobre subsídios canadenses na OMC

Brasília - O Ministério das Relações Exteriores informou que o Brasil encerrará a disputa com o Canadá em razão dos subsídios concedidos pelo país norte-americano à empresa aeronáutica Bombardier para fabricação de aeronaves C-Series. O contencioso foi iniciado em 2017 na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para o governo brasileiro, os subsídios de mais de US\$ 3 bilhões “distorceram as condições de concorrência no mercado de aviação comercial e causaram sérios prejuízos à empresa brasileira Embraer”, que também fabrica aeronaves de médio alcance. “O Brasil permanece convencido da solidez dos argumentos apresentados no caso. No entanto, o contencioso na OMC mostrou-se ineficaz para remediar os efeitos da concessão de subsídios em tão larga escala para o setor de aviação comercial. Esse setor é hoje fundamentalmente distinto daquele existente quando o contencioso foi iniciado”, diz a nota do Itamaraty divulgada na quinta-feira (18).

Além disso, o ministério argumenta que a retirada da Bombardier do mercado de aviação comercial minimizou as possibilidades de obter solução a partir de contencioso contra o Canadá. A fabricante canadense também vendeu

o programa C-Series para a empresa europeia Airbus, que transferiu parte de sua produção final para os Estados Unidos.

“Com o encerramento do contencioso, o Brasil passará a concentrar-se, com renovado ímpeto, no lançamento de negociações de disciplinas mais efetivas para o apoio governamental no setor de aviação comercial, abrangendo o lançamento, o desenvolvimento e a produção de aeronaves comerciais e tecnologias correlatas”, informou o Itamaraty. Para o governo brasileiro, essas negociações são “a melhor forma de restabelecer a igualdade de condições no mercado de aviação comercial, setor que gera US\$ 500 bilhões anuais e 1 milhão de empregos no mundo”.

A nota destaca ainda que o Brasil é favorável a uma discussão internacional ampla e horizontal, nas instâncias pertinentes, incluindo o G20 (grupo das maiores economias do mundo), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a própria OMC, sobre todos os subsídios, industriais e agrícolas, “a fim de reduzir distorções comerciais, assegurar condições equilibradas de concorrência, aumentar a eficiência produtiva e promover desenvolvimento sustentável”. (ABr)



DIVULGAÇÃO

A produção anual da empresa foi de 1,27 milhão de toneladas, 50 mil toneladas a mais do que o orçado para o exercício

CELULOSE E PAPEL

Cenibra fecha 2020 com recorde em produção

Pandemia elevou demanda por produtos devido aos protocolos sanitários contra Covid-19

JULIANA SIQUEIRA

A Celulose Nipo-Brasileira S.A (Cenibra), de Belo Oriente, no Vale do Aço, encerrou o ano de 2020 com recorde de produção. De acordo com os dados divulgados pela empresa, a produção anual foi de 1,27 milhão de toneladas, 50 mil toneladas a mais do que o valor orçado para o exercício.

Diretor industrial e técnico da Cenibra, Júlio César Ribeiro destaca que o ano passado foi bastante desafiador, sendo que o impacto da pandemia da Covid-19 na vida de todos foi muito forte. Nesse cenário, ele lembra que a celulose e o papel foram considerados essenciais, o que ajudou a impulsionar os números da empresa.

“Acredito que todos se lembram do desabastecimento de papéis sanitários e falta de EPIs médicos, entre eles as máscaras, mesmo em países ricos. Neste cenário, a celulose e o papel foram considerados itens essenciais no combate à pandemia e tiveram seu consumo aumentado ainda mais

em razão dos protocolos sanitários. A pandemia também gerou aumento expressivo no consumo de embalagens para alimentos e e-commerce”, afirma ele.

Ribeiro salienta que as fábricas do País se mobilizaram para manter a operação e

“Acredito que todos se lembram do desabastecimento de papéis sanitários e falta de EPIs médicos, entre eles as máscaras, mesmo em países ricos”

atender a demanda não só brasileira, mas também de outros países.

“A continuidade das operações foi possível em virtude da dedicação e do engajamento dos empregados e prestadores de serviços que, suportados pela adoção de um rígido protocolo de prevenção à Covid-19 com foco na preservação da saúde

física e mental, mantiveram a estabilidade da produção, apesar de todos os desafios impostos pela pandemia”, ressalta.

A empresa, inclusive, de acordo com Ribeiro, operou em todo o ano passado tendo como meta a capacidade máxima de produção. Agora, diz ele, a Cenibra foca a modernização das suas linhas de produção.

“No momento, nosso plano de investimentos está voltado para a modernização de nossas duas linhas de produção. Neste processo de modernização, trabalharemos em alguns gargalos do processo que permitirão aumentos marginais de produção e melhoria da eficiência global dos processos”, diz.

Preços – No que diz respeito aos preços praticados, Ribeiro pontua que, por mais que a demanda tenha sido alta, os preços permaneceram baixos.

“A celulose é uma commodity com preço definido pela oferta e demanda do mercado internacional. Ape-

sar de toda a demanda em 2020, os preços estiveram muito baixos durante quase todo o ano. No momento, os preços da commodity estão em recuperação no mercado internacional”, diz ele.

DC
#UNIDOSPELAVACINA

unidos pela vacina

Grupo Mulheres do Brasil

VACINA PRA TODOS ATÉ SETEMBRO. ESSE É O MOVIMENTO.

Um objetivo bem definido: unir empresas, entidades e movimentos para que, com seus diferentes conhecimentos e expertise trabalhem juntos para resolver os problemas da cadeia produtiva, de logística e de insumos. E conscientizar a população de que a solução para o momento que vivemos é a vacina.

Venha se unir pela vacina. Siga e divulgue: @unidospelavacina

#UNIDOSPELAVACINA

PORTARIA

Fiemg comemora medida do governo que autoriza trabalho domingos e feriados

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) conseguiu importante conquista junto ao governo federal. Em 18 de fevereiro, foi publicada a Portaria nº 1809, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que autoriza o trabalho aos domingos e feriados.

“Esta Portaria atende parte dos pleitos que a Fiemg tem defendido incessantemente nos últimos dois anos, entre eles a autorização permanente do trabalho aos domingos e feriados. Celebraremos pelos novos setores autorizados, que movimentarão a economia do País, com segurança jurídica. Continu-

amos firmes na defesa para todos os setores”, celebrou o presidente da federação, Flávio Roscoe.

Setores industriais como o de transmissão de energia elétrica; de higiene, de medicamentos e de insumos farmacêuticos e vacinas; cerâmica; têxtil; tabaco; papel e papelão; química; borracha; fabricação de chapas de fibra e madeira; de gases industriais e medicinais; extração de carvão; de alimentos e bebidas; de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral; de peças e acessórios para sistemas motores de veículos; mine-

ração; agroindústria; serviços de call center; serviços relacionados à tecnologia da informação e processamento de dados (data center); e construção civil receberam a autorização.

“A autorização destes setores não significa que não continuaremos árdios na nossa luta de modernização das relações de trabalho. Manteremos firmes o pleito para que todas as atividades industriais sejam permanentemente autorizadas a trabalharem aos domingos e feriados. Hoje celebramos esta medida que alavanca a economia do nosso País”, reforça o líder empresarial.



CNPJ/MF 16.676.520/0001-59
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Hospital Mater Dei S.A. ("Companhia" ou "Mater Dei") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB e que são aplicáveis às demonstrações financeiras finais de 31 de dezembro de 2020.

AREDE MATER DEI DE SAÚDE
O Mater Dei é uma Rede provedora de serviços de saúde no Brasil, que fornece serviços hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, hotelaria, diagnóstico, entre outros. A Rede Mater Dei de Saúde possui mais de 40 anos de experiência no setor de assistência médica e construiu uma posição sólida no mercado em que atua, consolidando a sua reconhecida marca, "Mater Dei", e tornou seu nome uma referência da mais alta qualidade. Para comprovar a qualidade dos nossos serviços, o Mater Dei possui as mais reconhecidas certificações internacionais, como a JCI (Joint Commission International), em todas as unidades, ONA III (Organização Nacional de Acreditação), entre outras. A Companhia opera a maior rede de hospitais privados do Estado de Minas Gerais, compreendendo 3 unidades hospitalares, localizadas na cidade de Belo Horizonte e 1 na divisa entre os municípios de Betim e Contagem. Adicionalmente, estamos construindo nossa primeira unidade hospitalar fora do Estado de Minas Gerais, localizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, com previsão de início das operações no começo de 2022. Em 2019, as unidades operacionais acumulam uma capacidade instalada de 1.000 leitos, que será acrescida de 370 leitos referente à unidade de Salvador. A seguir, esse relatório apresentará os resultados financeiros da Rede Mater Dei de Saúde compreendendo entre o ano que se inicia em 1º de janeiro de 2020 e termina em 31 de dezembro de 2020.

ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRA
No exercício de 2020, a pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que até hoje continuam e podem continuar por um período significativo. A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos no mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito.

As operações da Companhia foram impactadas principalmente pelo cancelamento de procedimentos eletivos e menor fluxo de pessoas nos hospitais desde o início da pandemia no Brasil, em meados de março de 2020. Impacto que, a partir dos meses seguintes foi se regularizando, gradativamente, com a retomada dos procedimentos eletivos e normalização do comportamento humano.

Apesar da pandemia da COVID-19 e as oscilações dos serviços hospitalares, foram refletidos no resultado operacional da Companhia no exercício de 2020. Apresentamos a seguir as variações financeiras e econômicas.

RS milhões
Receita líquida 717,9 732,6 -2,0%
Custos dos serviços prestados 427,8 397,0 7,8%
Lucro bruto 290,1 335,7 -13,6%
Resultado financeiro -14,0 -0,1 -1020,7%
Lucro líquido 82,6 138,1 -47,4%
Geração de caixa operacional 70,1 99,7 -19,7%
Dívidas líquidas -28,6 -70,4 -59,4%

RECEITA LÍQUIDA
A Receita de serviços hospitalares no exercício finalizado em 31 de dezembro de 2020 foi de RS 717,9 milhões, uma redução de 2,0% comparado ao exercício anterior. O motivo dessa redução foi, principalmente, a redução causada pelo covid-19 que iniciou a afetar de forma mais significativa nossa receita a partir da última semana de março de 2020.

	31/12/2020	31/12/2019	
Balanco patrimonial - Em milhares de reais			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	121.207	123.671
Aplicações financeiras	7	149.603	137.529
Contas a receber de clientes	7	256.252	233.024
Estoque	9	20.109	15.642
Derivativos	-	4.585	-
Outros ativos circulantes	-	3.514	3.194
Total do ativo circulante	555.270	513.060	
Não Circulante			
Depósitos judiciais	-	27.651	25.065
IR e CSLL diferidos	23	49.782	12.287
Ativos de obras a executar	26	52.222	-
Propriedades para investimento	10	-	63.772
Investimentos	-	35	35
Direito de uso	11	400.435	3.091
Imobilizado	12	95.640	697.849
Intangível	13	2.894	5.148
Total do ativo não circulante	628.659	807.247	
Total do Ativo	1.183.929	1.320.307	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÔES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	Capital Legal	Ações em Tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva para reinvestimento	Reserva de retenção	Reserva especial	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	351.045	(31.050)	-	60.125	33.820	(139.129)	285.615	-	741.096
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	-	138.104	138.104
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 17)	-	-	-	-	-	6.905	-	(32.428)	(32.428)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	(6.905)	-	(10.283)	(10.283)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	101.283	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(3.806)	-	-	-	-	3.806	-
IR/CSLL diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.294	-	-	-	(1.294)	-
Em 31 de dezembro de 2019	351.045	(31.050)	57.613	40.725	41.122	(188.431)	(412)	386.898	846.772
Aumento de capital	18.000	-	-	-	-	-	-	(18.000)	-
Cisão parcial - Deliberação em 31.10.2020	-	(1.366)	-	(4.548)	-	-	-	-	(5.914)
Cisão parcial - Deliberação em 31.12.2020	(235.842)	-	(50.602)	(20.000)	(139.900)	(188.431)	(412)	(635.187)	(635.187)
Alienação das ações em tesouraria	-	31.050	-	-	-	-	-	-	31.050
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(31.050)	-	(31.050)	-
Constituição da reserva para reinvestimento	-	-	-	-	98.771	(98.771)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	72.643	72.643
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.632	-	-	-	(3.632)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(17.253)	(17.253)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	54.221	-	(54.221)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(3.732)	-	-	-	-	3.732	-
IR/CSLL diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.269	-	-	-	(1.269)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	131.837	-	-	24.357	-	104.867	-	-	261.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais
1.1 Contexto operacional
O Hospital Mater Dei S.A. (a "Mater Dei" ou "Companhia"), que tem sua sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, possui, no Brasil, como hospitais, ambulatoriais, laboratoriais, hotelaria, diagnóstico, oncologia, entre outros. A Rede Mater Dei de Saúde possui mais de 40 anos de experiência no setor de assistência médica e construiu uma posição sólida no mercado em que atua, consolidando a sua reconhecida marca, "Mater Dei", e tornou seu nome uma referência da mais alta qualidade. Para comprovar a qualidade dos nossos serviços, o Mater Dei possui a certificação JCI (Joint Commission International), uma das mais reconhecidas certificações internacionais. A Companhia opera a maior rede de hospitais privados do Estado de Minas Gerais, compreendendo 3 unidades hospitalares, sendo 2 localizadas na cidade de Belo Horizonte e 1 na divisa entre Betim e Contagem. Adicionalmente, estamos construindo nossa primeira unidade hospitalar fora do Estado de Minas Gerais, localizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, com previsão de início das operações no começo de 2022. Em 2020, as unidades operacionais acumulam uma capacidade instalada de 1.000 leitos, que será acrescida de aproximadamente 367 leitos referente à unidade de Salvador (informação não auditada).

1.2 Cisão parcial
Em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a cisão parcial do seu patrimônio, com o intuito de promover uma reorganização dos seus ativos, segregando certos ativos imobilizados das suas atividades operacionais e sua subsequente versão ao patrimônio da sua controladora JSS Empreendimento e Administração Ltda ("JSS"). A transação possibilitará maximização do gerenciamento patrimonial dos aludidos ativos imobilizados. O acervo líquido contábil apresentado no quadro a seguir foi avaliado por empresa especializada independente, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2020. As variações patrimoniais ocorridas entre a data da laudo e a data da cisão, foram transferidas para a sucessora.

Outros ativos
Total do ativo circulante
Propriedades para investimento 15.047
Imobilizado 59.713
Total do ativo não circulante
64.622
Total do ativo
66.129
Impostos diferidos 26.092
Total do passivo não circulante
26.092
Total do passivo
26.092
Total do acervo líquido cindido
63.518

Adicionalmente, em 31 de outubro de 2020, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia, no valor de acervo líquido de RS 5.914, abaixo descrito, com a incorporação do acervo cindido pela ENS Administração de Bens Próprios Ltda, sociedade controlada pela JSS. O acervo líquido contábil foi avaliado por empresa especializada independente.

1.3 Impactos COVID-19
No exercício de 2020, a pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que até hoje continuam e podem continuar por um período significativo. A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos no mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito.

As operações da Companhia foram impactadas principalmente pelo cancelamento de procedimentos eletivos e menor fluxo de pessoas nos hospitais desde o início da pandemia no Brasil, em meados de março de 2020. Impacto que, a partir dos meses seguintes foi se regularizando, gradativamente, com a retomada dos procedimentos eletivos e normalização do comportamento humano.

Apesar da pandemia da COVID-19 e as oscilações dos serviços hospitalares, ocasionou um desbalançamento na relação oferta e demanda de vários itens amplamente utilizados na operação hospitalar, causando o aumento nos valores unitários, como, por exemplo, dos equipamentos de proteção individual, que também se tornaram ainda mais utilizados internamente.

Diante do exposto, a Companhia avalia o desempenho monitorando, todos os possíveis impactos da pandemia nas estimativas e perdas de valor justo e impairment de seus ativos, bem como os riscos relacionados aos seus investimentos, crédito, juros, câmbio, preço de ações, cotas de fundos de investimento e arrendamentos. Entretanto, a Companhia não tem a expectativa de novos impactos relevantes relacionados à pandemia da COVID-19 ainda não reconhecidos em suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia também revisou os testes de recuperabilidade de seus ativos relevantes em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 em seus negócios, e não identificou a necessidade de reconhecimento de perda em suas demonstrações financeiras relativas ao referido exercício social.

1.4 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos de derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

O cancelamento dos procedimentos eletivos, em conjunto com o recuo da população em geral de manter contato próximo com indivíduos infectados pelo COVID-19, aliado às medidas de distanciamento social adotadas desde março de 2020, foram responsáveis pela redução do volume de atendimentos em nossos estabelecimentos de saúde a partir deste mês, especialmente em serviços de saúde com maior valor agregado, como as cirurgias eletivas, atendimentos de emergência e exames laboratoriais de análises clínicas e de imagem.

A recuperação do volume da receita foi observada a partir do mês de maio de 2020, com o retorno gradativo dos pacientes eletivos e dos atendimentos no pronto socorro, de forma a encerrar o último trimestre de 2020, com o volume de receita esperado para esse período.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS
Os custos dos serviços prestados são compostos, principalmente, pelas contas de pessoal, materiais e medicamentos, serviços de terceiros, repasse médicos, depreciação e amortização, entre outros. No exercício finalizado em 31 de dezembro de 2020, o custo foi de RS 427,8 milhões, um aumento de 7,8% quando comparado ao exercício do ano anterior, principalmente em virtude da flutuação de demanda por serviços médicos durante o exercício e um desbalançamento na relação oferta e demanda ocasionada pela pandemia do Covid-19.

A patência ocasionada pelo novo coronavírus trouxe um desbalançamento na relação oferta e demanda de vários itens amplamente utilizados na operação hospitalar, causando o aumento em seus valores unitários, como, por exemplo, dos equipamentos de proteção individual, que também se tornaram ainda mais utilizados.

O lucro bruto da Companhia reduziu 13,6%, ou RS45,6 milhões, de RS335,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para RS290,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A redução do lucro bruto é decorrente da redução da receita líquida e do aumento dos custos dos serviços prestados em 2020.

RESULTADO FINANCEIRO
O resultado financeiro, líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em RS14 milhões, contra um resultado financeiro, líquido positivo em 31 de dezembro de 2019 em RS0,1 milhões. Os principais destaques foram (i) baixa performance das aplicações financeiras de curto prazo em 2020, diante de um excelente rendimento em 2019, e (ii) aumento dos juros de empréstimos e financiamentos em decorrência de novos financiamentos e, também, suspensão de capitalização de juros do financiamento da obra de Unidade Betim-Contagem, conforme previsto nas normas contábeis.

LÍQUIDO
Em razão dos fatores mencionados acima, sobretudo, os impactos derivados da pandemia, o lucro líquido da Companhia reduziu 47,4%, ou RS65,5 milhões, de RS138,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para RS72,6 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia gerou de suas operações, RS0,1 milhões de caixa líquido, uma redução de 19,7% ou RS18,6 milhões, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em que a Companhia gerou caixa líquido de RS99,7 milhões de suas atividades operacionais. Essa variação foi decorrente principalmente pela redução do resultado operacional da Companhia causada pelos impactos da COVID-19 nas atividades operacionais da Companhia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Para o Mater Dei, o desenvolvimento sustentável é alcançado quando seu negócio gera valor para todos os stakeholders: pacientes, corpo clínico, operadores, fornecedores, acionistas e colaboradores, e apoio o fortalecimento social e ambiental. O Mater Dei preza pela manutenção e melhoria da saúde em toda sua área de influência, pela segurança de seus colaboradores e comunidades vizinhas, pela responsabilidade ambiental e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde opera. Por meio de uma gestão comprometida com a sustentabilidade, e apoio o fortalecimento social e ambiental. O Mater Dei se compromete em desenvolver continuamente as competências de seu capital humano nas questões sociais e ambientais e envolver os seus stakeholders na construção de um cenário adequado aos seus desafios como uma instituição defensora da saúde e da vida.

Para as atividades hospitalares, que oferece uma diversa gama de serviços complexos durante 24 horas do dia, envolve atividades com potencial geração de impactos ambientais com o consumo de água, energia e a geração de efluentes líquidos e resíduos sólidos. Para mitigar os impactos, o Mater Dei possui várias iniciativas de ações que envolvem a redução dos consumos.

Como forma de evitar quaisquer impactos socioambientais, monitoramos frequentemente nossos indicadores e possuímos reuniões de análises críticas regularmente para detectar desvios de metas e direcionar a implantação de medidas corretivas e preventivas.

Os hospitais do Mater Dei geraram em 2019 aproximadamente 1469 toneladas de resíduos, sendo: 267 toneladas de infectantes, perfurocortantes e químicos e 1202 toneladas de resíduos gerais.

Uma das iniciativas recentes da Rede Mater Dei que se destacou foi apresentada em

2018 no Congresso Nacional de Hospitais Privados - Conahp. Na ocasião, a Associação Nacional de Hospitais Privados - ANAHP recebeu diversos casos de hospitais de todo país, reunindo as melhores práticas alcançadas pelas instituições associadas no que tange a eficiência assistencial, operacional e de governança no Manual de Eficiência e Práticas para o setor de saúde. O caso apresentado pelo Mater Dei de Saúde acertou a redução do consumo de água em quase 30% na Rede e a redução de energia elétrica em quase 6% na Unidade da Contorno.

Os novos empreendimentos da Rede Mater Dei de Saúde seguem os mais modernos e qualificados conceitos de sustentabilidade, como sistemas de climatização híbrida, equipamentos com eficiência energética, uso de fontes renováveis de energia, sistemas com reaproveitamento de água para irrigação de jardins, limpeza de estacionamento, entre outros. No obstante, em virtude das constantes renovações tecnológicas, frequentemente investimos para aumentar nossa eficiência energética.

As diretrizes ambientais aplicam-se a todas as unidades hospitalares e áreas corporativas da Rede Mater Dei de Saúde, visando a melhoria dos processos e a redução dos impactos diretos ou indiretos. Nossa Política Ambiental, endossada pela alta gestão da companhia, documenta as principais diretrizes que sintetizam o compromisso com as questões ambientais.

RISOS HUMANOS
A Rede Mater Dei possui mais de 3.500 colaboradores empregados nas suas unidades operacionais e administrativas. Nossa gestão de recursos humanos apoiou-se em uma série de iniciativas e programas bem sucedidos, dedicados à formação, desenvolvimento e retenção de capital humano alinhados às estratégias do negócio. Nossas práticas de gestão de pessoas seguem as referências do mercado e estão em conformidade com a legislação brasileira.

Além de remuneração fixa, dispomos de sistema de remuneração variável, em decorrência de metas de desempenho, separados em 2 tipos: (i) Programa de Participação de Lucros e Resultados (PLR), desenvolvido a partir do planejamento estratégico, com metas e indicadores, e (ii) Bônus por performance dos executivos, formada a partir de um conjunto de metas alinhadas com o planejamento estratégico da empresa.

A nossa gestão de desempenho é baseada no modelo de avaliação de competências, que considera a combinação de aspectos técnicos e comportamentais alinhados com as nossas estratégias. As avaliações são realizadas anualmente e aplicadas a todos os nossos colaboradores, elas contemplam reuniões de feedback e ações de capacitação e desenvolvimento a fim de promover o aprimoramento do desempenho dos colaboradores, canalizando esforços para alcançar objetivos e resultados que garantam rentabilidade, sustentabilidade, competitividade e geração de valor.

COVID-19
No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como uma pandemia em decorrência de sua disseminação global. A pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que até hoje continuam e podem continuar por um período significativo. Além disso, vários países que inicialmente conseguiram controlar a transmissão da doença estão passando por uma segunda onda de contágio, o que pode resultar em restrições adicionais às atividades econômicas e em incertezas por períodos prolongados.

As medidas adotadas por autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, para estabelecer e apoiar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar o aumento da volatilidade ou evitar reduções severas nas atividades econômicas. Além disso, as medidas de distanciamento social impostas por autoridades governamentais para controlar a pandemia da COVID-19 causaram redução acentuada das atividades de empresas em diversos setores com o qual a Companhia faz negócios, incluindo seus fornecedores. No Brasil, tais medidas foram adotadas de forma geral nas esferas estadual ou municipal, e espera-se que determinado grau de restrições permaneça em vigor, com a possibilidade de retomada de restrições adicionais no futuro próximo. Essas políticas e medidas impactaram a confiança e o comportamento do consumidor e o comportamento da população em geral, bem como a demanda por produtos e serviços.

Em virtude das incertezas da população e comunidade científica relacionadas ao coronavírus, do novo comportamento humano em resposta à pandemia, das medidas de distanciamento social tomadas pelos órgãos governamentais e do cancelamento de procedimentos eletivos, tivemos um maior impacto no fluxo de pessoas no hospital logo no início da pandemia no Brasil e, portanto, na receita, principalmente em abril de 2020. Impacto que, a partir dos meses seguintes foi se regularizando, gradativamente, com a retomada dos procedimentos eletivos e normalização do comportamento humano.

Nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, a pandemia voltou de forma bastante intensa na Região Metropolitana de Belo Horizonte, fazendo diversos hospitais na capital atingirem sua ocupação máxima. O Hospital Mater Dei, percebendo o aumento da demanda, conseguiu fazer os ajustes operacionais necessários e absorveu grande parte

	2020	2019
Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Receita de serviços hospitalares	19	717.861
Custo dos serviços prestados	20	(427.797)
Lucro bruto	290.064	335.683
Despesas e receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	20	(117.126)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	(56.136)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	116.802	120.959
Receitas financeiras	22	13.244
Despesas financeiras	22	(27.284)
Resultado financeiro líquido	(10.480)	139
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	102.762	211.098
Imposto de renda e contribuição social	23	(30.875)
Lucro líquido do exercício	72.643	138.104
Lucro básico por ação (em reais)	0,22	0,41
Lucro diluído por ação (em reais)	0,22	0,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro

	2020	2019
Em milhares de reais		
Lucro líquido do exercício	72.643	138.104
Total do resultado abrangente do exercício	72.643	138.104
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Demonstração do valor adicionado		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em milhares de reais		
Recetas	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de serviços hospitalares	717.861	780.127
Deduções da receita	(928)	(965)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.875)	(9.531)
Outras receitas	(1.501)	6.874
Insuamos adquiridos de terceiros	737.527	776.505
Custo dos serviços prestados	(210.934)	(191.786)
Despesas gerais e administrativas	(80.094)	(80.364)
Serviços de terceiros	(32.789)	(24.812)
Valor adicionado bruto	433.710	489.543
Depreciação e amortização	(48.496)	(46.887)
Outras despesas operacionais	(23.164)	(4.669)
Valor adicionado líquido produzido	352.050	427.987
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	13.244	22.734
Valor adicionado total a distribuir	365.294	450.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

dos estoques da Companhia, a Administração efetuou a baixa dos itens vencidos ou obsoletos.

3.7 Ativos intangíveis
3.7.1 Software
As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de um a cinco anos.

3.8 Impairment de ativos
Os ativos são avaliados com base no custo líquido de mercado menos o valor de recuperação. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e os custos com materiais consumidos no desenvolvimento de software. Os custos de desenvolvimento que não são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e os custos com materiais consumidos no desenvolvimento de software. Os custos de desenvolvimento que não são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e os custos com materiais consumidos no desenvolvimento de software. Os custos de desenvolvimento que não são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e os custos com materiais consumidos no desenvolvimento de software. Os custos de desenvolvimento que não são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e os custos com materiais consumidos no desenvolvimento de software. Os custos de desenvolvimento que não são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são recon

MaterDei

Rede de Saúde

CNPJ/MF 16.676.520/0001-59

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentamos um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de crédito e em estimativas das taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

(b) Glosas de contas a receber

Os saldos de contas a receber contém componente variável relacionado às glosas, que representam os aumentamentos por parte de clientes em relação às contas hospitalares, alegando não serem devidas, parcial ou totalmente. As provisões de glosas são reconhecidas com base na experiência histórica, o que envolve o exercício de certo grau de julgamento para estabelecer o prazo após o qual as tratativas de negociação tornam a recuperação dos mesmos improvável.

(c) Provisão para contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, bem como possui outros riscos contingentes. As provisões constituídas representam perdas prováveis com base na avaliação da probabilidade de perda realizada pela administração, a qual inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião de seus consultores jurídicos externos. O desfecho desses processos poderá divergir dos prognósticos esperados considerados pela administração.

(d) Taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

(e) Taxa incremental sobre o arrendamento é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental do arrendamento.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Reconhecimento de receita de serviços hospitalares

A receita é reconhecida por um valor que reflète a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. O risco cambial ocorre quando a dedução dos abatimentos, descontos e impostos correspondentes, mas sobretudo a estimativa de glosas, que são comuns na prestação dos serviços hospitalares, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

As descrições a seguir resumizam a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e com a Companhia administra sua exposição.

(b) Risco cambial

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos em que está exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

O risco cambial ocorre quando as operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

(c) Risco de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia atua apenas com bancos e outras instituições financeiras de primeira linha, classificadas com rating mínimo "Aa" na escala de Standard and Poor's. A Diretoria avalia, de forma frequente, a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. No caso de constatação de risco iminente de não realização desses ativos, a Companhia reconhece uma provisão a receber em aberto.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência de clientes superior ao valor já provisionado.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

Contas a receber de clientes decorrentes de serviços hospitalares; e

ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/PC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi material.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

Parcela significativa da receita operacional bruta da Companhia decorre de pagamentos feitos por companhias operadoras, seguradoras, autôgestas e administradoras de planos de saúde. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, os cinco maiores clientes da Companhia (administradoras de planos privados de saúde) responderam por aproximadamente 57,0% da receita operacional líquida da Companhia.

Os clientes que não foram firmados pelo IFRS 9/PC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a atendimentos ambulatoriais e de urgência, que são os itens em que os clientes do Mater Dei questionam as contas alegando não serem devidas, parcial ou totalmente, e (ii) recebíveis de clientes, que são créditos dos clientes provenientes dos serviços médicos prestados aos pacientes.

Como critério para o cálculo do montante a provisionar de glosas, a Companhia separa (i) os clientes com os quais possui acordos em andamento para recuperação das glosas e (ii) os clientes sem acordos em andamento. Para o primeiro caso, a Companhia analisou cada acordo e cada cliente individualmente e estima um percentual de recuperação baseado nas negociações e no histórico de recuperação por cliente. Para os clientes que se encaixam no segundo caso, a Companhia analisa de forma recorrente a performance de títulos vendidos em todas as faixas do aging, com os dados históricos demonstrando há mais de 180 dias.

Como critério para provisionamento de créditos de liquidação duvidosa são feitas análises com dados históricos os quais são monitorados para definição de critério para provisionamento.

As perdas por impairment em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por impairment líquidas, no resultado líquido, após as recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

(iv) Risco de liquidez

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e o cumprimento de cláusulas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais.

Menos de Entre um Entre dois Entre três Acima de
um ano dois anos cinco anos cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020

Fornecedores

57.942

Empréstimos e financiamentos (a)

239.850

2.949

Arrendamentos

44.358

43.019

123.429

1.028.579

Parcelamento de impostos

7.455

10.478

Dividendos a pagar

28.080

Em 31 de dezembro de 2019

Fornecedores

50.484

Empréstimos e financiamentos (b)

35.432

116.184

43.012

54.765

Arrendamentos

1.804

1.954

Dividendos a pagar

26.028

(a) Financiamentos do BNDES e BNB apresentados no passivo circulante, conforme detalhado no item 12.2 da Nota 5.2 - Dívidas e Capital.

O impacto na liquidez da Companhia foi remediado pela obtenção de waivers dos bancos.

(v) Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio, foi utilizada a cotação do dólar de R\$5,00 para o cenário provável (cenário base), conforme estimativa de cotação para 31 de dezembro de 2021, divulgada pelo Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil. Os cenários possível e remoto foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco sobre o cenário base, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar.

(c) Exposição cambial

Em 31 de dezembro de 2020

Valor contábil

Cenário provável

+25%

+50%

Variação da dívida

Empréstimo em dólar

13.150

12.652

15.815

18.978

Variação do instrumento financeiro derivativo (posição ativa)

Dólar

(13.715)

(13.196)

(16.495)

(19.794)

Exposição líquida

(565)

(544)

(680)

(816)

Efeito líquido de var. cambial

- Ganho (perda)

21

(136)

(272)

Em 31 de dezembro de 2019

Valor contábil

Cenário provável

+25%

+50%

Variação da dívida

Empréstimo em dólar

18.174

18.396

22.995

27.594

Variação do instrumento financeiro derivativo (posição ativa)

Dólar

(19.601)

(19.841)

(24.801)

(29.761)

Exposição líquida

(1.427)

(1.445)

(1.806)

(2.167)

Efeito líquido de var. cambial

- Ganho (perda)

-

(17)

(361)

(22)

(ii) Exposição da taxa de juros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e IPCA entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade foram utilizados como premissa de estimativas para o cenário provável, indicadores macroeconômicos estimados para 31 de dezembro de 2021, conforme Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável as taxas anuais TJLP em 4,39%, o CDI em 4,5% e IPCA em 4,91%. O "Cenário possível" contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o "Cenário remoto" um aumento de 50%.

Em 31 de dezembro de 2019

Valor contábil

Cenário provável

+25%

+50%

Variação da dívida

Empréstimo em TJLP

158.038

156.995

158.922

160.849

Empréstimo em IPCA

-

-

-

-

Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva)

CDI

16.863

16.617

16.804

16.991

Variação das aplicações financeiras

(121.487)

(119.713)

(121.060)

(122.407)

Exposição líquida

53.414

53.898

54.666

55.433

Variação da TJLP

-

(1.043)

1.927

3.854

Variação do IPCA

-

-

-

-

Variação do CDI

1.527

(1.160)

(2.320)

Efeito da exposição no resultado

(Ganho) perda

484

767

1.534

Imóveis para renda

Custo

20.770

Depreciação

(9.282)

(830)

(10.112)

Terrenos

53.114

64.602

(830)

63.772

5.4 Movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020

Ativos de direito de uso

Equipamentos de informática

Locação de imóveis

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro:

Em 1 de janeiro de 2019

Adição - Leasing de equipamento

Amortização

Em 31 de dezembro de 2019

Em 1 de janeiro de 2020

Adição - Leasing de equipamento

Adição - Contrato de locação

Amortização

Em 31 de dezembro de 2020

(b) Passivo de arrendamentos

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Menos de 1 ano

Entre 2 e 3 anos

Entre 3 e 5 anos

Mais de 5 anos

Valores não descontados

Juros embutidos

Total do passivo

Circulante

Não circulante

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro:

Em 1 de janeiro de 2019

Juros provisionados

Juros pagos

Adição por novos contratos

Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2019

A seguir apresentamos a movimentação do ativo mobilizado:

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Cisão (a)

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (a)

Outros

31/12/2018

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2019

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

31/12/2020

Terrenos

Edificações

Equipamentos e aparelhos hospitalares

Móveis, utensílios e informática

Instalações

Obras em andamento (b)

Outros

31/12/2019

Aquisições

Baixas

Transferências

Depreciação

Amortização

ECONOMIA



MaterDei

Rede de Saúde

CNPJ/MF 16.676.520/0001-59

22 Resultado financeiro		
Resultado financeiro da Companhia por natureza de transação financeira:		
	2020	2019
Rendimentos de aplicações financeiras	2.122	15.365
Descontos financeiros	5.139	6.650
Resultado líquido com derivativos - Swap	4.420	(493)
Outras receitas financeiras	1.563	212
Receitas financeiras	13.244	22.734
	2.039	2.019
Juros com empréstimos, financiamentos e parcelamentos	(15.691)	(17.458)
Juros contrato de arrendamento	(428)	(473)
Varição monetária e cambial	(6.789)	(1.269)
Despesas bancárias	(640)	(1.404)
Descontos concedidos	(3.286)	(400)
Outras despesas financeiras	(450)	(1.591)
Despesas financeiras	(27.284)	(22.595)
Resultado financeiro líquido	(14.040)	139

23 Imposto de renda e contribuição social		
(a) Composição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos		
Segue a reconciliação da apuração do imposto de renda e contribuição social para os exercícios finidos:		
	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.762	211.988
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota dos impostos	(34.939)	(71.773)
Diferenças permanentes		
Incentivos fiscais (patrocínios e doações)	871	284
Outras diferenças permanentes	3.949	(1.505)
Provisão do imposto de renda e contribuição social	(30.119)	(72.994)
IR e CSLL - corrente	(59.037)	(79.725)
IR e CSLL - diferido	28.918	6.731
	(30.119)	(72.994)

(b) Composição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos		
Os impostos diferidos estão representados despesas e receitas temporárias e estão apresentados líquidos no balanço patrimonial, conforme previsto no CPC 32.		
	2020	2019
Provisão para contingências	19.842	26.778
Provisão para glosas	16.539	11.636
Provisão para devedores duvidosos	14.936	4.485
Degradação e custos de manutenção do ativo imobilizado	(2.435)	(932)
Instrumentos financeiros derivativos	(450)	(1.591)
Outros	900	-
Ativo (passivo), líquido	49.782	12.287

Aos Administradores e Acionistas
Hospital Mater Dei S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital Mater Dei S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Mater Dei S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a respeito das responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria em 31 de dezembro de 2020. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia permaneceram substancialmente consistentes com as operações do exercício anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles definidos no exercício anterior. Em 2020, a Companhia procedeu à cisão parcial do seu patrimônio líquido (ativos imobilizados), seguido de incorporação no patrimônio líquido da sua controladora, o que resultou em quebra de cláusulas contratuais e, consequentemente, a reclassificação de parcela substancial de financiamentos para o passivo circulante. Adicionalmente, foi celebrado contratos de arrendamento de determinados bens cíveis. Os eventos relacionados com estas transações se constituíram em dois novos PAAs no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Porque é um PAA
Reconhecimento de receitas
(Notas explicativas 3.14 e 19)
A Companhia atua no provimento de serviços de saúde, os quais envolvem a prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, hotelaria e de diagnóstico, bem como o uso de medicamentos e materiais hospitalares. O reconhecimento das receitas implica na adequada apuração das contas hospitalares, futuras e não futuras, bem como em determinar a dedução das estimativas de glosas sobre os serviços prestados e medicamentos e materiais hospitalares aplicados, decorrentes de questionamentos por parte de clientes operadoras de planos de saúde, alegando não serem devidos, parcial ou totalmente.
O grande volume de contas hospitalares e diversidade de serviços e insumos aplicados, bem como o fato de haver prestação de serviço em cursuna data das demonstrações financeiras, requerem que a Companhia possua controles detalhados que permitam apurar a receita no período correto.
Adicionalmente, o reconhecimento da receita também envolve um componente de consideração avariável relativo às glosas. Portanto, a receita é mensurada somente na medida em que foraltamente provável que uma reversão significativano valor das receitas acumuladas reconhecidas, não devesse ocorrer, o que envolve o exercício de julgamento para a determinação de estimativavacatibíl com base na experiência histórica.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento como responsáveis pela administração acerca dos principais controles utilizados na apuração das contas médicas com vistas ao reconhecimento da receita no período correto. Adicionalmente, avaliamos os critérios empregados na elaboração da destinação de provisão de glosas, com base no histórico de perdas efetivas. Obtivemos ainda o entendimento de como os efeitos econômicos resultantes da pandemia de Covid 19 impactaram o volume de glosas (componente variável) aplicadas pelos convênios nas contas médicas e de perdas esperadas em contas a receber (risco de crédito).
A partir do entendimento e testes específicos, concluímos pela efetividade dos controles gerais de tecnologia da informação, o que nos permitiu realizar testes sobre os controles das transações de receitas. Esses testes de controles compreenderam a verificação da integridade das datas de cadastro alta de pacientes e a verificação da adequação dos preços incluídos nas contas hospitalares com base na tabela de preços vigentes.

24 Lucro por ação		
Básico e diluído		
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo, quando aplicável, as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui instrumentos potenciais com efeitos diluidores.		
	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	72.043	138.104
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	336.152	336.568
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,22	0,41

25 Saldos e transações com partes relacionadas			
Saldos e transações com partes relacionadas			
Saldos e transações			
Os saldos e transações com partes relacionadas estão descritos abaixo.			
	<u>Parte relacionada</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dividendos a pagar		28.080	26.028
Arrendamentos a pagar		395.590	

Conforme descrito na Nota 11, a Companhia e a JSS celebraram em 31 de dezembro de 2020, contrato de locação dos imóveis das unidades operacionais e outros imóveis de uso administrativo, assistencial e laboratorial. Os contratos têm duração de 30 anos, com possibilidade de renovação e estão sujeitos ao reajuste pela variação do IPCA. O contrato também prevê o aluguel da Unidade Salvadora e do Centro Médico Salvador, quando da conclusão das obras (Nota 26).
(a) Remuneração do pessoal-chave da administração
A administração compreende os Conselheiros de Administração e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2020	2019
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	17.177	16.342
	17.177	16.342

26 Contratos e compromissos
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia no processo de cisão dos ativos, firmou contrato com sua controladora JSS, se comprometendo a promover a finalização da execução dos objetos das edificações das unidades localizadas na cidade Salvador (Hospital Mater Dei Salvador e o Centro Médico Mater Dei) de acordo com as características especiais e necessárias para o desenvolvimento das suas atividades. O Hospital Mater Dei será exclusivamente responsável pela execução da obra, respeitando todas as normas e legislações específicas para a construção e, também em obter e a apresentar à JSS todas as licenças, autorizações e alvarás referentes às obras, inclusive o atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros e o Auto de Conclusão de Obras ("Habite-se").
Pela execução das obras, a Companhia receberá uma contrapartida correspondente da JSS para reembolso total dos custos da obra a executar, que tem previsão de inauguração no 1º semestre de 2022. Conforme contrato, a JSS reembolsará a Companhia no prazo de 12 anos, sendo o mesmo prazo do financiamento obtido pela Companhia para a construção dos respectivos imóveis. O contrato prevê uma remuneração de 4,1% ao ano e terá início em 02 de janeiro de 2021.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Realizamos testes de transações e saldos que compreenderam: (i) a confirmação de saldos decontas a receber, selecionados em bases amostrais e, quando não recebidas as respostas, testamos alternativas contemplando a verificação suporte da remessa correspondente e, quando aplicável, de liquidação subsequente dos saldos; (ii) a seleção, em bases amostrais, de contas hospitalares nos registros de receita para verificação de sua inclusão em uma remessa para plano de saúde, o confronto dessa remessa com a nota fiscal emitida e, quando aplicável, a correspondente liquidação financeira subsequente; e (iii) recálculo das deduções com impostos sobre a receita bruta. Também obtivemos os relatórios detalhados decontas hospitalares no final do exercício e verificamos o critério de reconhecimento da receita no período correto com base na data de prestações de serviços, bem como selecionamos, em bases amostrais, contas hospitalares para verificação da adequação das premissas empregadas pela administração. Por fim, quanto às provisões para glosas e para créditos de liquidação duvidosa, obtivemos o relatório da conta de recursos de glosas e das contas a receber de clientes, por idade, analisamos o comportamento dos saldos vencidos e vencer e comparemos com o valor das provisões constituídas, com base no critério estabelecido pela administração. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e as premissas adotados pela administração para a apuração da receita e o reconhecimento no período correto, bem como as consequências das divulgações, são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Porque é um PAA
Passivos contingentes
(Notas explicativas 3.12 e 17)
A Companhia é parte em processos judiciais administrativos de natureza cível, trabalhista, previdenciária e tributária, bem como possui outros passivos contingentes, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A administração avalia periodicamente, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos, o progresso dos processos, os riscos de insucesso nas esferas administrativas, com o propósito de estimar os possíveis desfechos e proporcionar aqueles considerados de perda provável e divulgar aqueles considerados como de perda possível.
A determinação da probabilidade de exatidão frente a esses riscos contábeis, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem da evolução desses assuntos no futuro, o que não está totalmente sob o controle da administração.
Nesse contexto, consideramos que esse tema permeasse como um dos principais assuntos de auditoria pois o desfecho desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos e reproduzir impacto imediato no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes para identificar, avaliar e divulgar passivos contingentes. Para tanto, obtivemos cópias dos autos de infração para determinados processos visando o entendimento dos argumentos da autoridade fiscal.
Obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos que patrocinam os processos judiciais e administrativos, contemplando os prognósticos de perda e a quantificação dos montantes estimados para avaliar a adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado, conforme aplicável. Também, procedemos ao recálculo das provisões constituídas considerando atualizações monetárias e encargos. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas.
Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.

Porque é um PAA
Reestruturação societária e quebra de cláusulas restritivas
(Notas explicativas 1.2, 5.2 (ii), 15 e 28)

Com o intuito de promover uma reorganização dos seus ativos em 31 de outubro e em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram as cisões parciais do seu patrimônio líquido, representadas por certos ativos das suas atividades operacionais. Os contratos de financiamentos firmados para a construção das unidades hospitalares Betim/ Contagem Contem e Salvador (em construção), apresentam cláusulas restritivas que requerem a autorização prévia das instituições financeiras para a realização de operações societárias que envolvam cisão e locação, entre outros, dos bens financeiros e dados em garantia. O descumprimento de qualquer um destes requisitos implica no vencimento antecipado da dívida.
Até 31 de dezembro de 2020, data destas demonstrações financeiras, a Companhia não havia obtido a carta de anuência para realização da cisão parcial ocorrida e divulgada na Nota 1.2., o que a obrigou a reclassificar parte substancial de seus financiamentos para o passivo circulante, no montante de R\$ 173.253 mil.
Em 3 e 4 de fevereiro de 2021, foram obtidas as cartas de anuência das respectivas instituições financeiras, sem qualquer penalidade.
Tendo em vista a magnitude dos montantes envolvidos nessas transações e a relevância e complexidade de seus impactos sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Após a conclusão das obras, entrará em vigor o contrato de locação do Hospital Mater Dei Salvador e o Centro Médico Mater Dei, o qual terá a duração de 28 anos, com o valor estimado anual de R\$19.000, sujeitos ao reajuste do IPCA, com a possibilidade de revisão dos preços a cada 5 anos para permitir ajuste à evolução dos preços praticados no mercado.

Em 31 de dezembro a Companhia possuía saldos de adiantamentos a fornecedores e estoques adquiridos e ainda não aplicados na obra, apresentados como "Ativos de obras a executar".

	2020
Adiantamento a fornecedores	72.043
Material para execução de obra (a)	36.217
	16.005
	52.272

27 Seguros (cobertura não auditada)
A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar, contratar no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Montante da cobertura
Bens Segurados	
Prédios e conteúdos	
Riscos cobertos	
Incêndio/râio/explosão/danos elétricos/vandalia/fumaça/lucros cessantes	441.200

Adicionalmente, a Companhia contratou apólices de seguro garantia visando dar cobertura, por ordem judicial, a processos judiciais em andamento. Esse seguro tem por objetivo apenas evitar a necessidade de se proceder a depósito judicial. Caso a Companhia não logre êxito nessas ações, a mesma deverá arcar com o ônus dessas ações, não tendo cobertura quanto aos valores perdidos.

28 Eventos subsequentes
(a) Cláusulas contratuais restritivas – covenants
Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia não tinha obtido as cartas resposta com a anuência (waiver) dos bancos BNDES e BNB para a realização da cisão parcial da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2020, o que a obrigou a apresentar no passivo circulante, o saldo de longo prazo das dívidas correspondentes, no montante de R\$ 173.253.

A Administração da Companhia obteve, nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2021, a anuência dos bancos BNB e BNDES, respectivamente, para realização da cisão parcial da Companhia sem declarar vencimento antecipado das dívidas. Logo, a partir do recebimento dos waivers, o cronograma de pagamentos das dívidas permanece inalterado, eximindo a Companhia da realização da caixa de forma antecipada. Apresentamos a seguir, de forma resumida, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 após a obtenção do waiver:

	2020	2020		2020	2020
	Apresentado	Após waiver		Apresentado	Após waiver
Ativo			Passivo		
Circulante	607.492	607.492	Circulante	427.761	254.508
Não circulante	576.437	576.437	Não Circulante	495.107	668.360
			Patrimônio líquido	261.061	261.061
Total do Ativo	1.183.929	1.183.929	Total do passivo	1.183.929	1.183.929

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam a obtenção da documentação que dispõe sobre as condições e aprova as cisões patrimoniais, a qual compreende as atas das reuniões do Conselho de Administração da Companhia e das assembleias gerais extraordinárias da Companhia e das empresas controladas, para as quais os ativos líquidos foram verificados.
Obtivemos ainda os laudos de avaliação, que estabeleceram o valor dos ativos líquidos cindidos nas respectivas datas e também os Protocolos e Instrumentos de Justificação de Cisão Parcial da Companhia, com base no seu valor contábil patrimonial.
A partir do entendimento dessas atas, avaliamos os seus impactos vis-à-vis as cláusulas contratuais das contas de financiamento da Companhia e obtivemos cópia da documentação relativa às anuências das instituições financeiras, as quais não haviam sido obtidas até 31 de dezembro de 2020.

Os procedimentos de auditoria demonstraram que o reconhecimento e as consequências das divulgações das cisões são consistentes com as informações e documentos apresentados, bem como os seus reflexos na apresentação e divulgação dos empréstimos e financiamentos estão consistentes com suas condições contratuais e com os termos de anuência obtidos após o encerramento das demonstrações financeiras de 2020.

Porque é um PAA

Contratos de arrendamento (Notas explicativas 3.15 e 11)
Subsequentemente à reorganização dos seus ativos, a Companhia e sua sociedade controladora celebraram contratos de locação dos imóveis de três unidades operacionais e outros imóveis de uso administrativo, assistencial e laboratorial, resultando no reconhecimento, em 31 de dezembro de 2020, de um passivo de arrendamento e do correspondente direito de uso dos ativos, em conformidade com o pronunciamento CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases).
Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor dos ativos primeiramente cindidos e, posteriormente, objeto de um contrato de arrendamento que resultou no reconhecimento de passivo de arrendamento e do correspondente direito de uso dos ativos, em conformidade com as demonstrações financeiras em montantes significativos, os quais envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos).

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) a leitura e o entendimento do contrato de arrendamento, visando confirmar que o mesmo contém elementos de arrendamento; (ii) a avaliação dos critérios adotados pela administração para a definição do prazo contratual; (iii) a avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iv) recálculo para verificar o valor do passivo de arrendamento e do direito de uso dos ativos reconhecidos; (v) leitura e entendimento das divulgações e atendimento as normas da Comissão de Valores Mobiliários em notas explicativas.
Os nossos procedimentos de auditoria realizados demonstraram que os critérios e as premissas adotados pela administração no reconhecimento dos contratos de arrendamento são razoáveis e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Apresentamos a seguir, o cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, após a obtenção do waiver:

	2020	2019
Cronograma dos empréstimos e financiamentos:	Apresentado	Após waiver
Menos de um ano	239.468	66.215
Dois e três anos	2.771	58.383
Quatro e cinco anos	-	49.744
Acima de cinco anos	242.239	67.897
	242.239	242.239

	2020	2020
Cronograma dos empréstimos e financiamentos a valores futuros não descontados:	Apresentado	Após waiver
Menos de um ano	239.850	76.406
Dois e três anos	2.949	64.926
Quatro e cinco anos	-	72.328
Acima de cinco anos	242.799	295.110

JOSÉ SALVADOR SILVA
Presidente Conselho Administração

HENRIQUE M. SALVADOR SILVA
Diretor Presidente

MARIA NORMA SALVADOR LIGÓRIO
Diretor Vice Presidente Administrativo, Financeiro e Comercial

MÁRCIA SALVADOR GEO
Vice Presidente Assistencial Operacional e Diretora Clínica

LALBERTO SERVIÇOS CONTÁBEIS EIRELI - ME
Luiz Alberto do Nascimento
CRC-MG 009577/0 / TC-CRCMG: 30.315

MÁRCIA SALVADOR GEO
Vice Presidente Assistencial Operacional e Diretora Clínica

LALBERTO SERVIÇOS CONTÁBEIS EIRELI - ME
Luiz Alberto do Nascimento
CRC-MG 009577/0

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as intervenções distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriamos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2S/P000160/0-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC1 MGO75204/O-0

INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

Stellantis bate marca histórica em Betim

Planta da Fiat atingiu a produção de 15 milhões de transmissões e deve inaugurar em breve unidade de motores turbo

MARA BIANCHETTI

Depois de amargar perdas de quase 30% no ano passado e iniciar o ano ainda em meio à crise com falta de produtos e de insumos, preços elevados e novas restrições de funcionamento em função da pandemia de Covid-19, o setor automotivo ainda tem o que comemorar. Pelo menos a fábrica da Fiat em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que acaba de alcançar a marca de 15 milhões de transmissões produzidas e está prestes a inaugurar a nova planta de motores turbo.

Segundo a montadora, que com a fusão entre Fiat-Chrysler e o Grupo PSA passou a integrar a Stellantis, apesar de todos os percalços

FERTILIZANTES

Cibra fecha acordo para adquirir planta da Heringer

Unidade em Uberaba está fechada

MARA BIANCHETTI

A Cibra, empresa de fertilizantes com sede em Salvador (BA) e controlada pelo grupo americano Omimex, assinou acordo para aquisição da fábrica da Fertilizantes Heringer em Uberaba, no Triângulo Mineiro. A negociação ainda depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e deve movimentar R\$ 55 milhões.

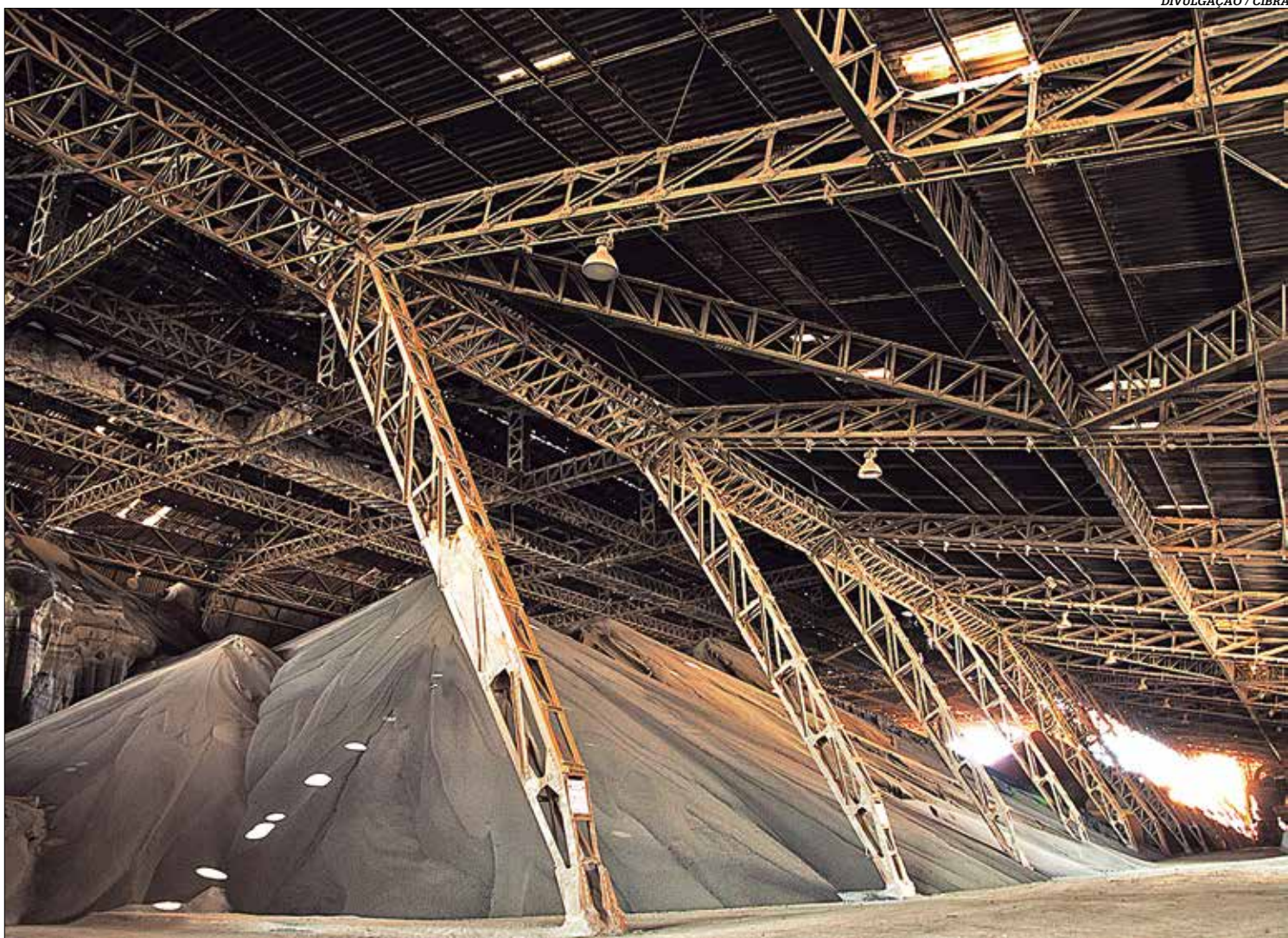
De acordo com o diretor de operações da Cibra, Celso Rocha, a compra faz parte do plano de expansão da companhia, que prevê atingir uma produção total de 2,5 milhões de toneladas até 2025. Apenas a planta de fertilizantes em Uberaba tem capacidade produtiva de 400 mil toneladas por ano de produtos como misturas NPK, fertilizantes diferenciados e adubos para sistemas de fertirrigação e hidroponia, e eleva em quase 24% a capacidade de

produção total da empresa.

“Entre quatro e seis meses estaremos em operação. A planta ainda precisa ser colocada em condições de uso, porque ficou por dois anos sem operar e há várias máquinas desmontadas. A geração de empregos prevista é de 200 postos de trabalho”, disse.

Quanto à aquisição, Rocha afirmou que a unidade desativada apareceu como oportunidade para o plano de expansão da Cibra, que prevê investimentos de cerca de R\$ 400 milhões até 2025. Além da planta mineira, a empresa prevê iniciar neste ano um projeto *greenfield* e realizar ao menos mais uma aquisição relevante.

O executivo também citou a combinação entre condições favoráveis ao negócio que levaram ao investimento, como suprimento favorável, logística adequada e proximidade do mercado consumidor. “Juntas, essas características tornaram as



DIVULGAÇÃO / CIBRA

Em 2020, a Cibra registrou um crescimento de 15% no volume de vendas, alcançando a marca de 1,7 milhão de toneladas

condições ideais para o negócio”, argumentou.

Vendas - Em 2020, a Cibra, uma das cinco maiores empresas de fertilizantes do Brasil, registrou crescimento expressivo de 15% em volume de vendas, atingindo 1,7 milhão de toneladas, contra estimativa de 6% de crescimento do mercado nacional como um todo no ano passado. A empresa possui 11 plantas no País, sendo três na Bahia, duas no Mato Grosso, duas no Paraná e uma em cada

um dos estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e agora Minas Gerais.

cidade. Com protocolo de intenções assinado no dia 22 de dezembro, a equipe de

A compra faz parte do plano de expansão da companhia, que prevê atingir uma produção total de 2,5 milhões de toneladas até 2025. Apenas a planta de fertilizantes em Uberaba tem capacidade produtiva de 400 mil toneladas por ano.

Vale dizer que este é mais um projeto deixado encaminhado pela antiga gestão da

Paulo Piau (MDB) entregou esta e outras negociações sigilosas para que a prefeita

Elisa Araújo executasse a partir de 2021.

De acordo com a Prefeitura, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação, Rui Ramos, se reunirá na próxima semana com a empresa para tratar de licenciamento e obtenção de alvarás. “Eles estavam negociando na intenção de comprar um terreno, e mudaram, compraram uma fábrica. Vamos recebê-los e iniciar as tratativas e as próximas etapas que virão pela frente”, comentou.

ESTATAL

Bolsonaro anuncia troca de comando e Silva e Luna assumirá a Petrobras

São Paulo - O presidente Jair Bolsonaro anunciou na sexta-feira (19) que o governo decidiu indicar o general Joaquim Silva e Luna para assumir os cargos de conselheiro e presidente da Petrobras após o encerramento do ciclo do atual CEO da companhia, Roberto Castello Branco.

Em publicação no Facebook, Bolsonaro compartilhou nota assinada pelo Ministério de Minas e Energia sobre a mudança.

Silva e Luna, atual presidente de Itaipu, assumiria “após o encerramento do ciclo, superior a dois anos, do atual presidente” da petroleira estatal, de acordo com o comunicado.

Não foi possível falar imediatamente com a Petrobras.

Castello Branco assumiu o comando da petroleira em janeiro de 2019, logo após a posse de Bolsonaro. Ele vinha defendendo a independência da companhia para reajustar preços dos combustíveis, mas acabou desagradando o presidente após um comentário sobre caminhoneiros, que têm ameaçado greves devido aos valores do diesel.

O CEO da Petrobras disse no final de janeiro que a questão dos caminhoneiros não era um problema da companhia. O mandato do Castello Branco se encerra em 20 de março.

Na noite de quinta-feira (18), após um reajuste da companhia nos valores dos combustíveis, Bolsonaro reclamou e disse que o comentário teria “consequências”, prometendo mudanças na estatal, sem detalhar.

As ações da Petrobras tiveram forte queda na sexta-feira em meio às discordâncias

entre Bolsonaro e Castello Branco, que não chegou a se manifestar em público sobre o assunto. Não foi possível contato com o executivo.

Os papéis preferenciais da Petrobras encerraram com perda de 6,63% na sexta-feira.

Elogios - O novo indicado para chefiar a petroleira, por sua vez, tem recebido elogios frequentes de Bolsonaro em suas tradicionais transmissões semanais e manifestações públicas por seu trabalho em Itaipu.

Ainda no ano passado, por

exemplo, o presidente disse que a gestão de Silva e Luna tem se comprometido com o uso de recursos públicos e permitido a realocação de recursos para obras estruturantes no Paraná.

Silva e Luna é general de Exército da reserva e foi ministro da Defesa do governo Michel Temer. Ele foi o primeiro militar a ocupar o Ministério da Defesa desde a sua criação em 1999 e, agora, também coroa a volta de um ex-ocupante das Forças Armadas na Petrobras. (Reuters)



MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

Joaquim Silva e Luna é general do Exército, foi ministro da Defesa e atualmente preside Itaipu

Suspensão de impostos anula reajuste no diesel

Rio - A suspensão temporária de impostos federais sobre o diesel, anunciada na sexta-feira (19) pelo presidente Jair Bolsonaro, tem potencial para quase anular possíveis efeitos nas bombas de reajuste de 15% feito pela Petrobras nas refinarias, apontaram analistas ouvidos pela Reuters.

Bolsonaro anunciou que irá zerar por dois meses, a partir de 1º de março, PIS/ Cofins que incidem sobre o diesel fóssil, com o objetivo de “contrabalançar” o reajuste que considerou “excessivo” feito pela petroleira estatal.

O reajuste da Petrobras elevou o diesel nas refinarias em média em R\$ 0,34 por litro, para R\$ 2,58 por litro na sexta-feira. O repasse dos reajustes nas refinarias aos consumidores finais nos postos não é garantido, e depende de uma série de questões, como margem da

distribuição e revenda, impostos e adição obrigatória de biocombustíveis.

O prazo de dois meses, segundo o presidente da República, visa dar tempo para o governo pensar em uma forma de eliminar o imposto de forma definitiva.

“O PIS/Cofins que será reduzido é praticamente o valor do aumento que a Petrobras fez ontem no preço”, disse o chefe da área de óleo e gás da consultoria INTL FCStone, Thadeu Silva.

No entanto, o especialista ponderou que está programado um aumento da mistura de biodiesel no diesel comum também a partir de 1º de março, em um momento em que o biocombustível está com preços elevados. “Então alguma alta (do diesel nas bombas) ainda vamos ter”, frisou.

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove),

André Nassar, afirmou ainda ser cedo para avaliar se o aumento da mistura do biodiesel poderá elevar o preço do diesel nas bombas. Mas ponderou que o impacto do biocombustível é pequeno comparado ao diesel fóssil, cujos valores têm sido crescentes --a alta do preço da Petrobras é de 27,5% nas refinarias, no acumulado do ano.

Ele lembrou que biodiesel responderá em março por apenas 13% do volume do combustível vendido nos postos, ante 12% atuais, enquanto o diesel impacta no restante.

Caminhoneiros - A medida de Bolsonaro veio como resposta a pressões feitas por caminhoneiros, que se queixam dos preços altos do diesel e chegaram a ameaçar uma greve no início do mês.

As discussões ocorrem ainda em meio a uma baixa

demanda por combustíveis, em função da pandemia de Covid-19.

O presidente da Fecom-bustíveis, Paulo Miranda, destacou que toda vez que o produto sobe, os consumidores tomam providências para economizar e acabam reduzindo a demanda.

“Os aumentos (do diesel) foram muito expressivos. No nosso segmento, nós trabalhamos com margens muito apertadas, estou imaginando que a maioria não terá condições de absorver esse aumento”, afirmou. “Quanto mais caro, mais difícil de vender.”

Segundo ele, o PIS/Cofins representa aproximadamente R\$ 0,35 centavos por litro, mas o efeito do corte deverá ser de cerca de R\$ 0,31 por litro, uma vez que o combustível vendido nas bombas recebe atualmente uma mistura de 12% de biodiesel.

“Isso anula aumento que a Petrobras está dando a partir de hoje. Mostra para os caminhoneiros que o governo está com boa vontade de tentar ajudar”, disse Miranda.

Interferências - O anúncio de Bolsonaro veio acompanhado de críticas ao presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, o que volta a reanimar temores sobre possíveis interferências políticas na administração da empresa, em momento em que a estatal estava avançada em processos para vender refinarias.

A presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), que representa as petroleiras, Clarissa Lins, preferiu não comentar as declarações do presidente, mas defendeu a liberdade do mercado para definir preços, em prol de um ambiente para a atração de investimentos de longo prazo. (Reuters)

ALISSON J. SILVA / ARQUIVO DC

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Setor em Minas tem alta de 11% no faturamento

Reformas em 2020 impulsionaram vendas

MICHELLE VALVERDE

Em 2020, o isolamento social para conter a pandemia de Covid-19 estimulou as reformas de imóveis. Com isso, houve um aumento da demanda por materiais de construção. O faturamento do setor, em Minas Gerais e no País, cresceu cerca de 11% no último ano. Com a demanda maior e a oferta restrita, já que houve parada em várias fábricas, os custos dos materiais também subiram, pelo menos, 30% no período, o que limitou os ganhos do setor.

Para 2021, as expectativas são positivas e a tendência ainda é de mercado aquecido, principalmente após março, quando os gastos com impostos e demais despesas do início do ano acabam. Porém, ainda existem incertezas econômicas e em relação à pandemia, que podem interferir no desempenho.

De acordo com o vice-presidente da Associação dos Comerciantes de Material de Construção de Minas Gerais (Acomac-MG), Paulo Machado Zica de Castro Ferreira, o início de 2021 vem sendo marcado por uma desaceleração da demanda, que já era esperada devido aos primeiros meses do ano concentrarem pagamentos de impostos e algumas despesas. Porém, a tendência é de que, a partir de março, a demanda volte a crescer.

Zica explica que, em 2020, as vendas de material de construção foram afetadas nos primeiros meses da pandemia, porém, como a atividade foi considerada essencial e devido ao maior período das pessoas em casa, a demanda se recuperou e cresceu.

“No ano passado, com a pandemia, entre março e abril, enfrentamos momentos difíceis com queda de vendas. Mas, a partir de meados de abril, percebemos que o mercado ia reagir bem. De maio para frente, tivemos um ano completamente diferente e começamos a vender mais do que esperávamos”.

Com o aumento da demanda e fábricas paralisadas, o

setor enfrentou problemas de abastecimento, gerando elevação de preços. “O faturamento do setor de material de construção cresceu, em Minas Gerais, em média, 11% em 2020. Porém, empresários que estavam preparados e conseguiram equalizar os preços com os custos, aumentaram o faturamento em até 30%. É importante ressaltar que esse aumento do faturamento veio também da elevação dos preços dos materiais, por isso, não significa que a rentabilidade das empresas acompanhou”.

Zica explica que o aumento dos custos dos materiais chegou a cerca de 30%, impulsionado, principalmente, pelos preços do cimento, aço e tubos de PVC.

Para 2021, é esperada a regularização da oferta de materiais. Além disso, o avanço da vacinação contra a Covid-19 tende a favorecer a economia, o que é importante para estimular os investimentos em reformas e o setor de materiais de construção. “Para este ano, estimamos acompanhar o crescimento nacional do setor. Temos muito espaço para crescer, o mercado está aquecido e muitas pessoas iniciaram as reformas e vão dar continuidade. Esperamos ter um ano melhor”, disse.

País - A tendência de resultados positivos no setor de materiais de construção em 2021 também é defendida pelo superintendente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), Waldir Abreu. Em 2020, o setor nacional cresceu 11% em faturamento.

“Ainda trabalhamos com muitas incertezas e esperamos que, depois de março, possamos traçar um panorama mais seguro para o setor. A princípio, para 2021, no País, traçamos três estimativas. Em uma estimativa pessimista, esperamos que nosso setor cresça de 1% a 1,5% sobre o faturamento de 2020. Em uma visão mais realista, acreditamos em uma expansão de 3% a 3,5%. Em um cenário otimista, a ten-



Cimento, aço e tubos de PVC tiveram forte demanda no último ano, contribuindo para o avanço também nos preços dos materiais

dência é ampliar o faturamento entre 4,5% e 5%”.

Ainda segundo Abreu, a estimativa é de que a demanda pelos materiais de construção se torne maior a partir de março, período em que os gastos com impostos e demais despesas de início de ano são concluídos. Em janeiro, os empresários tiveram a percepção de queda nas vendas elevada se comparada com dezembro de 2020.

“Para este ano, estimamos acompanhar o crescimento nacional do setor. Temos muito espaço para crescer, o mercado está aquecido e muitas pessoas iniciaram as reformas e vão dar continuidade. Esperamos ter um ano melhor”

Em janeiro, o “Termômetro Anamaco”, pesquisa realizada pela associação nacional em parceria com a

Fundação Getúlio Vargas/ Instituto Brasileiro de Economia (FGV / Ibre) mostrou que a percepção de alta nas

ATIVIDADE ECONÔMICA

Monitor do PIB aponta recuo de 4% em 2020

Rio de Janeiro - O Monitor do PIB-FGV sinaliza que a atividade econômica retraiu 4% em 2020. O dado foi divulgado na sexta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Pela ótica da produção, dos três grandes setores (agropecuária, indústria e serviços), apenas a agropecuária cresceu no ano (2%). Enquanto pela ótica da demanda, todos os componentes retraíram, com destaque para o consumo das famílias com recuo de 5,2% no ano.

Para o coordenador do Monitor do PIB-FGV, Claudio Considera, a expressiva queda de 4% da economia em 2020 consolida retrações disseminadas em diversas atividades econômicas em decorrência da pandemia de Covid-19.

Segundo ele, embora a economia tenha acelerado no final do ano, com crescimento de 3,4% no quarto trimestre



PIXABAY

Em termos monetários, estima-se que o PIB alcançou a cifra de R\$ 7 trilhões, 434 bilhões e 248 milhões

e de 1% em dezembro, nas comparações com os períodos imediatamente anteriores e com iguais períodos do ano de 2019, os resultados não foram suficientes para compensar a perda expressiva que o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de bens e serviços produzidos no país) sofreu, principalmente, no segundo trimestre.

“Os desafios para 2021 se mostram grandes a partir deste cenário, tendo em vista que, devido ao crescimento lento de 2017-2019, a economia não foi capaz de recuperar as perdas da recessão de 2014-2016. Com o choque adverso enfrentado em 2020, que ainda não foi totalmente eliminado, os resultados de 2014, pico

da série histórica, parecem cada vez mais distantes de serem alcançados”, afirmou em nota.

Em termos monetários, estima-se que o PIB de 2020, em valores correntes, alcançou a cifra de R\$ 7 trilhões, 434 bilhões e 248 milhões.

O resultado do PIB de 2020 interrompeu a trajetória de crescimento que se estendia por três anos e retornou ao patamar de 2016. A preços constantes de 2020, o PIB de 2020, embora seja um pouco maior que o de 2016, ainda é inferior aos do período 2017 a 2019. A valores de 2020, o PIB per capita equivale a R\$ 35.108, menor valor desde 2008.

Já a taxa de investimento da economia foi de 16,1% em 2020, a maior desde 2015 (17,3%). (ABr)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Transporte do Taxis da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Grande BH Ltda.-Coomotaxi, com sede nesta capital, rua Engenho de Minas, nº 31, bairro Engenho Nogueira, convoca com fundamento no Capítulo VII Artigo 20 e Capítulo VII Artigo 37 do Estatuto Social os seus associados num total de 180 para Assembleia Geral Ordinária que será realizada dia 06 de Março de 2021, com a 1ª chamada às 07:00 horas com exigência de quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos associados, 2ª chamada às 08:00 horas com exigência de quórum de metade mais um dos associados e 3ª e última chamada às 09:00 horas com exigência de quórum mínimo de 10 (dez) associados. A Assembleia será realizada no auditório do Sincavil localizado na Jacui, 3761 Ipiranga, nesta capital. **(RESPEITANDO TODOS OS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO CONTRA COVID-19 CONFORME A LEI FEDERAL 13.979/2020 O USO DA MASCARA É INDISPENSÁVEL ASSIM COMO O USO DA SUA PRÓPRIA CANETA)** para deliberações das seguintes ordens do dia: 1º Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada do parecer do Conselho Fiscal compreendendo: A- Relatório de gestão; B- Balanço Geral C- Demonstrativos das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal. D- Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade. E- Relatório de gestão CACC&A; F- Parecer do Conselho Fiscal 2º Eleição para Conselho fiscal; 3º Fixação do pró-labore para conselheiros de administração/conselho fiscal; 4º Assuntos gerais. **Observações Finais:** Registro de chapas concernentes ao item 2º, será até o dia 01/03/21, às 17 horas. Belo Horizonte, 20 de Fevereiro de 2021. **Gilberto Valadares Lisboa - Diretor Presidente/Comercial**

Leilão - Gustavo Costa Aguiar Oliveira, Leiloeiro Oficial MAT. JUCENMG nº 507 torna público que realizará um leilão online, por meio do Portal: www.gpleiloes.com.br, com abertura no dia 17/02/2021 e encerramento no dia 11/03/2021 às 15:00 horas, para alienação de Equipamentos de Academia da empresa **PIC PAMPULHA IATE CLUBE**. Normas para participação estão registradas no Cartório do 1º Ofício de Reg. de Títulos e Docs. de BH sob o nº: 01419286. Informações sobre visita aos bens e edital completo poderão ser obtidas no site: www.gpleiloes.com.br ou com a equipe do leiloeiro pelo tel.: (31) 3241-4164.

O MAURILIO COSTA ZARATTINI, responsável pelo empreendimento denominado **MILMATEC COMÉRCIO DE MAQUINAS DE CONFECÇÕES E MALHARIA LTDA**, com atividade de comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, além de manutenção e reparação, localizado na Rua dos Pampas, nº 93, Bairro Prado, Belo Horizonte/MG CEP 30.410-580, torna público que protocolizou requerimento de Licença de Operação Corretiva à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA – Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021. Objeto: Aquisição de cestas de gêneros alimentícios a serem adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM. O edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis, a partir de 23/02/2021, no site: www.itauna.mg.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br. Data do pregão: 08/03/2021, às 8h30. Dalton Leandro Nogueira, Secretário Municipal de Administração.

ipsemg

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2012015.235/2020. Objeto: Aquisição de materiais médico-hospitalares do tipo luvas cirúrgicas e de procedimentos, para abastecimento do almoxarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro - HGIP do IPSEMG, mediante fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses. Data da sessão pública: 05/03/2021, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no site eletrônico www.compras.mg.gov.br. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o Edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O Edital poderá ser obtido nos sites www.compras.mg.gov.br ou www.ipsemg.mg.gov.br. Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2021. Bruno Ramos Stancioli – Gerente de Compras e Gestão de Contratos - IPSEMG.

ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL FAMILIA BANDEIRANTE
Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Associados da Associação Assistencial Família Bandeirante para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, no dia 01 de março de 2021 às 16:00 horas em primeira chamada, às 16:30 horas e trinta minutos em segunda chamada e às 17:00 horas em terceira e última chamada, na Rua Matias Cardoso, nº 63, Sala nº 1.801, Bairro Santo Agostinho, CEP: 30.170-914, nesta Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Alteração da redação dos artigos nºs: i) Alínea “d” do Artigo 7º e inclusão da Alínea “e”; ii) Parágrafo 1º do Artigo 15; iii) Artigo 19; iv) Supressão do Parágrafo Único do Artigo 20; v) Alínea “b” do Artigo 22; vi) Artigo 29; vii) Artigo 31; viii) Artigo 32; ix) Artigo 34; 2. Renúncia de Conselheiro. 3. Eleição de Conselheiro. 4. Consolidação do Estatuto Social; e 5. Outros assuntos de interesse da Entidade. Belo Horizonte/MG, 18 de fevereiro de 2021. **MARCUS VINÍCIUS FERNANDES VIEIRA** - Presidente do Conselho Controlador.

SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.
CNPJ/MF Nº 20.568.671/0001-60
NIRE 3130017235

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da **SÃO MATEUS AGROPECUÁRIA LTDA.** (“Sociedade”) a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de fevereiro de 2021, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, situada na cidade de Varjão de Minas, Estado de Minas Gerais, na BR 365, S/N, Km 362, Zona Rural, CEP: 38.794-000, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) retificação da deliberação tomada em reunião de sócios ocorrida em 22 de janeiro de 2021, com o intuito de adequar o objeto social da Sociedade e ratificação das demais deliberações; (ii) retificação da 2ª alteração do Contrato Social da Sociedade com o intuito de adequar o objeto social e consolidação do Contrato Social da Sociedade; e (iii) outros assuntos de interesse dos sócios.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2021.
Flávio Pentagna Guimarães - Diretor Presidente

TURDUS PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 10.568.609/0001-58 - NIRE 313002812-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Turdus Participações S/A (“Companhia”) convidados a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em 1º convocação, no dia 02 de março de 2021, às 10:00 horas na sede da Companhia, localizada na Rodovia LMG 827, KM 10, Bambuí-Medeiros, Edifício da Administração, Sala 02, Zona Rural do município de Bambuí/MG, CEP 38.900-000, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) a ratificação da autorização concedida pela Diretoria da Companhia, em caráter de urgência, para o ajuizamento do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia, em ação ajuizada na Comarca de Bambuí em 10/02/2021, sob nº 500194-84.2021.8.13.0051; e (ii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários para a execução das deliberações tomadas em relação à matéria constante do item 7º da ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia. Bambuí/MG, 18 de fevereiro de 2021. **Marina Pimenta Madeira - Diretora Presidente.**

COOPERATIVA DE MÉDICOS GINECOLOGISTAS E OBSTETRIZAS LTDA - CNPJ nº 71.401.673/0001-00
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da COOPERATIVA SÓFIA VALÉRIA REIS DE OLIVEIRA convoca os cooperados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária SEMIPRESENCIAL, que será realizada no dia 30 (trinta) de março de 2021, na sede da cooperativa - rua Ceira, nº 136 Sº andar, bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, e com participação à distância por meio da plataforma curia.coop, cujo link será disponibilizado a partir do dia 23 de março de 2021 nos meios de comunicação adotados, conforme NOTAS abaixo. A assembleia será realizada nas seguintes horas: às 17h (dezoito horas) em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 dos cooperados; em segunda convocação às 18h (dezoito horas) com a presença mínima de metade mais um dos cooperados, ou às 19h (dezoito horas), em terceira e última convocação, com a presença de no mínimo, 10 (dez) cooperados. **ORDEM DO DIA:** I - Prestação de contas pela Diretoria referente ao exercício 2020, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) demonstrativo das sobras ou das perdas apuradas. II - Destinação das sobras apuradas, após a dedução dos percentuais destinados aos fundos legais, ou rateio das perdas não cobertas pelo fundo de reserva. III - Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, conforme regras previstas no Estatuto. IV - Apresentação dos planos de trabalho para o exercício de 2021. V - Fixação do valor dos honorários da Diretoria e da cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal. VI - Outros assuntos de interesse social. NOTAS: 1) A assembleia ora convocada será realizada na forma semipresencial, no endereço acima indicado, e a distância através de link disponibilizado pela cooperativa a partir do dia 30/03/2021 em seus meios de comunicação (e-mail) ou atendendo à solicitação feita diretamente pelo cooperado. 2) Durante toda a assembleia, o cooperado poderá se manifestar à distância através do chat e suas ponderações serão lidas e apresentadas à Diretoria e/ou a quem estiver no comando da assembleia. 3) As votações serão feitas por meio do software Curia (curia.coop) e será disponibilizado durante a assembleia o link para a votação. Não será utilizado boletim de voto à distância. 4) A assembleia será filmada e gravada e ficará disponível para acesso dos cooperados. 5) O quórum de instalação referido no preâmbulo = número de cooperados presentes no local + número de cooperados com acesso à distância. 6) Para os efeitos legais, declaram-se que o número de cooperados é de 639 (Seiscentos e trinta e nove reais).

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2021
Dra. Sofia Valéria Reis de Oliveira - Diretora Presidente - GINECOOP



FERROVIAS

Renovação de concessão é questionada

Novo marco regulatório corre o risco de não ser votado por conta do imbróglio envolvendo o repasse de recursos para Minas

JULIANA SIQUEIRA

O marco regulatório das ferrovias não será votado no Senado até que se esclareça a questão dos investimentos para Minas Gerais.

O grande impasse tem sido o fato de o contrato de renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), por mais 30 anos, não prever investimentos no corredor Centro-Leste, que parte de Goiás, passa pelo Estado e finaliza no porto de Vitória (ES). Há uma espera de que se dê atenção à inclusão do projeto Contorno da Serra do Tigre (MG).

De acordo com o senador Carlos Viana (PSD-MG), uma reunião será feita na próxima terça-feira (23), com a presença do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, para discutir o assunto. A ideia é que seja feito um esclarecimento e também uma boa proposta em relação ao impasse, com um plano alternativo ao que se tem hoje.

O senador lembra que os investimentos previstos são de quase R\$ 14 bilhões, mas que a prioridade não está sendo Minas Gerais.

“O Estado está em um prejuízo com essa história. A maior parte do dinheiro vai para o corredor São Paulo-

“O Estado está em um prejuízo com essa história. A maior parte do dinheiro vai para o corredor São Paulo-Goiás-Mato Grosso”

-Goiás-Mato Grosso, que já vem recebendo investimentos do governo federal”, ressalta ele.

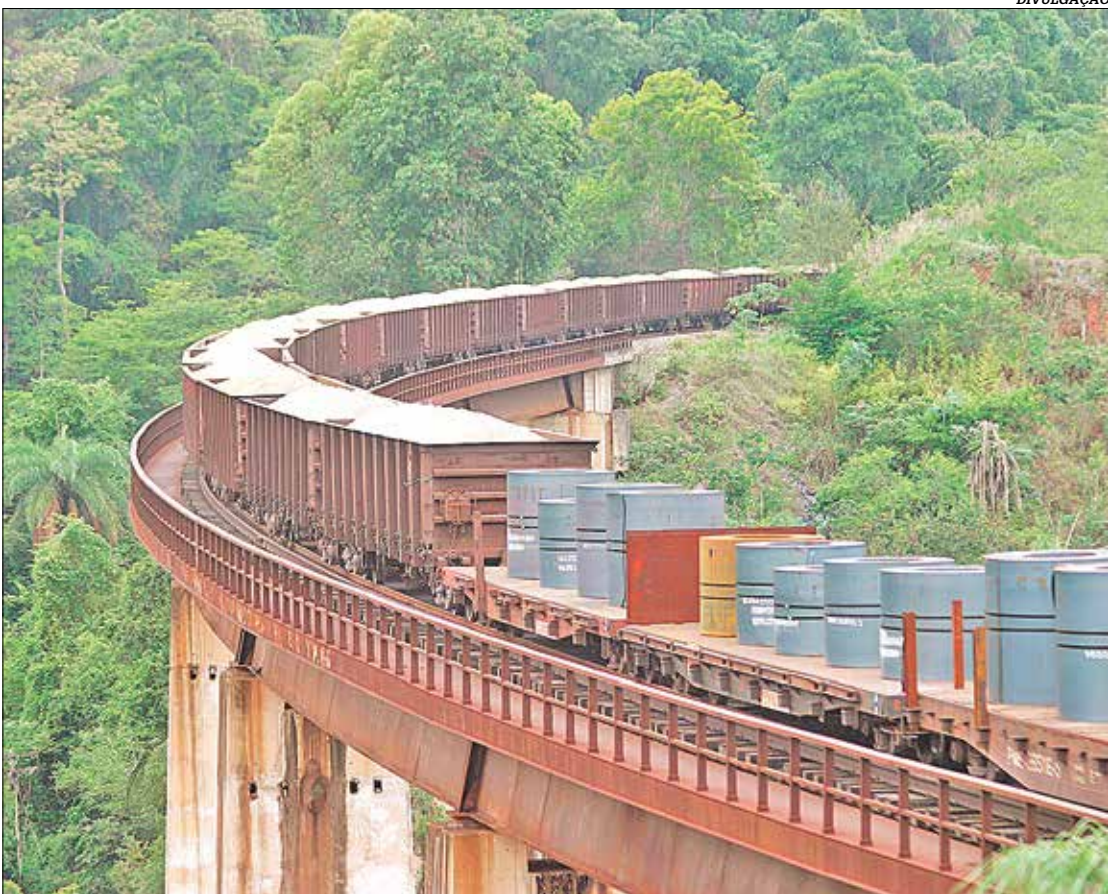
Viana lembra que a maior parte das linhas está em Minas Gerais. “Então, a maior parte do dinheiro tem de beneficiar os municípios mi-

neiros”, destaca. “Queremos nossa parte, não queremos privilégios”, afirma ele.

O senador frisa ainda que as ferrovias da FCA, operada pela VLI, que passam pelo Estado são relevantes para o agronegócio no País e também para o desenvolvimento dos municípios. Ele acredita que soluções serão encontradas para alavancar o sistema ferroviário do Brasil e de Minas Gerais.

Ponderações – Em nota, o Ministério da Infraestrutura afirmou que vai considerar as ponderações realizadas no âmbito do processo da participação social.

“No que se refere à solução do Ministério da Infraestrutura para o Corredor Centro-Leste, com destaque para a Serra do Tigre, destaca-se que no processo de prorrogação antecipada da FCA, os investimentos a serem indicados por esta pasta, na condição de formuladora de política, em contrapartida



Renovação da concessão da FCA será tema de reunião entre Viana e o ministro da Infraestrutura

ao pagamento do valor de outorga, considerará todas as ponderações e sugestões feitas no âmbito do processo

de participação social”, diz. A pasta acrescenta ainda que “a definição dos empreendimentos mais adequados

à utilização da outorga da prorrogação respeitará as diretrizes do planejamento setorial”, afirma.

GÁS NATURAL

Projeto com novas regras não deve ser modificado

Brasília - O novo marco regulatório para o setor de gás (PL 4.476/2020), aprovado no Senado com alterações em dezembro do ano passado, retornou para Câmara dos Deputados, onde aguarda nova votação. A matéria está na lista de prioridades do governo federal, que já sinalizou a disposição de trabalhar pela aprovação do texto original, sem modificações.

A proposta prevê, entre outras medidas, o regime de autorização para transporte de gás natural; e acaba com a exclusividade dos estados na distribuição do produto.

Oriundo da Câmara, onde foi aprovado em setembro de 2020, o texto recebeu quatro emendas acatadas no Senado. Como foi modificado, será votado novamente pelos deputados.

De acordo com o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o Executivo prefere o projeto aprovado na Câmara, sem as alterações promovidas pelos senadores, e deve se posicionar dessa maneira quando a matéria for analisada pela segunda vez naquela Casa.

Autorização - A principal

mudança trazida pelo novo marco da Lei do Gás é a previsão de autorização em vez de concessão para o transporte de gás natural e estocagem em jazidas esgotadas de petróleo.

De iniciativa do ex-deputado Antonio Carlos Mendes Thame, a proposta substitui a legislação vigente sobre o tema (Lei 11.909, de 2009).

O projeto muda o modelo jurídico atual para exploração do serviço de transporte de gás natural e para a construção de gasodutos, trocando a concessão (em que a empresa precisa vencer um leilão promovido pelo governo) pela autorização (em que a empresa apresenta um projeto após chamada pública e aguarda a aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP). O planejamento do setor fica a cargo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O texto também prevê mecanismos para viabilizar a desconcentração do mercado de gás, no qual a Petrobras participa com 100% da importação e do processamento e cerca de 80% da produção. A ANP deverá acompanhar o mercado para estimular a competitividade, usando

mecanismos como cessão compulsória de capacidade de transporte, escoamento da produção e processamento; obrigação de venda, em leilão, de parte dos volumes de comercialização detidos por empresas com elevada participação no mercado e restrição à venda de gás natural entre empresas nas mesmas áreas de produção.

Mercado - Para o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da matéria no Senado, a proposta vai destravar o mercado do gás natural no Brasil, contribuindo para o aumento da concorrência no setor e para a expansão da rede de transporte.

Também de acordo com o senador, o combustível de origem fóssil representa hoje 12% da matriz energética do País, e estimativas do BNDES apontam para a potencial duplicação da oferta interna de gás natural nos próximos dez anos, originários principalmente da produção do pré-sal.

Alterações - Com as modificações feitas no Senado, o texto passou a permitir o acesso do biometano à rede de

Senadores divergem sobre a proposta

Os senadores têm opiniões divergentes sobre a proposta do Novo Marco do Gás. A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) disse temer que as regras prejudiquem a atuação da Petrobras no transporte e na comercialização do gás. Ela ainda afirmou ter dificuldade em acreditar que o processo de privatização venha a reduzir os preços para o consumidor final.

Omar Aziz (PSD-AM) destacou que a experiência com a empresa privada de energia no Amazonas não foi positiva.

“A experiência que nós temos aqui com a Companhia de Gás do Amazonas,

em relação aos proprietários da empresa, não são boas para o povo amazonense, de forma nenhuma. Até porque o gasoduto que foi construído de Coari e Manaus, que era para custar R\$ 2,5 bilhões, foi para mais de R\$ 4 bilhões, e quem paga isso é o consumidor”, ressaltou.

Já Lucas Barreto (PSD-AP) afirmou que a mudança nas regras é importante e acredita que o custo do gasoduto é mais barato que o de um linhão de energia. O senador acrescentou que o Amapá, por exemplo, precisa ter alternativas energéticas, para não correr riscos de novos

apagões. Ele ainda enfatizou que os amazônidas “estão sempre à beira do colapso energético”.

“Vocês imaginam que a maior reserva de gás de petróleo do mundo está na foz do Amazonas. Além disso, olhem o potencial que o Amapá tem: nós estamos na linha do Equador, esquina com o Rio Amazonas – vento e luminosidade, uma combinação perfeita para se produzir energia. O problema é que, para se produzir energia, para se ter retorno disso, tem que haver investidor. Capital não tem pátria; ele só está onde está dando lucro”. (Agência Senado)

gasodutos, de modo a favorecer a produção e o consumo de gás produzido a partir de resíduos orgânicos.

Outra alteração determina que as unidades de processamento de gás natural sejam instaladas preferencialmente nos municípios produtores. E uma emenda reserva aos estados o serviço local de gás.

O texto também passou a prever a possibilidade de a atividade de transporte de gás ser exercida por meio de parceria público-privada (PPP). O próprio relator também fez outros ajustes, propondo modificações redacionais e nas referências a órgãos do governo.

Destaque apresentado

pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) retirou um artigo que, segundo ela, poderia prejudicar a produção de energia limpa na região Nordeste – por indicar prioridade, em determinados leilões de energia, aos estados da região Amazônica, com as chamadas termelétricas inflexíveis. (Agência Senado)

LEGISLATIVO

Câmara decide manter o deputado Daniel Silveira preso

Brasília - A Câmara dos Deputados decidiu na sexta-feira (19) que o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) continuará preso por ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), a seus ministros e por defender atos antidemocráticos como o AI-5, um dos mais duros instrumentos de repressão do regime militar.

Por uma larga margem de votos - 364 votos a 130, os deputados decidiram confirmar a decisão do STF que determinou a prisão, aprovando o parecer da deputada Magda Mofatto (PL-GO), que recomendou a continuidade da detenção.

“Considero correta, necessária e proporcional a decisão proferida pelo ministro Alexandre de Moraes nos autos (de determinar a prisão)”, disse a relatora durante a leitura do voto.

“Foram gravíssimas as ameaças realizadas pelo parlamentar”, acrescentou a deputada.

Inicialmente determinada pelo ministro Alexandre de Moraes na terça-feira (16) - o ministro é relator de inquérito sobre atos antidemocráticos no qual o parlamentar é investigado, a prisão de Silveira foi chancelada pela unanimidade do plenário do Supremo no

dia seguinte, e agora confirmada pela Câmara.

Logo após o episódio, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), apressaram-se a negar crise entre os Poderes e reafirmaram determinação para que o Congresso siga concentrado em sua pauta prioritária.

Mas a discussão na sessão de sexta girou em torno das prerrogativas parlamentares, da inviolabilidade do exercício do mandato e da autonomia dos Poderes.

Ao abrir a sessão Lira (PP-AL), se disse ferrenho de-

fensor da inviolabilidade do exercício parlamentar, mas argumentou que acima de qualquer outra está a “inviolabilidade da democracia”. Disse ainda que a turbulência faz parte do sistema democrático e defendeu foco no combate à crise do coronavírus.

Para o deputado, o episódio envolvendo Silveira “servirá também como um ponto de inflexão para o modo de comportamento e de convivência internos”.

“Aos que têm responsabilidade, essa intervenção extrema sobre as prerrogativas parlamentares deve ser o que foi: um ponto fora da curva”,

completou.

Lira alertou, já ao encerrar a discussão em plenário, que a Mesa passará a ser mais rigorosa com o que chamou de “qualquer tipo de adjetivação inadequada” no plenário.

“Doa em quem doer, tenham cuidado e responsabilidade com as falas dos senhores deputados dentro do plenário desta Casa.”

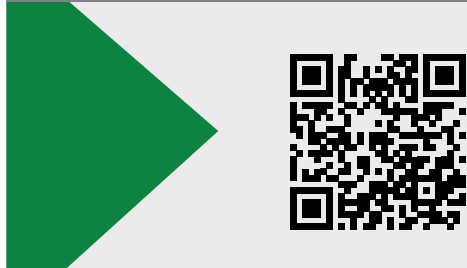
Durante a semana, alguns parlamentares chegaram a articular, nos bastidores, que houvesse um relaxamento da prisão mas a iniciativa perdeu força diante da manutenção da prisão após audiência de custódia e também na esteira

de denúncia da Procuradoria-Geral da República.

Ao mesmo tempo, a Mesa Diretora da Câmara determinou a reativação do Conselho de Ética da Casa e representou contra Silveira no colegiado.

Defesa - Silveira e seu advogado tiveram direito a fala em três momentos, ocasiões em que o deputado se disse arrependido, enquanto o advogado questionou a legalidade da prisão.

O parlamentar reconheceu ter se excedido em momentos passionais, e negou que tenha defendido o AI-5. (Reuters)



AGRONEGÓCIO

agronegocio@diariodocomercio.com.br

CRÉDITO RURAL

Desembolsos no Estado avançam 8% na safra

Até agora, no acumulado da temporada 2020/21, dos R\$ 17,49 bilhões já liberados a maior parte foi para a agricultura

MICHELLE VALVERDE

Nos sete primeiros meses da safra 2020/21, os desembolsos do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), para Minas Gerais, já alcançaram R\$ 17,49 bilhões, montante 8% superior ao registrado no mesmo período da safra passada. Com o valor, Minas Gerais vem respondendo por 13% do volume de crédito liberado para o País, que já soma R\$ 135,11 bilhões, alta de 17%. No Estado, até o fechamento de janeiro de 2021, já haviam sido aprovados 146.390 contratos, expansão de 2% sobre o volume registrado em igual intervalo da safra anterior.

Dos R\$ 17,49 bilhões já liberados para o Estado, a maior parte foi destinada para a agricultura. Ao todo, foram desembolsados para o setor R\$ 11,61 bilhões, aumento de 7% frente aos R\$ 10,81 bilhões registrados em igual período da safra anterior. Foram aprovados 60.637 contratos para acesso ao crédito na agricultura, volume 2% menor.

Para a pecuária, os desembolsos somaram R\$ 5,87 bilhões, o que representa um avanço de 9% frente ao volume de crédito liberado

no mesmo período da safra 2019/20, que foi de R\$ 5,38 bilhões. A aprovação de contratos cresceu 5%, encerrando janeiro em 85.753 unidades.

A maior demanda pelos recursos do Plano Agrícola foi pela linha de custeio. De julho de 2020 a janeiro de 2021, foram liberados R\$

Ao longo dos sete primeiros meses da safra, os desembolsos da linha de investimentos, em Minas, somaram R\$ 4,96 bilhões, valor 28% superior (...).

9,7 bilhões para o custeio da safra mineira, alta de 8% quando comparado com os R\$ 9 bilhões registrados anteriormente. O número de contratos aprovados, 59.287, caiu 5%.

A maior parte dos recursos para custeio foi destinada à atividade agrícola. Ao todo, já foram liberados R\$ 6,53 bilhões, montante 3% maior que o registrado no período equivalente anterior. A aprovação de contratos somou

34.415, ficando 11% menor em relação ao mesmo período anterior.

Produtos de destaque - Dentre os produtos que tiveram maior demanda pelos recursos em janeiro de 2021 estão o café (R\$ 178,5 milhões), milho (R\$ 59,99 milhões), alho (R\$ 39,68 milhões), soja (R\$ 13,24 milhões) e cana-de-açúcar (R\$ 12,37 milhões).

A pecuária demandou recursos na ordem de R\$ 3,17 bilhões, alta de 20%. A aprovação de contratos de custeio para a pecuária aumentou 4%, somando 24.872 contratos. Em janeiro, os principais demandadores dos recursos foram as produções de bovinos, com o valor de R\$ 296,1 milhões, seguidas por suínos, com R\$ 13,26 milhões, e avicultura, com R\$ 6,7 milhões.

Investimentos em alta - Ao longo dos sete primeiros meses da safra 2020/21, os desembolsos da linha de investimentos, em Minas Gerais, somaram R\$ 4,96 bilhões, valor 28% superior aos R\$ 3,86 bilhões registrados anteriormente. Os contratos aprovados da modalidade, 85.920, cresceram 9%.

Para a agricultura, foram



A cultura do milho ficou em segundo lugar em demanda por recursos do crédito rural em janeiro

liberados R\$ 2,68 bilhões, variação positiva de 39%. A liberação dos recursos foi feita para 25.302 contratos de investimento, elevação de 14% frente ao volume registrado no mesmo período do ano anterior.

Na pecuária, a busca pelos recursos de investimento cresceu 17%, com a liberação de R\$ 2,28 bilhões. A aprovação de contratos nesta linha apresentou alta de 6% e somou 60.618 contratos.

Os valores de crédito contratados para a linha de comercialização ficaram menores quando comparados com igual período do ano passado. De acordo com o levantamento, foram desembolsados R\$ 2,27 bilhões para a modalidade em Minas Gerais, redução de 17% sobre os R\$ 2,73 bilhões registrados em igual período da safra anterior. A aprovação de contratos de comercialização também ficou menor, encerrando o

acumulado da safra até janeiro com retração de 41% e somando 1.096 liberações, ante 1.869.

Para a linha de comercialização da agricultura foram liberados R\$ 2,01 bilhões, queda de 5%, com a aprovação de 858 contratos, volume 35% menor. Na pecuária, o crédito de comercialização retraiu 57%, com liberação de R\$ 270 milhões. A aprovação de contratos chegou a 238, redução de 57%.

QUEIJO MINAS ARTESANAL

Epamig testa “embalagem inteligente”

Minas Gerais se destaca como maior e mais importante produtor de queijos artesanais do Brasil. Para aumentar a segurança e a qualidade destes alimentos, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado (Epamig) realiza diversos estudos. Dentre as iniciativas, estão os testes com embalagens ativas com permeabilidade seletiva, que podem evitar muitos dos defeitos que aparecem durante o período de cura e com isso agregar valor ao queijo.

“O intuito desta proposta é realizar experimentação, comparando os queijos artesanais produzidos com a aplicação da embalagem àqueles produzidos sem a utilização”, explica o coordenador do Programa Estadual de Pesquisa em Leite e Derivados da Epamig, Junio de Paula. “A ação visa aperfeiçoar e promover a sustentabilidade do tradicional sistema de produção, agregando valor ao queijo e, consequentemente, melhorando a renda das famílias produtoras”, acrescenta.

Testes preliminares estão sendo feitos e os experimentos com a “embalagem inteligente” irão começar pela região da Serra da Canastra



Experimentos vão começar com queijos da Serra da Canastra

e, posteriormente, devem ser expandidos para outras regiões produtoras. “A Canastra é uma das microrregiões de queijos artesanais mais clássicas e possui também queijos de longa maturação. A proximidade e a parceria firmada com a Associação dos Produtores de Queijo Canastra (Aprocan) nos incentivou a começar o projeto naquela região e também na região do Campo das Vertentes, onde a Epamig possui um Centro de Pesquisa e Treinamento em Queijos Artesanais”, conta o pesquisador.

Tecnologia - A tecnologia utilizada no filme plástico da “embalagem inteligente” deixa sair a umidade, formando naturalmente uma casca no queijo, ao mesmo tempo em que impede contaminações. “Isso a difere das embalagens termoencolhíveis a vácuo convencionais, que não possuem permissões de umidade do material e não deixam o queijo perder umidade, o que altera o produto e não forma casca. Uma característica natural e importante desse queijo”, compara Junio, que acrescenta. “Visualizamos a aplicação

e utilização desta tecnologia para os nossos queijos artesanais de leite cru, pois ela está sendo utilizada com muito sucesso nos queijos italianos de elevado valor agregado”.

Opesquisador, que também é professor do Instituto de Laticínios Cândido de Tostes (Epamig/ ILCT), destaca que o queijo artesanal precisa passar por um período de cura para ganhar qualidade, em termos de desenvolvimento de sabor e aroma, e para aumentar a segurança. “A maioria dos problemas que acontecem com o queijo artesanal ocorrem durante esta etapa, com o aparecimento de trincas, mofo indesejados e outros defeitos de textura e de casca”. O estudo também verifica o efeito nos aspectos de apresentação, características físico-químicas, sensoriais e microbiológicas.

O projeto conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). A embalagem testada foi desenvolvida e patenteada pela empresa DSM, que possui um termo de parceria firmado para fornecimento das embalagens que serão utilizadas nos experimentos. **(Com informações da Epamig)**

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

IMA emite 1,3 milhão de GTAs no último ano em Minas Gerais

O Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), vinculado à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), emitiu, no ano passado, cerca de 1,3 milhão de Guias de Trânsito Animal (GTAs). O documento valida a sanidade de bovinos, bubalinos, suínos, aves, peixes, equídeos, abelhas e outras espécies, autorizando o transporte e a comercialização dos animais dentro de Minas e na saída para outros estados.

“O número de emissões de GTAs mostra como a pecuária mineira é competitiva e, ainda, como a força da defesa sanitária animal garante que espécies sejam movimentadas e vendidas no Estado e em todo o País, preservando os bichos de doenças e contribuindo para a qualidade da carne e do leite na ponta da cadeia produtiva”, analisa o gerente de Defesa Sanitária Animal do IMA, Guilherme Negro Dias.

O cenário positivo, segundo Dias, mostra produtor

e criador de animais cada vez mais conscientes sobre a importância da prevenção sanitária nos rebanhos. “O que é possível com a fiscalização do IMA, seja ela remota ou presencial, e o cumprimento legal das normas sanitárias pelos produtores e criadores, que, mesmo em pandemia, mantiveram o cuidado com seus animais, demonstrando responsabilidade pela sanidade pecuária do Estado”, reconhece.

Por determinação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a GTA é o documento sanitário oficial para transporte animal no Brasil e contém informações essenciais sobre origem, destino, finalidade, espécie e vacinações. Cada espécie animal possui uma norma específica para a emissão do documento sanitário.

Em Minas, o IMA fiscaliza a emissão junto aos produtores e aos criadores em rebanhos, granjas e estabelecimentos. **(Agência Minas)**

Liderança é garantir saúde e segurança no trabalho.
CONTREI, a escolha de Minas.

(31) **3228 2250**



contrei.com

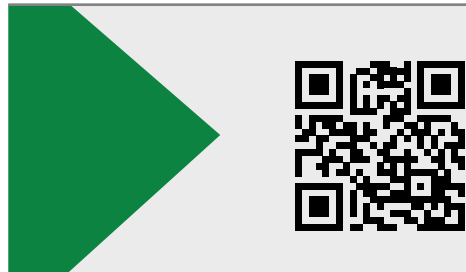


@contreioficial



facebook.com/contreioficial

R. Gonçalves Dias, 229, 2º andar | Funcionários | Belo Horizonte



NEGÓCIOS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

PANDEMIA

Buffets da Capital à beira da bancarrota

Impedidos de abrir, estimativa é de que 70% das casas que funcionavam em BH já tenham fechado as portas de vez

MARA BIANCHETTI

Com as atividades suspensas há quase um ano, *buffets* de festas infantis de Belo Horizonte amargam perdas irreparáveis e muitas demissões. Para tentar manter os negócios, os empresários já esgotaram as reservas financeiras da própria empresa e partem agora para o patrimônio pessoal. Ainda as-

“Já apresentamos uma série de protocolos para a PBH, alteramos várias orientações e condutas que, ou foram negadas, ou nem nos deram retorno”

sim, a estimativa é de que 70% das casas que funcionavam na capital mineira já tenham fechado as portas de vez.

O impacto é grande também no mercado de trabalho, uma vez que pelo menos 60% do pessoal já foi dispensado. Logo depois das primeiras medidas de distanciamento social anunciadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em março do ano passado, um grupo com mais de 250 empresas do setor foi criado visando elaborar reivindicações e estratégias conjuntas para o período conturbado. Hoje, eles são apenas 100.

A diretora do Grupo Festejar, que inclui quatro *buffets* infantis (Faz de Conta, Be Happy, Parabéns e Home Fest), Luciana Santos, que também integra o movimento, conta que o trabalho tem sido constante, na esperança de reavivar o setor. Porém, ela reclama da falta de atenção da prefeitura.

“Precisamos que a PBH deixe de nos enxergar apenas pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Não realizamos grandes eventos. Já apresentamos uma série de protocolos, alteramos várias orientações e condutas que, ou foram negadas, ou nem nos deram retorno”, reclamou.

Enquanto o segmento não é liberado, os empresários têm esgotado todas as alternativas para manter os negócios. Conforme a empresária, em um primeiro momento, todos recorreram às ajudas governamentais, depois partiram para as reservas financeiras das empresas e agora alguns já recorrem às economias ou bens pessoais.

“Esse é meu caso, por exemplo. Meu custo fixo, por baixo, para uma casa é de R\$ 25 mil por mês. Como manter o negócio sem funcionar durante um ano? Não há saída. Se reinventar neste segmento é complicado, pois as festas na casa dos clientes não seguem os protocolos necessários. Quem aceita fazer coloca em



JANE VELLOSO FOTOGRAFIAS

Enquanto o segmento não é liberado, os empresários têm esgotado todas as alternativas para manter o CNPJ dos *buffets* ativo

risco as pessoas, a própria vida e o próprio negócio. Eu tenho mais de 22 anos no ramo a zelar”, denunciou.

Contradição - Segundo ela, com a liberação recente dos *playgrounds* em bares, restaurantes e *shoppings*, fica ainda mais evidente a possibilidade de liberação para os *buffets* infantis, principalmente a partir dos protocolos propostos pela categoria. Os espaços foram autorizados a funcionar desde que sigam as mesmas orientações colocadas aos parques temáticos, incluindo limite de 50% de ocupação, higienização constante, uso de máscara, controle de filas e cuidado com funcionários.

“Nossos espaços são bem

amplos e podemos funcionar com um distanciamento de 20 metros quadrados por pessoa. Estamos dispostos a realizar eventos para até 10 convidados. Inicialmente, tínhamos proposto 30, mas o Comitê de Enfrentamento da PBH não aceitou, então reduzimos. Além do mais, festas infantis geralmente incluem apenas familiares e amiguinhos da escola”, argumentou.

Procurada, a prefeitura informou que um dos riscos de contaminação apontado pelos infectologistas é que durante as festas promovidas nesses *buffets* - diferentemente de

feiras, bares ou restaurantes - há um contato próximo de um grupo relativamente grande de conhecidos no mesmo espaço, diminuindo as chances de distanciamento e de uso de máscaras e aumentando as probabilidades de contágio.

Ainda segundo o Executivo, representantes do segmento estão em constante diálogo com a PBH, na busca pela construção de alternativas e de soluções para minimizar os impactos da pandemia e para uma eventual retomada.

“Parte do segmento de eventos chegou a ser reto-

mado em novembro de 2020, porém, com o crescimento recente e recorde de pessoas contaminadas no início de 2021, e as medidas de restrição colocadas, tais atividades ainda não foram incluídas no processo de flexibilização em sua totalidade. O retorno tem ocorrido gradativamente com a melhora dos indicadores desde o dia 1º de fevereiro. A prefeitura continua acompanhando os impactos nos indicadores epidemiológicos das últimas flexibilizações para definir sobre avanços no cronograma de reabertura”, disse por meio de nota.

EVENTO ON LINE

VIII Retiro ADCE Brasil

A Fraternidade e a Amizade Social no empreendedorismo cristão



Condutor:
Dom João Justino
Arcebispo de Montes Claros /MG

SAVE
THE
DATE

20/março
Sábado
Manhã e tarde

adcesp@adcesp.org.br - (011) 96383-8292



LOGÍSTICA

CD da Dafiti Group em Extrema foi entregue em tempo recorde

A Log Commercial Properties, desenvolvedora de ativos logísticos *greenfield* e que possui uma ampla presença em Minas Gerais, acaba de entregar o maior centro de distribuição (CD) do setor de *e-commerce* de moda na América Latina e um dos mais modernos do mundo, batizado de Leap - um salto para o futuro. Localizado em Extrema, Sul de Minas, o empreendimento desenvolvido em parceria com a BTS Properties é ocupado pelo Dafiti Group, líder *on-line* em moda e *lifestyle* na América Latina.

Maior condomínio logístico da Log em Minas Gerais, possui aproximadamente 54 mil metros quadrados de ABL (Área Bruta Locável) e cuja dimensão da área do galpão corresponde a, aproximadamente, oito campos de futebol. Além disso, durante a fase de terraplanagem foram realizadas cerca de 150 mil viagens de caminhões dentro do terreno, o equivalente a uma fila de 22 quilômetros de caminhões.

A entrega do empreendimento em um tempo recorde de apenas 11 meses se deve à eficiência no modelo de negócio da Log, que possui um time próprio com ampla experiência e conhecimento de todos os detalhes da construção. Além do que, são adotados métodos para redução de prazos e um processo

de construção padronizado, mecanizado e organizado em módulos, que são fundamentais para o sucesso das entregas dos condomínios logísticos.

O condomínio segue o padrão “classe A” das demais unidades da Log, mas possui alguns diferenciais como maior capacidade de energia e um piso com nivelamento e planicidade superior ao padrão de operações logísticas, resistente a até 6 toneladas por metro quadrado. Além disso, conta com torneiras com fechamento automático, bacias sanitárias Dual Flush (que permitem duplo acionamento reduzindo até 50% do consumo de água), mantas de isolamento térmico, iluminação em LED, sistema de ventilação e iluminação natural e sistema de reutilização de águas pluviais.

Durante a fase de obras, foram gerados pela Log cerca de 900 empregos diretos e indiretos na região. Com localização privilegiada, essencial para a estratégia de distribuição logística, o empreendimento está próximo à pista sul da BR 381, a apenas nove quilômetros da divisa com o estado de São Paulo.

Para o Diretor Executivo da Log, Marcio Siqueira, a conclusão de um empreendimento de tamanha expressão só reforça o bom momento que o *e-commerce* vive no Brasil. “Adaptamos o empreendi-

mento especialmente para receber o sistema inovador implementado pelo Dafiti Group e estamos muito satisfeitos em fazer parte de um grande projeto como este”, afirma o executivo.

O novo CD conta com a solução AutoStore para o processo de *picking*, com armazenagem de cerca de 4 milhões de produtos e que traz como principais vantagens a flexibilidade e possibilidade de expansão, maior densidade de armazenamento e eficiência de espaço, baixo consumo de energia e maior precisão de estoque. Além da diminuição do tempo de separação de 24h para 2h, o que impacta diretamente na experiência do cliente do Dafiti Group.

“A magnitude da construção do Leap - que contou com a Log CP como um de nossos principais parceiros ao longo dos últimos anos -, impacta não somente o futuro de nosso negócio, como de todo nosso ecossistema. Desde o início de nossos planejamentos em conjunto, sabíamos o quanto o novo CD sustentaria o nosso crescimento e seria também um diferencial logístico para nossos parceiros, maximizando a eficiência de nossos serviços e tornando a experiência de compra dos nossos clientes ainda mais positiva. Estamos muito satisfeitos com esse resultado final,” comenta o líder do projeto Leap no Dafiti Group, Rodrigo Nogueira.

COMUNICAÇÃO

Obra traz técnica para redigir e-mails

Lançado pela

O livro “Comunicação eficiente: como escrever mensagens com clareza, concisão e funcionalidade”, lançado pela Aberje Editorial e escrito por Vivian Cristina Rio Stella, doutora em linguística pela Unicamp, aborda diversas técnicas de comunicação textual. A proposta da obra foge do comum em relação ao que já existe sobre o tema, trazendo uma abordagem de como estruturar as ideias, organizar as informações e como ser conciso e empático ao redigir um *e-mail*, além da humanização na escrita corporativa e aplicabilidade em qualquer outro tipo de comunicação. Segundo a autora, foram

anos de trabalho para transformar o sonho em realidade, resultado de todos os estudos e leituras sobre linguística textual e cerca de 15 anos oferecendo cursos na área em várias empresas. “O grande problema não é (apenas) o volume de mensagens enviadas diariamente, e sim como elas são redigidas. Desde mensagens pontuais às mais estratégicas, há muita falta de clareza ou de organização, proximidade, falta de objetividade e de foco, idas e vindas infundáveis de mensagens, escolha de palavras inadequadas e até mesmo mau uso do canal de comunicação”, destaca Vivian Cristina Rio Stella. Com esse

cenário, abre espaço para perda de tempo, retrabalho - que pode gerar custos desnecessários, conflitos entre os colaboradores e até mesmo enfraquecimento na reputação do profissional e da organização que ele representa. Sem contar que apesar das atualizações digitais, o *e-mail* continua sendo fundamental no universo corporativo, por ter segurança e rastreamento maior nas informações e caráter documental ao que é compartilhado. “No livro, você também aprende sobre netiqueta, empatia, eficácia da comunicação, tudo por meio de exemplos. Apresento técnicas, discuto o papel da humanização na

escrita corporativa e mostro, com antes e depois, formas de redigir melhores e-mails”, completa. O livro, recomendado para qualquer pessoa que queira desenvolver a habilidade da comunicação escrita, está disponível pelo *site* da Aberje e na versão *e-book* pela Amazon.



FOTOS: REPRODUÇÃO

FICHA TÉCNICA

- Livro: “Comunicação eficiente: como escrever mensagens com clareza, concisão e funcionalidade”
- Autora: Vivian Cristina Rio Stella
- Editora: Aberje Editorial
- Disponível em: <https://bit.ly/3kc3xKs> e <https://amzn.to/3dBstJM>

Nossa Gramática Completa chega à sua 34ª edição

Estudar com uma publicação bem editada, que facilita a leitura e o entendimento do conteúdo é uma experiência única. É isso que ocorre quando se tem em mãos a 34ª. edição de Nossa Gramática Completa, de Luiz Antonio Sacconi (Matrix Editora, R\$ 139,00, 512 págs.). Com 42 capítulos, organizados de maneira a facilitar a compreensão da gramática, a publicação é obrigatória para quem deseja passar em testes e concursos. “O livro é uma referência e sem dúvida é de extrema ajuda para entender e estudar a língua portuguesa. Tanto que há muitos anos é indicado para candidatos a concursos, inclusive públicos”, diz o diretor da Matrix Editora, Paulo Tadeu. Importante lembrar que des-

de 1500 houve apenas cinco grandes dicionaristas no Brasil. Sacconi é um deles e o único vivo. Além de dicionarista, o professor é um reconhecido gramático que vem trabalhando há 50 anos na elaboração de material didático de qualidade, sempre com a preocupação em inovar. Quem costuma pesquisar na internet toda e qualquer dúvida de português com certeza irá se surpreender com a precisão das explicações e quantos erros são cometidos na *web* e no dia a dia. Além disso, a forma como o autor coloca os exemplos é bastante didática. Enfim, uma publicação para estudar, folhear e ter na biblioteca de casa e do trabalho. Um verdadeiro clássico da nossa língua.



FICHA TÉCNICA

- Título: Nossa Gramática Completa
- Autor: Luiz Antonio Sacconi
- Editora: Matrix Editora
- Páginas: 512 páginas
- Preço: R\$ 139

LIVROS



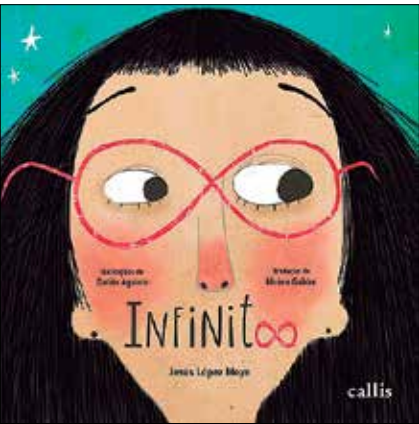
Livro de empresário e CEO da Anjo Tintas entra em pré-venda

Começou a pré-venda da obra Gestão Profissional na Prática, publicada pela Editora Gente. O livro será vendido inicialmente na Livraria Vanguarda. Na obra, Filipe Colombo, empresário com mais de 17 anos de experiência em gestão e CEO da Anjo Tintas, uma das maiores indústrias de tintas do País, discorre sobre os mecanismos indispensáveis para todo gestor de sucesso ser capaz de lidar com os diversos setores da empresa e utilizar o pensamento estratégico para tornar o futuro mais claro e viável, sempre a favor do negócio. Entre os temas discutidos na obra, estão como gerenciar uma empresa e utilizar as ferramentas disponíveis para atingir o resultado desejado, os desafios de ser um CEO, a importância das vendas e de uma equipe comercial forte, gestão de pessoas, gestão de indicadores, como valorizar sua equipe, gestão de KPIs (Key Performance Indicators), entre outros assuntos. (Gestão Profissional na Prática, Editora Gente, Filipe Colombo, 224 páginas, R\$ 49,90)

Um Brasil melhor para o empreendedor

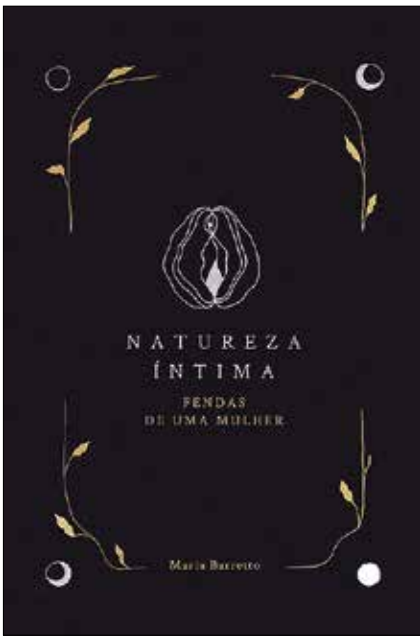
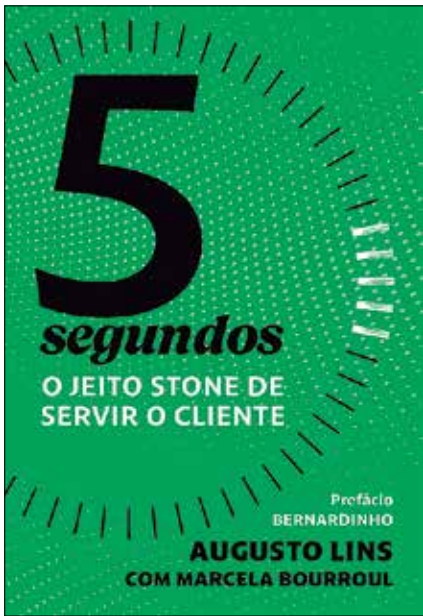
A Stone, empresa de serviços financeiros, acaba de lançar o livro “5 segundos - o jeito Stone de servir o cliente”, pela Companhia das Letras. A obra compartilha a trajetória da companhia e o “jeito de fazer” e de desenvolver pessoas que despertam o desejo de pertencer ao time que está pintando o país de verde. A história da empresa, sua essência e suas experiências ao longo de quase nove anos são narradas pelo presidente da Stone, Augusto Lins, que assina o livro com a jornalista Marcela Bourroul. O objetivo é que o livro, que nasceu para uso interno, seja uma referência do jeito de fazer Stone e inspire empreendedores, jovens e líderes de todo o País a sonharem grande e acreditarem no propósito do seu negócio e na construção de suas jornadas. A narrativa começa quando Lins conhece os fundadores da empresa, se identifica com espírito inquieto deles, e se junta ao time. A partir daí ele dá detalhes de acontecimentos importantes para a Stone e narra como a vontade de participar do

novo transformou sua carreira. O livro já está disponível em *e-book*, nas principais plataformas do Brasil, como Amazon, Google e na própria editora, Companhia das Letras. O livro físico chega ao mercado nos primeiros dias de março, mas já está em pré-venda nas principais livrarias. (5 segundos - o jeito Stone de servir o cliente, Augusto Lins e Marcela Bourroul, Cia das Letras, 136 páginas, R\$ 14,90)



Relações familiares, amor, saudade e alegria

Delicadamente ilustrado por Zuriñe Aguirre com elementos que ampliam o repertório da criança, o livro Infinito, de Jesús López Moya, fala de forma poética sobre relações familiares, amor, saudade e alegria. Ao longo da história, conceitos abstratos são traduzidos para o universo infantil de maneira clara a fim de favorecer o entendimento. Despertando o interesse sobre a maneira de se sentir as emoções peculiares aos seres humanos, a obra reforça questões imprescindíveis nas relações humanas, como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural e sexualidade. (Infinito, Jesús López Moya, Callis Editora, 40 páginas, R\$ 42,90)



Mulher contemporânea

Tornar-se mulher, a cada dia, é uma jornada fascinante. Cada uma de nós, que escolhe se conhecer melhor, adentrar nas profundezas do seu eu mulher, tem a possibilidade de despertar potências adormecidas, acessar antigas sabedorias e descobrir, ao longo do caminho, novas maneiras de ser e se relacionar. Natureza Íntima: Fendas de uma Mulher propõe uma reflexão sobre essa jornada e as ferramentas para torná-la mais profunda e autêntica. Maria Barretto mistura estudos que aprofundou com diferentes mestres, de linhagens distintas, do *coaching* tradicional com base na antroposofia às medicinas ancestrais e ao xamanismo indígena, reunindo conhecimentos técnicos e científicos mesclado a aprendizados empíricos e sabedorias tradicionais e holísticas. A quem esse conhecimento interessa? E quem pode seguir essa jornada? Qualquer mulher que se identifica como mulher, com ou sem útero físico, disposta a se olhar e se abrir a novas possibilidades. (Natureza Íntima - Fendas de uma Mulher, Maria Barretto, Primavera Editorial, 360 páginas, R\$ 44,90)

As lições sobre exclusão e preconceito do Corvo José

José, um corvo que sonhava voar ao lado dos imponentes pombos brancos. Coruja Mafalda, a chefe do serviço postal do bosque, inflexível e autoritária, traçava com rigor a rota de cada pombo-correio. Os personagens marcantes formam a história de Corvo-Correio, um livro infantil cuja história tocante e inspiradora coloca a escritora Isabel Cintra em posição de destaque não apenas no cenário brasileiro. A obra também foi lançada em Angola, onde a autora participa de outros projetos e publicou um livro sobre a infância da Rainha Nzinga de Angola, em dezembro de 2020. Ela tem participado de produções e eventos que divulgam a literatura em língua portuguesa fora do Brasil, especialmente na Europa, em cidades como Frankfurt, Paris e Londres. Recentemente, lançou uma coleção de contos de fadas nos EUA. O protagonista Corvo José, ao ser combatido pelas negativas da Coruja Mafalda, dá mostras de que a resiliência e a força de vontade podem superar obstáculos aparentemente intransponíveis. Uma história encantadora e fácil de se identificar. Afinal, quem nunca desanimou diante das adversidades, ainda mais quando o pré-julgamento se apresenta, irredutível? (Corvo-Correio, Isabel Cintra, Editora Mazza Edições, 32 páginas, R\$ 28,50)



EXECUTIVE SEARCH

Prime Talent possui projetos em toda a América Latina

Com 5 anos de mercado, empresa não sentiu os efeitos da crise

DANIELA MACIEL

Completar cinco anos com 100% de assertividade nos processos conduzidos é um dos orgulhos do CEO da Prime Talent, David Braga. A empresa, sediada na região Centro-Sul de Belo Horizonte, é especializada em *executive search* (busca e seleção de executivos para posições de média e alta gestão). Atuando em 24 setores da economia e processos conduzidos em toda a América Latina, a consultoria encarou as mudanças ocorridas em 2020 com o mesmo ímpeto que marcou o seu início.

“No Brasil, infelizmente, estamos acostumados com as crises, mas essa trazida pela Covid-19 é diferente na sua origem. Ela fez com que alguns termos que já discutíamos, mas ainda eram incipientes ou não iam além dos relatórios de *marketing*, desembarcassem definitivamente no dia a dia das empresas. E isso, claro, impactou os processos de seleção dos profissionais. A tecnologia tornou os processos mais céleres, mas não menos complexos. As contratações de executivos não pararam nesse período, mas outras competências e habilidades passaram a ser avaliadas”, explica Braga.

Para ele, as metodologias internacionais empregadas e um fino olhar para as necessidades das empresas e das pessoas são a chave para o sucesso de uma contratação. Um bom salário continua fundamental para a atração de talentos, mas isso é apenas o ponto de partida.

“É preciso interpretar as pessoas via *assessment* (ferramentas avaliativas) e colocar a pessoa certa no lugar certo. Além de observar as *hard skills* - conhecimentos técnicos - e as *soft skills*, que são as competências e habilidades, é necessário levar em consideração a família, o contexto daquele candidato. Se existir uma mudança de cidade, por exemplo, é preciso avaliar a questão escolar dos filhos. Tudo isso é muito delicado e são fatores que, somados, vão determinar se aquela é a pessoa certa para a empresa

e se aquela é a empresa certa para a pessoa”, analisa o *headhunter*.

A aceleração da digitalização em 2020 permitiu processos mais ágeis, capazes de encontrar profissionais generalistas que consigam gerir as mudanças pelas quais o mun-

do corporativo está passando. Com a sede da consultoria em Belo Horizonte e escritório em São Paulo, o empresário avalia não ser necessário abrir outras bases físicas.

“As metodologias internacionais empregadas e um fino olhar para as necessidades das empresas e das pessoas são a chave para o sucesso de uma contratação”

A crise fez com que as empresas tivessem que dar uma resposta à sociedade

“Já temos projetos em toda a América Latina. Atuamos nos processos de contratação, aconselhamento de carreira, direcionamento estratégico de lideranças. Temos apoiado o topo da pirâmide a tornar as empresas condizentes com mudanças aceleradas que es-

PANDEMIA

DC adere ao movimento Unidos pela Vacina

Ciente do papel fundamental do jornalismo no esclarecimento, conscientização, importância e estímulo à imunização contra o novo coronavírus, o jornal DIÁRIO DO COMÉRCIO aderiu ao movimento ‘Unidos pela Vacina’, iniciativa capitaneada pela executiva do Magazine Luiza e empresária Luiza Helena Trajano, que tem o objetivo de sanar problemas técnicos e logísticos na distribuição do imunizante para que todos os brasileiros sejam vacinados até setembro deste ano.

“Somente pela vacinação de toda a população, ou grande parte dela, poderemos voltar a uma vida normal e retomar o pleno funcionamento da economia”, afirma a Presidente e Diretora Editorial do jornal DC, Adriana Muls. Por parte do DC, o comprometimento será, além de manter seus leitores informados sobre a importância da imunização, divulgar a campanha criada pelo movimento em suas redes sociais e no jornal impresso,

fortalecendo o alcance da iniciativa.

O movimento é liderado por Luiza Helena Trajano, também presidente do Grupo Mulheres do Brasil, e suas 75 mil voluntárias, que potencializaram suas forças e vozes unindo-se a entidades como Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV), Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban), entre outras instituições, lançando o movimento Unidos pela Vacina.

Segundo Luiza Helena Trajano, a ideia surgiu no final do ano passado, com a campanha de conscientização Vacina para Todos, do Grupo Mulheres do Brasil. “A partir dali, tentamos entender como poderíamos ajudar e concluímos que era preciso partir para uma ação efetiva. Foi quando esse movimento passou por uma transformação, trouxemos mais parceiros, empresários e executivos de



David Braga, CEO, e Bárbara Nogueira, diretora da Prime Talent: temos um papel social

tamos vivendo. Acompanhamos o processo de chegada no primeiro ano para garantir a adaptação aos processos e cultura. Todos os nossos projetos

são conduzidos pelos sócios. Escolhemos os projetos. Não quero fazer um projeto para uma empresa sem *compliance*. Falamos para as empresas

sobre propósitos e queremos impactar com o nosso para a construção de um mundo melhor”, completa o CEO da Prime Talent.

MICHELLE MULLS



Adriana Muls: vacinação é essencial para a retomada da economia

CERVEJAS ARTESANAIS

Federação vai unificar ações e pleitos de associações

O mercado de cervejas artesanais do Brasil vem, a cada dia, se tornando mais forte e importante, não apenas para a economia do País, mas também para a cultura. Afinal, em torno das principais marcas de cervejas artesanais giram eventos gastronômicos, festivais e, até mesmo, o turismo cervejeiro.

Para auxiliar as empresas que se dedicam à produção de uma das bebidas mais apreciadas do Brasil, em 2021, foi criada a Federação Brasileira das Cervejarias Artesanais (Febracerva). Seu objetivo é atuar, em âmbito nacional, unificando as diversas associações de micro cervejarias.

“O mercado de cervejas

artesanais no Brasil começou a crescer há 15 anos”, afirma o empresário mineiro Marco Falcone, presidente da Febracerva, explicando que, nos últimos anos, ocorreu um crescimento do número de cervejarias artesanais. Atualmente são 1.200 em todo o País. Segundo Falcone, até a criação da Federação, essas empresas se reuniam em pequenas associações, mas que existia um hiato de uma entidade que reunisse todos os atores do setor.

“Institucionalmente, a Febracerva já nasceu forte e o nosso principal propósito é fazer frente à reforma tributária e tratar de questões governamentais, que

afetam o setor. Vamos atuar, principalmente, na defesa dos interesses da indústria da cerveja artesanal”, ressalta Falcone, que também é vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais (Sindbebedas-MG).

Para os cervejeiros artesanais de Minas Gerias, Falcone deixa um recado: os associados do Sindibebidas podem aderir, automaticamente, à Febracerva. “Vamos, juntos, articular a defesa de nossas demandas junto à esfera Federal e tornar o ambiente de negócios para o setor cervejeiro cada vez mais propício”, ressaltou.



Intuito da Federação é defender os interesses das cervejarias artesanais em âmbito nacional



LEGISLAÇÃO

JUDICIÁRIO

TJMG cria programa para retomar obras

“Destrava Minas-Avante” visa liberar intervenções públicas que foram paralisadas por questões ambientais ou estruturais

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) irá lançar nesta segunda-feira (22), às 10h30, o programa “Destrava Minas-Avante” para retomada de obras públicas no Estado, que estão paralisadas por problemas relacionados a questões ambientais ou estruturais, suspensas por liminares judiciais, no âmbito do TJMG, ou por entrave procedimental.

O Programa “Destrava Minas-Avante” será realizado por meio da atuação integrada entre Poder Judiciário e órgãos de controle. Na solenidade será assinada uma portaria conjunta, para a formalização das parcerias, criando de um comitê interinstitucional formado por representantes do TJMG, governo de Minas, Tribunal de Contas, Advocacia-Geral do Estado, Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

“Vamos formalizar essa parceria entre os poderes, com o objetivo de trabalhar em rede e buscar soluções para a retomada das obras paralisadas no Estado. Essa necessidade surgiu da constatação do elevado número de empreendimentos públicos suspensos em Minas Gerais, situação que afeta o desenvolvimento econômico e social”, afirmou o presidente do TJMG, Gilson Soares Lemes.

O comitê interinstitucional irá realizar o levantamento

de obras públicas paralisadas para que os conflitos sejam encaminhados aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) para conciliação. As obras deverão recomeçar assim que as partes chegarem a um acordo.

Parcerias - O “Destrava Minas-Avante” tem como referencial o “Destrava - Programa Integrado para Retomada de Obras”, lançado em 2020 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

“Essa necessidade surgiu da constatação do elevado número de empreendimentos públicos suspensos em Minas Gerais, situação que afeta o desenvolvimento”

e está aliado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para 2021-2026, que prevê a adoção de soluções consensuais para os conflitos por meio de parcerias entre os poderes, a fim de destravar controvérsias existentes.

“Estamos convictos da necessidade de o Poder Judiciário promover medidas de redução da litigiosidade e consolidar a cultura da desjudicialização em Minas. Essa iniciativa busca assegurar a razoável duração do processo e a celeridade na resolução

de conflitos que envolvam a administração pública estadual, de forma a otimizar o desenvolvimento de políticas e serviços públicos voltados ao atendimento da população mineira”, ressaltou o presidente Gilson Lemes.

O superintendente administrativo-adjunto do TJMG, desembargador José Arthur Filho, disse que o “Destrava Minas-Avante” trará benefícios à sociedade, especialmente à economia do Estado, que precisa ser impulsionada, sobretudo nesse momento em que o país e o mundo enfrentam a pandemia da Covid-19.

“O projeto, além de conectado com o CNJ, tem inequívoca sinergia com o Programa

Justiça Eficiente (Projef), do TJMG, isso sem perder de vista que trará evidente aproximação e diálogo entre os integrantes do comitê”, afirmou o desembargador José Arthur Filho.

O Projef é um conjunto de ações estruturadas, durante a gestão 2020-2022, para tornar o Judiciário mineiro mais eficiente, ágil e acolhedor. Entre os pilares do Projef estão a conciliação e a virtualização de processos.

A Advocacia-Geral do Estado (AGE) fará um levantamento das principais decisões judiciais que, em caráter liminar, tenham suspenso obras públicas estaduais. Assim que essa etapa for concluída, o ma-



DIVULGAÇÃO

Obras públicas suspensas pela Justiça podem ser reativadas

peamento segue para que o comitê gestor o direcione para os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e

Cidadania (Cejusc) para a construção de um acordo que ponha fim ao conflito. **(As informações são do TJMG)**

TRABALHO

Ford faz acordo e suspende demissões

São Paulo - Após conciliação na Justiça do Trabalho, a montadora Ford aceitou suspender as demissões nas fábricas de Taubaté (SP) e Camaçari (BA) durante as negociações com os trabalhadores. As atividades nas plantas deverão ser retomadas nesta segunda-feira (22).

Foram promovidas audiências de conciliação nos tribunais regionais do Trabalho da 15ª, de São Paulo, e da 5ª Região, na Bahia. No acordo firmado com a Justiça do Trabalho na Bahia, ficou estipulado um prazo de

90 dias para as negociações entre empregados e a empresa, período em que serão mantidos todos os salários e benefícios, além da retomada da produção.

A empresa se comprometeu ainda, na audiência com o TRT-15, a manter diálogo semanal com os sindicatos que representam os trabalhadores. As negociações devem envolver a direção mundial da Ford, que tem a capacidade de reverter a decisão do fechamento das fábricas no Brasil.

No dia 11 de janeiro, a montadora anunciou a decisão

de fechar as fábricas no Brasil. Além dos complexos em Camaçari, na Bahia, e Taubaté, no interior paulista, até o fim do ano devem ser encerradas as atividades da Troller, em Horizonte, no Ceará.

A Ford citou os impactos da crise gerada pela pandemia da Covid-19 para justificar a decisão de fechar suas unidades no país. “A pandemia global da Covid-19 ampliou os desafios do negócio, com persistente capacidade ociosa da indústria e redução das vendas na América do Sul, especialmente no Brasil”, diz

nota divulgada na ocasião.

A empresa planeja concentrar a produção de veículos na América do Sul nas fábricas da Argentina e do Uruguai. Serão mantidos, entretanto, a sede administrativa para a América do Sul em São Paulo, o Centro de Desenvolvimento de Produto, na Bahia, e o Campo de Provas, em Tatuí (SP).

Os impactos sociais do encerramento das atividades da montadora são alvo de três inquéritos civis abertos pelo Ministério Público do Trabalho. **(ABR)**

AGENDA TRIBUTÁRIA ESTADUAL



Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas. Nos termos do artigo 91, da Parte Geral do RICMS-MG/2002 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento. Agenda elaborada com base na legislação vigente em 13/01/2021. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (www.iob.com.br/sitedocliente).

Dia 20

TRFM-D - janeiro - Declaração de apuração da TRFM (TRFM-D) - entrega à SEF/MG pelas pessoas físicas e jurídicas que efetuarem vendas ou transferências entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular do mineral ou minério, por meio do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (Siare), disponibilizado no *site* da SEF. Internet, Decreto nº 45.936/2012, artigo 14; Portaria SRE nº 106/2012, artigo 2º.

ICMS - Dapi - janeiro - Declaração de Apuração e Informação do ICMS (Dapi 1) - contribuintes sujeitos à entrega: frigoríficos e abatedores de aves e de outros animais; laticínio; cooperativa de

produtores de leite; produtor rural.

Notas:

(1) Os prazos para transmissão de documentos fiscais pela Internet são os mesmos atribuídos às demais formas de entrega dos documentos fiscais previstos no RICMS-MG/2002. Tendo em vista ser uma obrigação acessória eletrônica e a inexistência de prazo para prorrogação quando a entrega cair em dia não útil, manteremos o prazo original de entrega (RICMS-MG/2002, anexo V, parte 1, artigo 162).

(2) Em face da publicação da Portaria SRE nº 177/2020, foram estabelecidos os requisitos para a opção pela apuração do ICMS a partir de informações lançadas na EFD, em substituição à Declaração de Apuração e Informação do ICMS, modelo 1 - Dapi 1. Internet, RICMS-MG/2002, anexo V, parte 1, artigo 152, § 1º, VI.

ISSQN - DES-IF - janeiro - Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) - módulo mensal - entrega do Módulo de Apuração Mensal do ISSQN, deverá ser gerado mensalmente e entregue ao Fisco até o dia 20 do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil;

b) o conjunto de informações que demonstram a apuração do ISSQN mensal;

c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento por dependência ou por instituição. Internet, Decreto nº 17.174/2019, artigo 93, § 4º, I.

Dia 22

ISSQN - DES-IF - janeiro - De-

claração Eletrônica de Serviços - entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (DES) pelas pessoas jurídicas estabelecidas no município de Belo Horizonte, correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês anterior. Internet, Decreto nº 17.174/2019, artigo 83, *caput*.

ICMS - janeiro - substituição tributária - recolhimento dos ajustes dos valores informados pela refinaria de petróleo e suas bases para fins de repasse, nos termos do RICMS-MG/2002, anexo XV, artigos 86, IV, 87, § 1º, e 92, parágrafo único, todos da parte 1 deste anexo. DAE/internet, RICMS-MG/2002, anexo XV, parte 1, artigo 46, VI.

Dia 25

ICMS - fevereiro (11 a 23) - prestação de serviço de comunicação na modalidade de telefonia e gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica faturamento - operações ou prestações próprias do prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia, classificado nos códigos 6110-8/01 e 6120-5/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R\$ 30.000.00,00, e do gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica que apresente faturamento, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R\$ 300.000.000,00. **Nota:** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/internet, RICMS-MG/2002, artigo 85, XXI, “b”, § 23.

ICMS - fevereiro (11 a 23) - fabricante de refino de petróleo - operações próprias do estabele-

cimento fabricante de produtos de refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da Cnae. Nota: Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/internet, RICMS-MG/2002, artig 85, XX, “b”, §§ 21 e 22.

ICMS - fevereiro - segundo decêndio - contribuinte/atividade econômica: venda de café cru em grão realizada em bolsa de mercadorias ou de cereais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) com intermediação do Banco do Brasil, referente aos fatos geradores ocorridos no segundo decêndio do próprio mês. DAE/internet, RICMS-MG/2002, Parte Geral, artigo 85, XIV, “b”.

Dia 26

ICMS - fevereiro (1º a 20) - substituição tributária - produtor nacional de combustíveis em virtude de faturamento diferenciado - inscrito em Minas Gerais - produtor nacional de combustíveis situado neste Estado, inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição estadual, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R\$ 3.000.000.000,00. **Nota:** Recolher até o dia 26 do mês da ocorrência do fato gerador, relativamente às Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) emitidas e autorizadas a partir do dia 1º até o dia 20 do próprio mês. DAE/internet, RICMS-MG/2002, anexo XV, parte 1, artigo 46, XIV, “a”.

ICMS - fevereiro (1º a 20) - substituição tributária - produtor

nacional de combustíveis em virtude de faturamento diferenciado - estados específicos (BA-RJ-SP) - recolhimento de responsabilidade de produtor nacional de combustíveis, situado nos Estados da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo, inscrito no cadastro de contribuintes de Minas Gerais, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição estadual, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R\$ 3.000.000.000,00. **Nota:** Recolher até o dia 26 do mês da ocorrência do fato gerador, relativamente às NF-e emitidas e autorizadas a partir do dia 1º até o dia 20 do próprio mês, correspondendo ao valor de 70% do ICMS apurado no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador e devido ao Estado. DAE/internet, RICMS-MG/2002, anexo XV, parte 1, artigo 46, XV, “a”.

TRFM - janeiro - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TRFM) - recolhimento da TRFM relativa às saídas de recurso mineral do estabelecimento do contribuinte, no mês anterior. **Notas:**

(1) Para fins deste recolhimento considera-se, também, dia útil aquele declarado como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais pelo Poder Executivo do Estado, desde que exista, no município onde esteja localizado o estabelecimento responsável pelo pagamento, agência arrecadadora credenciada em funcionamento.

(2) Pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal. DAE/internet, Lei nº 19.976/2011, artigo 9º; Decreto nº 45.936/2012, artigo 10.

Bovespa

Movimento do Pregão 19/02

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -0,64% ao marcar 118430.53 pontos, com volume financeiro negociado de R\$ 35.163.959.052. As maiores altas B2W DIGITAL ON, AZUL PN, PACUCAR-CBD ON, SID NACIONAL ON e EMBRAER ON. As maiores baixas foram PETROBRAS ON, PETROBRAS PN, IRBBRASIL RE ON, RUMO S.A. ON e VIAVAREJO ON.

Pregão do dia 18/02

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Part. (%)	Valor em R\$ Mil	Part. (%)
					18/02/2021
LOTE PADRAO	3.085.096	1.386.148	42,06	34.029.570,19	90,90
FRACIONARIO	423.460	7.003	0,21	169.301,91	0,45
DEMAIS ATIVOS	527.978	951.289	28,86	1.863.609,75	4,97
TOTAL A VISTA	4.036.529	2.344.441	71,14	36.062.463,19	96,33
EX OPC COMPRA	491	4.928	0,14	145.249,73	0,38
TERMO	3.269	12.750	0,38	333.577,94	0,89
OPCOES COMPRA	223.185	598.177	18,15	496.005,04	1,32
OPCOES VENDA	121.311	334.893	10,16	287.932,45	0,76
OPC.COMP.INDICE	163	36	0,00	50.809,79	0,13
OPC.VEND.INDICE	231	26	0,00	43.005,29	0,11
TOTAL DE OPCOES	344.890	933.134	28,31	877.752,59	2,34
BOVESPAFIX	132	94	0,00	7.560,16	0,02
TOTAL GERAL	4.385.988	3.295.459	100,00	37.435.363,02	100,00
PARTIC. NOVO MERCADO	2.242.705	1.081.353	32,81	19.409.371,69	51,84
PARTIC. NIVEL 1	624.335	499.131	15,14	6.126.410,05	16,36
PARTIC. NIVEL 2	734.304	714.541	21,68	7.927.665,08	21,17
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	545	15	0,00	1.199,23	0,00
PARTIC. MAIS	88	8	0,00	139,03	0,00
PARTIC. IBOVESPA	2.299.844	1.072.059	32,53	29.159.351,43	77,89
PARTIC. IBRX 50	1.789.043	913.519	27,72	25.535.426,98	68,21
PARTIC. IBRX 100	2.471.332	1.120.610	34,00	30.250.114,81	80,80
PARTIC. IBRA	2.771.447	1.245.470	37,79	32.128.342,97	85,82
PARTIC. MIDLARGE	1.768.378	793.285	24,07	25.751.687,24	68,78
PARTIC. SMALL	1.000.935	451.877	13,71	6.371.038,40	17,01
PARTIC. ISE	1.157.851	569.764	17,28	15.125.331,15	40,40
PARTIC. ICO2	1.643.991	743.864	22,57	19.772.033,04	52,81
PARTIC. IEE	204.227	64.261	1,95	1.576.469,99	4,21
PARTIC. INDXX	741.985	331.700	10,06	7.688.129,16	20,53
PARTIC. ICONSUMO	877.585	355.591	10,79	7.374.866,20	19,70
PARTIC. IMOBILIARIO	196.538	77.187	2,34	1.065.568,39	2,84
PARTIC. IFINANCIERO	474.222	284.372	8,62	6.533.404,46	17,45
PARTIC. IMAT	386.679	172.586	5,23	7.550.471,39	20,16
PARTIC. UTIL	280.526	93.998	2,85	2.200.161,30	5,87
PARTIC. IVBX 2	1.395.348	604.212	18,33	14.155.710,57	37,81
PARTIC. ICC	2.800.956	1.240.000	37,62	31.366.884,33	83,78
PARTIC. IGCT	2.630.127	1.173.376	35,60	30.380.389,05	81,15
PARTIC. IGNM	1.894.417	733.217	22,24	18.723.556,68	50,01
PARTIC. ITAC ALONG	2.671.744	1.173.823	35,61	30.157.948,46	80,56
PARTIC. IDIV	676.324	338.961	10,28	7.171.836,54	19,15
PARTIC. IFIX	221.340	4.106	0,12	264.656,41	0,70
PARTIC. BDRX	32.442	2.356	0,07	184.323,89	0,49

MERCADO À VISTA

LOTE-PADRÃO

CÓD.	EMPRESA/AÇÃO		ABERT.	MÍN.	MÁX.	MÉD.	FECH.	OSC. (%)	OFERTAS		NEGOS. REALIZADOS	
									COMPRA	VENDA	NUM.	QUANTIDADE
ABUD34	AB INBEV	DRN	57,40	57,40	58,05	57,42	58,05	-0,42	57,40	59,95	3	262
A1BB34	ABB LTD	DRN	40,03	39,98	40,48	40,20	40,42	+1,78	40,31	40,77	14	65
ABT134	ABBOTT	DRN	172,77	170,99	172,77	171,02	171,02	-0,62	160,00	172,34	5	1.191
ABBV34	ABBVIE	DRN	574,00	574,00	577,20	576,70	577,01	-0,17	560,00	610,00	5	15
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	15,43	15,16	15,57	15,34	15,26	-1,29	15,20	15,26	1.842	308.300
A1BM34	ABIOMED INC	DRN	435,60	435,00	435,82	435,62	435,00	+0,97	-	495,00	3	352
ACNB34	ACCENTURE	DRN	1.394,00	1.392,01	1.400,00	1.397,14	1.400,00	+1,81	1.370,00	1.602,51	7	226
EAIT3	ACO ALTONA	ON	13,96	13,00	13,96	13,57	13,89	-0,35	13,32	13,94	8	1.000
EAIT4	ACO ALTONA	PN	5,00	4,93	5,00	4,95	4,93	-1,79	4,93	4,99	53	24.700
ATV134	ACTIVISION	DRN	564,99	548,55	564,99	553,43	556,51	-2,7	555,00	556,51	161	3.189
ADBE34	ADOBE INC	DRN	56,00	52,30	56,00	54,01	53,15	-5,08	52,90	53,98	75	50.084
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN	54,90	54,30	56,70	55,94	56,70	+3,18	56,70	57,00	17	1.063
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	483,24	476,25	483,24	480,75	478,74	-1,74	478,00	478,74	31	4.538
A1EG34	AEGION NV	DRN	24,60	24,60	24,93	24,72	24,83	-0,6	24,76	25,30	17	21
AER13	AERIS	ON NM	10,98	10,15	11,07	10,48	10,36	-5,64	10,36	10,37	18.254	8.750.500
A1ES34	AES CORP	DRN	156,69	154,40	156,69	156,30	154,40	-0,51	149,90	-	2	6
TIE13	AES TIEE E	ON N2	3,28	3,22	3,29	3,24	3,26	-0,3	3,24	3,26	450	199.000
TIE14	AES TIEE E	PN N2	3,30	3,22	3,31	3,25	3,26	+0,3	3,26	3,27	858	498.500
TIE11	AES TIEE E	UNT N2	16,29	16,07	16,36	16,20	16,26	+0,24	16,23	16,28	5.571	1.533.800
AF113	AFLUENTE T	ON	9,33	9,33	9,50	9,47	9,48	-3,16	9,39	9,68	6	1.000
A1G134	AGILENT TECH	DRN	-	-	-	-	-	-	328,00	-	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	200,00	-	-	-
AIRB3B	AIRBNB	DRN	56,00	52,50	56,00	53,77	54,04	-2,57	53,20	54,95	123	11.043
A1KA34	AKAMAI TECHN	DRN	45,98	45,11	45,98	45,28	45,40	+3,18	43,50	55,00	18	838
A1LK34	ALASKA AIR G	DRN	-	-	-	-	-	-	219,24	-	-	-
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN	830,00	772,10	830,00	780,31	772,10	-8,3	-	930,00	6	306
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	229,14	229,14	229,14	229,14	229,14	+0,06	-	-	-	8
A1X34	ALEXION PHAR	DRN	428,98	428,98	428,98	428,98	428,98	+2,4	600,00	-	1	1
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	9,60	9,60	10,20	9,91	9,63	+2,88	9,63	10,07	12	1.300
BRGES	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	14,35	17,79	-	-
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	14,80	20,00	-	-
BRGE7	ALFA CONSORC	PNC	-	-	-	-	-	-	5,10	15,00	-	-
BRGE8	ALFA CONSORC	PND	11,00	11,00	12,00	11,64	11,84	+5,9	9,00	11,50	12	1.300
BRGE11	ALFA CONSORC	PNE	11,50	11,50	11,85	11,53	11,85	+10,13	10,00	11,85	8	2.000
BRGE12	ALFA CONSORC	PNF	6,13	6,06	6,13	6,09	6,06	-3,96	6,06	6,24	4	1.100
CRV13	ALFA FINANC	ON	5,90	5,90	6,10	5,90	5,90	-0,16	5,91	5,99	21	6.500
CRV14	ALFA FINANC	PN	6,31	6,31	6,40	6,37	6,40	-1,38	6,27	6,47	9	1.200
RPAD3	ALFA HOLDING	ON	7,00	6,81	7,08	6,91	6,81	-1,3	6,70	7,00	6	600
RPAD5	ALFA HOLDING	PNA	-	-	-	-	-	-	9,00	9,39	-	-
RPAD6	ALFA HOLDING	PNB	5,65	5,65	5,82	5,75	5,82	+3,37	5,64	5,84	5	500
BRV13	ALFA INVEST	ON	11,02	11,01	11,02	11,01	11,01	-0,09	11,01	11,24	4	1.400
BRV14	ALFA INVEST	PN	9,29	9,19	9,35	9,28	9,35	-0,53	8,92	9,35	6	1.200
ALSO3	ALUMINUSCONAE	ON NM	26,78	26,14	26,79	26,32	26,19	-1,72	26,19	26,76	5.218	812.700
BABA34	ALIBABAGR	DRN	51,99	50,85	51,99	51,40	51,70	-0,19	51,43	51,74	2.761	56.699
A1GN34	ALLEGION PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	334,00	-	-	-
A1L134	ALLIANCE DAT	DRN ED	117,37	113,70	117,37	115,12	115,10	-1,93	113,30	-	10	42
A1EN34	ALLIANT ENER	DRN	262,40	262,40	262,40	262,40	262,40	+1,07	-	-	1	3
A1LR3	ALLIANT	ON NM	10,47	10,25	10,55	10,35	10,43	+0,28	10,41	10,43	1.150	247.400
A1LN34	ALLYNAM PHAR	DRN	41,99	41,99	41,99	41,99	41,99	-	40,91	48,00	1	7
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	32,07	30,66	32,90	31,46	31,05	-2,99	31,05	31,33	206	33.100
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	37,06	35,08	37,18	35,79	36,10	-2,74	36,10	36,21	14.204	4.075.600
AFER3	ALPER S.A.	ON NM	60,55	55,50	61,10	57,35	56,38	-6,64	56,20	56,38	648	96.000
GOG134	ALPHABET	DRN A	76,78	75,85	76,99	76,38	76,91	-0,11	76,87	76,91	1.318	93.795
GOG135	ALPHABET	DRN C	76,93	76,20	77,91	77,20	77,30	+0,45	76,55	77,30	19	763
AVL13	ALPHAVILLE	ON NM	22,60	22,00	22,80	22,05	22,02	-4,21	22,02	23,50	41	20.000
A1X34	ALTERIX INC	DRN	29,96	29,89	30,20	29,93	30,05	-1,21	29,80	34,70	8	79
MOOQ34	ALTIRA GROUP	DRN	237,10	236,00	239,00	236,55	238,80	+0,67	228,00	-	11	141
ALUP3	ALUPAR	ON N2	8,61	8,57	8,64	8,59	8,59	+0,23	8,59	8,73	42	4.600
ALUP4	ALUPAR	PN N2	8,28	8,22	8,39	8,25	8,31	+0,36	8,24	8,33	86	11.600
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	25,06	24,96	25,29	25,10	25,14	-0,15	25,12	25,14	2.411	719.100
AMZQ34	AMAZON	DRN	114,50	113,01	114,72	114,72	115,53	+0,89	115,33	115,53	3.112	69.334
BAZ43	AMAZONIA	ON	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	-	39,10	40,00	2	300
#ABEV3	AMBEV S/A	ON	15,19	14,79	15,22	14,92	14,79	-3,14	14,79	14,80	43.000	30.823.900
AMBP3	AMBEV	ON NM	24,95	24,25	25,06	24,57	24,58	-1	24,58	25,09	1.407	246.200
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	60,54	60,54	62,67	61,75	61,98	+1,22	56,00	-	6	8
A1MX34	AMERICAMOVIL	DRN	36,97	36,67	36,97	36,82	36,67	-0,59	36,43	37,36	2	2
AAL134	AMERICAN AIR	DRN	95,92	95,51	97,07	96,23	96,26	-1,31	91,17	97,00	12	760
A1EP34	AMERICAN ELE	DRN ED	218,40	218,40	219,40	219,06	219,40	+2,42	-	-	2	3
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	69,85	68,55	69,85	69,31	69,83	-0,02	65,75	90,00	9	45
T1OW34	AMERICAN TOW	DRN	306,00	306,00	310,15	306,67	308,70	+0,8	-	-	3	61
A1W34	AMERICAN WAT	DRN ED	217,70	217,70	217,70	217,70	217,70	-0,04	215,50	-	1	2
A1MB34	AMERISOURCEB	DRN ED	285,00	285,00	286,20	285,55	286,20	-2,85	-	-	3	54
A1ME34	AMETEK INC	DRN	324,00	324,00	324,00	324,00	324,00	-0,09	-	-	1	5
AMGN34	AMGEN	DRN ED	45,36	45,30	45,63	45,47	45,45	-0,24	-	45,40	13	1.119
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	15,55	15,99	-	-
A1D134	ANADOG DEVIC	DRN	427,00	427,00	429,00	428,66	429,00	-0,83	-	-	2	6
A1UA34	ANGLOGOLD AS	DRN	29,00	28,08	29,00	28,44	28,24	-11,11	28,20	31,77	40	1.185
ANIM3	ANIMA	ON NM	32,10	30,74	32,23	31,14	31,03	-3,33	31,03	31,08	3.032	870.500
A1NT34	ANTHEM INC	DRN	-	-	-	-	-	-	256,00	-	-	-
A1PA34	APACHE CORP	DRN	101,50	96,80	101,50	99,29	96,80	-4,63	-	-	4	16
A1V134	APARTMENT IN	DRN	25,00	25,00	26,77	26,39	26,23	+4,92	26,07	26,39	21	170
AAPL34	APPLE	DRN ED	70,49	69,30	70,66	70,04	70,17	-1	70,17	70,35	2.291	175.853
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	620,25	620,25	620,25	620,25	620,25	+1,59	-	-	1	200
APT134	APTIV PLC	DRN	407,71	407,71	407,71	407,71	407,71	-2,92	360,00	-	1	67
ARMT34	ARCELOR	DRN	64,01	62,00	64,01	62,93	62,70	-2,1	62,10	62,85	18	202
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN ED	-	-	-	-	-	-	204,40	-	-	-

FINANÇAS

Pregão														Continuação											
														COD.	EMPRESA/AÇÃO	ABERT.	MÍN.	MÁX.	MÉD.	FECH.	OSC. (%)	OFERTAS		NEG.S. REALIZADOS	
																						COMPRA	VENDA	NUM.	QUANTIDADE
COD.	EMPRESA/AÇÃO	ABERT.	MÍN.	MÁX.	MÉD.	FECH.	OSC. (%)	COMPRA	VENDA	NUM.	QUANTIDADE														
C1IC34	CIGNA CORP	DRN	-	-	-	-	-	277,00	308,82	-	-														
CNSY3	CINESYSTEM	ON MA	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-														
CSOC34	CISCO	DRN	50,08	49,86	50,34	50,15	-0,07	49,96	50,30	16	542														
CTGP34	CTIGROUP	DRN	58,74	57,41	58,74	57,87	-1,34	57,45	57,80	21	863														
CLC34	CLOROX CO	DRN	258,30	258,30	258,30	258,30	+4,4	173,18	-	1	16														
CHME34	CME GROUP	DRN	-	-	-	-	-	218,88	-	-	-														
COCA34	COCA COLA	DRN EB	45,50	44,98	46,08	45,74	45,93	+1,27	45,93	46,03	508	39.234													
CEEB3	COEIBA	ON	40,01	40,01	40,40	40,33	-0,24	35,15	42,00	5	600														
CEEB5	COEIBA	PNA	-	-	-	-	-	35,08	50,00	-	-														
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	50,00	65,00	-	-														
COCE5	COELCE	PNA	53,95	53,61	54,50	54,46	+1,83	54,05	54,50	61	91.200														
COCE6	COELCE	PNB	-	-	-	-	-	18,00	-	-	-														
#COGN3	COGNA ON	ON NM	4,37	4,20	4,39	4,27	-1,82	4,20	4,21	26.730	46.707.300														
COIG34	COLGATE	DRN EB	60,75	60,75	61,25	60,75	+0,84	61,05	61,25	7	586														
CMCS34	COMCAST	DRN	57,48	57,00	57,48	57,42	-0,27	57,00	57,32	18	12.062														
CGAS3	COMGAS	ON ED	-	-	-	-	-	150,10	167,00	-	-														
CGAS5	COMGAS	PNA ED	158,70	156,32	158,70	157,43	-1,26	156,71	157,90	16	1.900														
C1AG34	CONAGRA BRAN	DRN	185,19	184,64	188,10	185,97	-0,21	-	-	3	6														
CAU3	CONST A LIND	ON	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-														
CAU4	CONST A LIND	PN	-	-	-	-	-	40,00	200,00	-	-														
C1PR34	COMPAT INC	DRN	320,97	320,97	323,39	320,97	+1,12	-	-	3	776														
CSMG3	COPASA	ON NM	15,87	15,31	15,87	15,47	-3,09	15,32	15,33	6.597	1.960.700														
CPLE3	COPEL	ON N1	62,26	60,80	62,73	61,53	-2,41	60,91	61,36	1.121	219.300														
CPLE5	COPEL	PNA N1	-	-	-	-	-	45,00	-	-	-														
#CPLE6	COPEL	PNB N1	65,15	62,88	65,29	63,59	-3,11	63,09	63,13	10.310	1.799.500														
COPH34	COPHILLIPS	DRN	67,50	65,15	67,50	66,05	-2,32	64,00	66,70	12	639														
BIUN39	CORE MIDCAP	DRN	68,11	68,11	68,11	68,11	-0,43	60,00	-	1	590														
BIU039	CORE SP TOTA	DRN	49,68	49,27	49,79	49,68	-0,08	49,27	-	483	97.632														
BIYB39	CORE SP 500	DRN	53,08	52,95	53,54	53,40	+0,01	52,60	-	521	32.392														
BIEM39	COREINSCI EMK	DRN	62,50	61,70	62,50	62,05	-0,71	62,06	-	21	1.214														
BIEL39	COREINSCI EUR	DRN	48,40	48,04	48,40	48,18	+0,14	48,04	-	11	6.305														
BIEF39	CORESMICAFE	DRN	48,71	48,71	49,16	48,75	+0,2	48,80	-	4	1.142														
BIUR39	CORESMALLCAP	DRN	70,95	70,95	70,95	70,95	-0,71	61,10	-	1	100														
GI1W34	CORNING INC	DRN	205,00	205,00	205,00	205,00	+3,11	-	-	1	80														
C1TV34	CORTEVA INC	DRN	60,90	59,13	60,90	60,17	-1,13	43,93	93,00	12	2.518														
#CSAN3	COSAN	ON NM	88,14	85,48	88,14	86,15	-0,84	86,52	86,70	11.622	1.941.700														
ROG3	COSAN LOG	ON NM	21,43	21,19	21,66	21,37	-0,51	21,36	21,48	1.839	405.500														
CSRN3	COSERN	ON	16,40	15,90	16,47	16,19	-2,91	15,60	16,09	5	900														
CSRN5	COSERN	PNA	17,00	15,70	17,00	16,16	-1,85	15,50	16,39	18	1.800														
CSRN6	COSERN	PNB	17,00	15,82	17,10	16,39	-1,82	-2,34	15,82	16,19	16	1.600													
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	49,35	49,35	50,07	49,51	+0,07	-	-	3	32														
COUC34	COSTCO	DRN	48,00	47,51	48,68	48,51	+0,28	47,51	48,68	52	8.641														
CTNM3	COTEMINAS	ON	11,00	10,94	11,02	10,99	-	10,91	11,40	3	400														
CTNM4	COTEMINAS	PN	5,51	5,42	5,53	5,46	-3,55	5,43	5,50	31	13.000														
COYU34	COTY INC	DRN	19,30	19,20	19,67	19,38	-1,6	19,49	20,00	20	960														
C1OU34	COUPA SOFTWA	DRN	67,02	67,02	67,02	67,02	+2,99	-	-	1	10														
#CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	32,72	32,33	33,08	32,63	-0,33	32,75	32,77	13.542	2.288.400														
CRDA34	CREDIT ACCEP	DRN	-	-	-	-	-	207,00	-	-	-														
C1SU34	CREDIT SUISS	DRN	38,07	37,23	38,07	37,45	-1,99	37,25	37,88	7	21														
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	45,50	53,00	-	-														
CRPG5	CRISTAL	PNA	48,95	48,95	49,89	49,52	49,76	+1,65	49,30	49,76	69	14.200													
CRPG6	CRISTAL	PNB	47,98	47,05	48,00	47,73	48,00	+1,05	47,85	48,29	24	3.300													
C1C34	CROWN CASTLE	DRN	224,40	223,40	224,40	224,18	+2,09	219,80	-	3	14														
CRSE03	CRUZEIRO EDU	ON NM	13,99	13,63	14,17	13,94	-0,42	13,94	14,00	1.982	1.070.100														
CR2	CR2	ON	23,00	22,67	23,30	22,99	-1,43	22,02	22,79	3	300														
CAUN3	CSMINNERACAO	ON N2	9,10	8,84	9,89	9,17	9,00	+5,88	9,00	9,04	76.059	61.433.400													
CRD3	CSU CARDSYST	ON NM	16,13	15,67	16,37	15,96	-2,85	15,67	16,05	414	128.800														
CTC43	CTC S.A.	ON MA	-	-	-	-	-	0,19	-	-	-														
CRIP34	CRIFIPCOM	DRN	205,52	200,60	205,52	200,79	-3,23	203,01	-	4	154														
C1M134	CUMMINS INC	DRN ED	326,00	323,60	327,80	326,09	+91,98	-	-	14	190														
CURY3	CURY S/A	ON NM	10,44	10,15	10,48	10,25	-2,77	10,15	10,18	2.745	554.500														
#CYCB3	CVC BRASIL	ON NM	19,43	18,88	19,53	19,10	-2,56	18,97	19,00	16.604	6.427.800														
CYSH34																									

FINANÇAS

Pregão										Continuação																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
CÓD.	EMPRESA/AÇÃO		ABERT.	MÍN.	MÁX.	MÉD.	FECH.	OSC. (%)		OFERTAS		NEGS. REALIZADOS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						

FINANÇAS

Pregão														Continuação													
CÓD.	EMPRESA/AÇÃO	ABERT.	MÍN.	MÁX.	MÉD.	FECH.	OSC. (%)	OFERTAS		NEGS. REALIZADOS		NUM.	QUANTIDADE	NUM.	QUANTIDADE												
								COMPRA	VENDA	NUM.	QUANTIDADE																
TGTR34	TARGET CORP	DRN ED	1.032,00	1.032,00	1.045,00	1.044,87	-1,04	1.000,01	1.056,00	6	809																
TASA3	TAURUS ARMAS	ON N2	21,31	20,14	21,81	21,14	-2,54	20,71	20,74	1.106	266.400																
TASA4	TAURUS ARMAS	PN N2	21,85	20,22	22,00	21,01	-6,11	20,42	20,49	11.655	5.876.400																
T1EC34	TECHNIFMC P	DRN	41,20	39,00	41,20	39,62	39,00	-7,47	37,10	41,10	19	2.751															
TECN3	TECHNOS	ON NM	1,68	1,55	1,72	1,62	1,55	-5,48	1,55	1,56	1.621	2.416.400															
TCSA3	TECNISA	ON NM	8,37	7,95	8,42	8,09	7,99	-4,54	7,99	8,00	4.164	1.536.700															
TGMA3	TGMA	ON NM	23,13	22,92	23,73	23,50	+2,03	23,59	23,60	3.451	528.900																
TKNO3	TEKNO	ON	-	-	-	-	-	/	30,00	85,00	-	-															
TKNO4	TEKNO	PN	-	-	-	-	-	/	43,70	49,90	-	-															
TELB3	TELEBRAS	ON	77,20	74,10	77,20	75,11	74,10	-3,13	73,00	74,70	33	3.800															
TELB4	TELEBRAS	PN	29,84	28,40	29,99	29,26	28,97	-1,56	28,90	29,00	34	7.100															
#VIM3	TELEF BRASIL	ON	47,27	46,10	47,51	46,57	46,22	-2,38	46,22	46,34	17.955	2.966.200															
T1UC34	TELEFONIC	DRN	24,85	24,70	25,08	24,86	25,00	-0,31	24,70	25,08	14	2.426															
T1SS34	TENARIS SA	DRN	47,74	47,74	47,85	47,79	47,85	+2,81	46,54	-	3	199															
TEND3	TENDA	ON NM	26,39	25,72	26,50	26,03	25,88	-1,63	25,88	25,97	6.616	1.252.600															
TESA3	TERRA SANTA	ON NM	31,73	30,74	31,73	31,20	31,60	-1,25	30,70	31,60	302	42.900															
TESIA34	TESIA INC	DRN	132,51	131,55	133,15	133,37	133,70	-0,92	133,50	133,70	5.593	290.619															
T1EV34	TEVA PHARMAC	DRN	30,11	29,91	30,11	30,04	29,91	-2,38	28,50	31,70	3	3															
TEJA34	TEXAS INC	DRN	63,40	63,10	64,02	63,85	63,90	-1,37	63,30	72,00	8	10.699															
S1JM34	THE JM SIMUCK	DRN ED	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-															
TMO34	THERMOSCHER	DRN	55,79	55,60	56,07	55,95	55,60	-1,5	55,01	57,94	7	1.286															
#TIM3	TIM	ON NM	14,15	13,55	14,25	13,75	13,65	-3,66	13,65	13,67	22.668	8.000.300															
SHOW3	TIME FOR FUN	ON NM	3,63	3,53	3,68	3,58	3,54	-2,2	3,54	3,56	327	267.300															
TJXC34	TIX COMPANIE	DRN ED	371,73	371,73	371,73	371,73	+2,24	370,88	-	-	1	1.600															
T1MU34	T-MOBILE US	DRN	328,00	328,00	329,00	328,00	+0,3	332,95	-	-	6	121															
#TOT3	TOIYS	ON NM	33,87	33,63	34,31	33,83	33,90	-0,52	33,87	33,90	25.641	5.006.800															
TMO34	TOYOTAMO	DRN	835,10	829,50	835,10	834,08	835,10	-1,24	829,50	-	4	55															
TFC04	TRACK FIELD	PN N2	13,06	12,71	13,30	13,01	13,10	+0,76	12,86	13,10	290	312.600															
T1SC34	TRACTOR SUPP	DRN	463,81	463,81	472,00	465,26	472,00	+10,59	298,75	-	4	353															
TRPL3	TRAN PAULIST	ON N1	29,36	29,26	29,36	29,30	29,26	+0,03	29,26	29,30	6	900															
TRPL4	TRAN PAULIST	PN N1	24,86	24,78	25,15	24,93	25,00	+0,6	24,96	25,00	5.929	1.325.200															
T1RP34	TRANE TECH	DRN	403,50	403,29	408,30	403,44	408,30	+3,73	390,00	440,00	3	303															
RIGG34	TRANSOCEAN	DRN	19,80	18,61	19,84	19,03	18,62	-5,95	18,62	18,92	150	19.524															
ACW11	TREND ACWI	CI	10,50	10,32	11,05	10,39	10,32	-1,71	10,32	10,52	477	202.780															
XINA11	TREND CHINA	CI	12,83	12,45	12,91	12,63	12,67	-1,4	12,64	12,67	5.333	3.083.735															
EURP11	TREND EUROPA	CI	10,38	10,30	10,50	10,32	10,30	-0,77	10,30	10,44	395	128.541															
XFIX11	TREND IFIX	CI	10,26	10,20	10,26	10,23	10,23	-0,29	10,23	10,24	275	17.471															
GOLD11	TREND OUDRO	CI	10,50	10,30	10,56	10,36	10,37	-0,86	10,37	10,41	1.701	551.882															
LUXM4	TRERISA	PN	65,00	64,01	65,45	64,61	65,45	+0,69	64,00	65,48	4	400															
T1RI34	TRIPADVISOR	DRN	-	-	-	-	-	/	170,00	-	-	-															
TRIS3	TRISUL	ON NM	10,42	10,20	10,44	10,27	10,22	-1,63	10,22	10,24	2.845	848.200															
TPIS3	TRIUNFO PART	ON NM	1,97	1,93	1,99	1,95	1,94	-1,52	1,94	1,95	412	491.700															
BEG039	TRINSCI EAFE	DRN	51,74	51,74	51,74	51,74	51,74	+1,25	-	-	1	50.000															
BEGU39	TRUSTMSCI US	DRN	49,35	48,92	49,35	49,18	49,20	+0,1	49,09	-	9	40.995															
TUPY3	TUPY	ON NM	21,51	21,23	21,83	21,54	21,77	+1,2	21,68	21,77	3.172	759.200															
T1WL34	TWILIO INC	DRN	98,58	96,00	98,58	98,12	97,40	+9,79	94,00	-	12	6.753															
TWIR34	TWITTER	DRN	194,97	190,00	198,25	193,86	197,76	+1,43	190,00	199,00	74	1.179															
TSNF34	TYSON FOODS	DRN	369,00	369,00	369,20	369,11	369,20	+5,18	345,00	-	2	20															
U1BE34	UBER TECH IN	DRN	81,80	79,40	81,85	80,32	80,51	-2,85	80,00	81,00	99	5.531															
UBSG34	UBS GROUP	DRN	83,80	83,60	83,80	83,70	83,60	-1,12	83,01	84,70	2	2															
U1DR34	UDR INC	DRN	230,42	230,42	230,60	230,51	230,60	+4,68	-	-	2	14															
U1LT34	ULTA BEAUTY	DRN	86,15	86,15	87,40	86,15	87,40	+1,68	69,00	-	2	394															
#UCP3	ULTRAPAR	ON NM	23,13	22,25	23,15	22,59	22,50	-3,47	22,50	22,53	20.476	4.983.900															
U1AI34	UNDER ARMOUR	DRN	100,30	100,30	100,30	100,30	100,30	-1,57	90,00	100,00	1	100															
UCAS3	UNICASA	ON NM	4,68	4,63	4,84	4,76	4,63	-2,73	4,63	4,70	479	122.400															
ULEY34	UNILEVER	DRN	300,00	298,60	303,80	301,39	302,20	+0,99	298,60	304,00	27	185															
UPAC34	UNIONPACIFIC	DRN	-	-	-	-	-	/	192,22	-	-	-															
UWNP3	UNIPAR	ON	56,70	54,50	57,00	55,68	56,49	+0,55	53,23	56,49	54	9.700															
UWNP5	UNIPAR	PNA	56,59	56,00	59,20	56,74	56,00	-0,35	52,01	58,90	7	1.100															
UWNP6	UNIPAR	PNB	56,97	55,25	58,53	56,89	56,48	-0,14	56,33	56,48	2.462	422.600															

Pregão

Continuação

CÓD.	EMPRESA/AÇÃO	EXERC.	ABERT.	MÍN.	MÁX.	MÉD.	FECH.	OSC. (%)	OFERTAS		NEGS. REALIZADOS	
									COMPRA	VENDA	NUM.	QUANTIDADE
BBSE8290	BBSE /E/DR ON NM	28,52	0,05	0,02	0,05	0,03	0,03	-66,66	0,02	0,05	27	20.900
BBSE8295	BBSE /E/DR ON NM	29,02	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	-50	-	-	9	11.100
BBSE8300	BBSE /E/DR ON NM	29,52	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	=	-	0,01	7	2.200
BBSE8305	BBSE /E/DR ON NM	30,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	+100	-	-	1	200
BBSE8310	BBSE /E/DR ON NM	30,52	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	=	-	0,01	2	600
BBSE8315	BBSE /E/DR ON NM	31,02	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BBSE8320	BBSE /E/DR ON NM	31,52	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-66,66	-	0,02	3	8.100
BBSE8325	BBSE /E/DR ON NM	32,02	-	-	-	-	-	/	-	0,03	-	-
BBSE8330	BBSE /E/DR ON NM	32,52	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BBSE8335	BBSE /E/DR ON NM	33,02	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BBSE8345	BBSE /E/DR ON NM	34,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-50	-	0,01	2	1.900
BBSE8277	BBSEEE /E ON NM	27,27	0,55	0,55	0,55	0,55	-28,57	-	-	-	1	100
BBSE8282	BBSEEE /E ON NM	27,77	0,20	0,18	0,20	0,18	-45,45	0,14	-	-	2	1.000
BBSE8287	BBSEEE /E ON NM	28,27	0,05	0,04	0,09	0,04	0,07	-58,82	0,01	-	10	3.700
BBSE8292	BBSEEE /E ON NM	28,77	0,01	0,01	0,03	0,02	0,02	-50	-	0,50	7	10.900
BBSE8297	BBSEEE /E ON NM	29,27	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	-50	-	0,39	4	3.100
BBSE8302	BBSEEE /E ON NM	29,77	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-66,66	-	0,04	3	1.100
BBSE8307	BBSEEE /E ON NM	30,27	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	=	-	0,01	1	300
BBSE8312	BBSEEE /E ON NM	30,77	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-50	-	0,01	1	200
BEEF110	BEEF ON NM	10,96	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	=	-	0,01	2	15.900
BEEF120	BEEF ON NM	11,96	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BEEF800	BEEF ON NM	7,96	-	-	-	-	-	/	-	2,30	-	-
BEEF8956	BEEF ON NM	9,56	0,25	0,25	0,30	0,25	0,30	-40	0,05	0,50	3	10.800
BEEF8976	BEEF ON NM	9,76	-	-	-	-	-	/	0,03	-	-	-
BEEF8996	BEEF ON NM	9,96	0,15	0,04	0,15	0,07	0,04	-80,95	0,03	0,08	4	2.500
BID18210	BIDI PN N2	21,00	-	-	-	-	-	/	1,00	-	-	-
BOVA100	BOVA CI	100,00	15,22	14,12	15,22	14,35	14,12	-11,75	14,30	-	3	127
BOVA102	BOVA CI	104,00	11,40	10,04	12,40	11,29	10,13	-14,87	10,00	12,25	21	4.470
BOVA103	BOVA CI	106,00	10,00	8,70	10,00	8,74	8,70	-13	0,01	10,00	9	6.651
BOVA106	BOVA CI	108,00	7,05	6,77	7,10	7,08	7,10	-10,12	0,01	8,18	10	1.102
BOVA110	BOVA CI	110,00	6,04	4,40	6,50	5,04	4,69	-21,17	4,16	5,25	366	65.675
BOVA112	BOVA CI	112,00	4,02	2,40	4,46	3,09	2,80	-30	2,68	3,00	1.349	98.925
BOVA114	BOVA CI	114,00	2,20	0,95	2,70	1,37	1,19	-50,41	1,09	1,23	1.534	227.640
BOVA116	BOVA CI	116,00	0,96	0,21	1,12	0,44	0,26	-73,19	0,25	0,26	798	1.293.412
BOVA118	BOVA CI	118,00	0,17	0,04	0,30	0,12	0,06	-78,57	0,04	0,10	2.354	586.825
BOVA120	BOVA CI	120,00	0,04	0,01	0,06	0,02	0,02	-66,66	0,02	0,03	1.147	272.771
BOVA122	BOVA CI	122,00	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	-50	-	0,01	450	117.977
BOVA124	BOVA CI	124,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	=	-	0,01	128	5.417
BOVA126	BOVA CI	126,00	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	=	-	0,01	474	6.549
BOVA128	BOVA CI	128,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	=	-	0,01	21	200
BOVA130	BOVA CI	130,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	=	-	0,01	322	11.400
BOVA132	BOVA CI	132,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	=	-	0,01	403	12.399
BOVA134	BOVA CI	134,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	=	-	0,01	2	1.000
BOVA136	BOVA CI	136,00	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BOVA138	BOVA CI	138,00	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BOVA140	BOVA CI	140,00	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BOVAS00	BOVA CI	50,00	-	-	-	-	-	/	50,00	-	-	-
BOVAS800	BOVA CI	80,00	35,82	35,04	35,94	35,92	35,90	+1,12	-	-	7	109
BOVAS850	BOVA CI	85,00	29,60	29,60	29,60	29,60	29,60	-3,83	-	-	3	2.900
BOVAS930	BOVA CI	93,00	21,28	21,28	21,62	21,45	21,62	+3,14	-	-	7	7.500
BOVAS950	BOVA CI	95,00	20,88	19,00	20,88	19,00	19,00	-5	-	-	2	33.050
BOVAS97	BOVA CI	102,00	14,00	12,09	14,00	12,51	12,67	-4,16	12,00	-	19	8.890
BOVAS980	BOVA CI	98,00	16,86	16,86	16,86	16,86	16,86	-3,1	-	-	1	300
BOVAS990	BOVA CI	99,00	15,60	15,30	15,80	15,46	15,30	-2,54	-	-	3	105
BOVAS105	BOVAE CI	105,00	10,92	9,53	11,40	10,36	9,53	-13,36	0,01	13,54	4	1.900
BOVAS109	BOVAE CI	109,00	5,50	5,50	6,01	5,71	5,71	-21,78	0,01	8,00	52	20.370
BOVAS82	BOVAE CI	113,00	3,59	1,60	3,59	1,65	1,60	-38,46	1,61	-	3	2.010
BOVAS86	BOVAE CI	115,00	1,59	0,50	1,64	0,73	0,63	-58,55	0,01	0,66	49	209.586
BOVAS90	BOVAE CI	117,00	0,39	0,09	0,41	0,22	0,11	-76,59	0,10	0,40	30	160.384
BOVVB120	BOVV CI	120,00	-	-	-	-	-	/	0,20	-	-	-
BPAC108	BPAC UNT N2	111,47	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	-54,54	-	-	1	200
BPAC112	BPAC UNT N2	113,47	-	-	-	-	-	/	0,01	-	-	-
BPAC115	BPAC UNT N2	115,47	-	-	-	-	-	/	0,05	-	-	-
BPAC117	BPAC UNT N2	117,47	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	-59,09	-	-	1	500
BPAC119	BPAC UNT N2	119,47	-	-	-	-	-	/	0,40	-	-	-
BPAC121	BPAC UNT N2	121,47	-	-	-	-	-	/	0,18	-	-	-
BPAC123	BPAC UNT N2	123,47	-	-	-	-	-	/	0,20	-	-	-
BPAC125	BPAC UNT N2	125,47	-	-	-	-	-	/	0,15	-	-	-
BPAC131	BPAC UNT N2	131,47	-	-	-	-	-	/	0,01	-	-	-
BPACB860	BPAC UNT N2	85,47	20,90	20,59	21,50	21,04	20,59	+142,23	-	-	6	1.500

CÓD.	EMPRESA/AÇÃO		EXERC.	ABERT.	MÍN.	MÁX.	MÉD.	FECH.	OSC. (%)	OFERTAS		NEGS. REALIZADOS	
										COMPRA	VENDA	NUM.	QUANTIDADE
BPACB880	BPAC	UNT N2	87,47	-	-	-	-	-	/	8,00	-	-	-
BPACB894	BPAC	UNT N2	89,47	-	-	-	-	-	/	0,01	-	-	-
BPACB914	BPAC	UNT N2	91,47	-	-	-	-	-	/	0,01	-	-	-
BPACB930	BPAC	UNT N2	92,47	13,50	13,50	13,80	13,64	13,80	+12,56	10,00	-	4	13.500
BPACB950	BPAC	UNT N2	94,47	12,53	11,80	12,53	12,16	11,80	-32,18	0,01	15,99	2	200
BPACB970	BPAC	UNT N2	96,47	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	-17,83	5,00	-	1	200
BPACB990	BPAC	UNT N2	98,47	8,00	8,00	8,02	8,01	8,02	-27,09	7,10	-	2	300
BPACB101	BPACE	UNT N2	100,47	4,80	4,80	4,80	4,80	4,80	-49,47	5,40	-	1	100
BPACB103	BPACE	UNT N2	102,47	5,50	4,26	6,10	5,84	4,39	-37,28	2,00	-	5	23.800
BPACB105	BPACE	UNT N2	104,47	3,25	2,80	3,25	3,14	2,80	-37,77	1,70	4,95	3	2.600
BPACB107	BPACE	UNT N2	106,47	-	-	-	-	-	-	0,50	-	-	-
BPACB109	BPACE	UNT N2	108,47	0,94	0,70	1,10	1,00	0,70	-90,66	0,55	1,10	4	3.300
BPACB111	BPACE	UNT N2	110,47	0,70	0,38	0,70	0,54	0,38	-81	-	-	2	2.000
BPACB113	BPACE	UNT N2	112,47	0,30	0,09	0,30	0,25	0,23	-77	-	1,50	6	4.700
BPACB114	BPACE	UNT N2	114,47	0,20	0,14	0,20	0,19	0,14	-66,66	0,05	0,42	2	3.500
BPACB116	BPACE	UNT N2	116,47	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	-71,42	0,03	-	1	6.000
BPACB118	BPACE	UNT N2	118,47	-	-	-	-	-	/	0,01	-	-	-
BRAPB620	BRAP	PN N1	62,00	2,00	2,00	3,00	2,42	2,40	+37,93	-	-	3	4.000
BRAPB630	BRAP	PN N1	63,00	-	-	-	-	-	/	0,01	-	-	-
BRAPB640	BRAP	PN N1	64,00	0,94	0,94	0,94	0,94	0,94	+13,25	0,64	-	1	400
BRAPB650	BRAP	PN N1	65,00	-	-	-	-	-	/	-	1,05	-	-
BRAPB660	BRAP	PN N1	66,00	0,25	0,21	0,31	0,25	0,26	-18,75	0,01	-	18	26.900
BRAPB670	BRAP	PN N1	67,00	-	-	-	-	-	/	0,01	1,50	-	-
BRAPB690	BRAP	PN N1	69,00	-	-	-	-	-	/	-	0,47	-	-
BRAPB700	BRAP	PN N1	70,00	-	-	-	-	-	/	-	0,06	-	-
BRAPB710	BRAP	PN N1	71,00	-	-	-	-	-	/	-	0,14	-	-
BRAPB720	BRAP	PN N1	72,00	-	-	-	-	-	/	-	3,91	-	-
BRAPB900	BRAP	PN N1	90,00	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BRDTB210	BRDT	ON NMA	20,64	1,78	1,78	1,78	1,78	1,78	+6,58	-	-	1	10.000
BRDTB215	BRDT	ON NMA	21,14	0,92	0,92	1,37	1,14	1,37	-57,84	-	-	3	19.600
BRDTB220	BRDT	ON NMA	21,64	0,73	0,49	0,73	0,51	0,71	-32,38	-	-	3	11.100
BRDTB225	BRDT	ON NMA	22,14	0,22	0,22	0,45	0,30	0,45	+45,16	0,13	0,50	6	18.200
BRDTB230	BRDT	ON NMA	22,64	0,08	0,04	0,19	0,08	0,19	+26,66	0,07	0,18	8	13.100
BRDTB235	BRDT	ON NMA	23,14	0,04	0,01	0,04	0,03	0,03	-40	0,02	0,15	12	9.900
BRDTB240	BRDT	ON NMA	23,64	0,02	0,02	0,05	0,03	0,05	-16,66	-	0,05	2	1.500
BRDTB245	BRDT	ON NMA	24,14	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-66,66	-	1,03	1	1.000
BRDTB250	BRDT	ON NMA	24,64	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	-50	-	0,02	3	4.100
BRDTB255	BRDT	ON NMA	25,14	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BRDTB260	BRDT	ON NMA	25,64	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BRDTB265	BRDT	ON NMA	26,14	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BRDTB280	BRDT	ON NMA	27,64	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BRDTB295	BRDT	ON NMA	29,14	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	-73,68	-	-	1	10.300
BRDTB300	BRDT	ON NMA	29,64	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BRDTB222	BRDTE	ON NMA	21,89	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	-46,15	-	-	1	15.000
BRDTB227	BRDTE	ON NMA	22,39	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18	+5,88	-	-	1	600
BRDTB237	BRDTE	ON NMA	23,39	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-96	-	-	3	3.000
BRDTB247	BRDTE	ON NMA	24,39	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	-80	-	0,08	1	3.000
BRDTB258	BRDTE	ON NMA	25,89	-	-	-	-	-	-	-	0,08	-	-
BRFSB190	BRFS	ON NMA	19,00	3,70	3,60	3,70	3,65	3,60	+17,26	-	-	3	300
BRFSB195	BRFS	ON NMA	19,50	3,64	3,15	3,64	3,61	3,15	-7,35	3,05	-	10	8.000
BRFSB200	BRFS	ON NMA	20,00	3,01	3,01	3,01	3,01	3,01	-17,53	-	4,00	1	6.200
BRFSB205	BRFS	ON NMA	20,50	2,46	2,30	2,46	2,42	2,30	-22,29	-	-	3	2.600
BRFSB210	BRFS	ON NMA	21,00	2,10	1,70	2,28	2,07	1,72	-31,2	1,62	-	15	41.100
BRFSB215	BRFS	ON NMA	21,50	1,50	1,33	1,64	1,52	1,33	-28,1	-	2,50	11	42.000
BRFSB220	BRFS	ON NMA	22,00	1,03	0,68	1,15	0,84	0,68	-52,11	0,62	1,00	152	165.800
BRFSB225	BRFS	ON NMA	22,50	0,80	0,39	1,05	0,63	0,41	-60,95	0,31	1,00	26	59.800
BRFSB230	BRFS	ON NMA	23,00	0,29	0,13	0,43	0,21	0,13	-75,92	0,11	0,25	58	113.600
BRFSB235	BRFS	ON NMA	23,50	0,20	0,03	0,20	0,07	0,03	-88	0,01	0,05	30	136.100
BRFSB240	BRFS	ON NMA	24,00	0,11	0,01	0,11	0,04	0,01	-90,9	0,01	0,02	316	519.400
BRFSB245	BRFS	ON NMA	24,50	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	-75	-	0,01	19	11.600
BRFSB250	BRFS	ON NMA	25,00	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	-50	-	0,01	6	4.000
BRFSB255	BRFS	ON NMA	25,50	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	=	-	0,01	1	100
BRFSB260	BRFS	ON NMA	26,00	-	-	-	-	-	/	-	0,02	-	-
BRFSB265	BRFS	ON NMA	26,50	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BRFSB270	BRFS	ON NMA	27,00	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BRFSB275	BRFS	ON NMA	27,50	-	-	-	-	-	/	-	0,01	-	-
BRFSB217	BRFSE	ON NMA	21,75	1,30	1,14	1,30	1,22	1,14	-5	-	-	3	21.000
BRFSB222	BRFSE	ON NMA	22,25	0,78	0,50	0,78	0,60	0,50	-63,76	0,48	-	5	1.100
BRKMB175	BRKMN	PNA N1	17,50	12,74	12,74	12,74	12,74	12,74	+53,86	-	-	3	4.500
BRKMB240	BRKMN	PNA N1	24,00	6,50	6,00	6,50	6,29	6,45	-4,3	5,90	-	6	8.000
BRKMB250	BRKMN	PNA N1	25,00	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	+5,76	3,00	-	2	700
BRKMB255	BRKMN	PNA N1	25,50	-	-	-	-	-	-	/	3,30	-	-
BRKMB260	BRKMN	PNA N1	26,00	4,80	4,10	4,80	4,44	4,40	-8,33	3,80	5,00	11	29.000



Funed amplia capacidade de diagnosticar a Covid-19

Ao longo de 11 meses da pandemia da Covid-19, o Laboratório Central de Saúde Pública da Fundação Ezequiel Dias (Lacen/Funed) aumentou em mais de dez vezes a capacidade instalada para realizar diagnósticos da doença. Esse número passou de 160 para 2.000 amostras por dia em dezembro de 2020.

O Lacen assumiu protagonismo não apenas na realização do exame molecular PCR em tempo real, mas também no processo de habilitação de 29 laboratórios, presentes em 15 instituições, que formam a RedelabCovid-19.

A rede foi criada com a intenção de descentralizar o diagnóstico da doença no Estado. Do início da pandemia até a última quinta-feira (18), foram realizadas 405.890 análises, sendo que 404.490 já tiveram seus resultados liberados e 1.400 ainda estão em estudo.

Para a chefe da Divisão de Epidemiologia e Controle de Doenças do Lacen/Funed, Ana Luísa Cury, mesmo diante do cenário de incerteza, a fundação respondeu de forma célere às necessidades sanitárias do contexto pandêmico. “Processos e equipe foram repensados para atender à crescente demanda por diagnósticos de Covid”, explica.

Para responder de forma satisfatória à demanda ao longo da grave situação de Saúde Pública, o Lacen/Funed adquiriu equipamentos e plataformas para extração de DNA/RNA automatizados. Outro investimento fundamental foi na ampliação das equipes laboratoriais. Foram contratados cerca de 40 profissionais – entre biólogos, biomédicos, farmacêuticos e técnicos administrativos – por meio de



GIL LEONARDI

chamamento emergencial, para atuar exclusivamente no diagnóstico da doença. Ao todo, mais de cem trabalhadores compõem a força-tarefa contra a Covid na Funed.

Além do aporte na capacidade analítica da fundação, as parcerias com instituições da RedelabCovid-19, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e com as plataformas nacionais do Ministério da Saúde, estão permitindo que o fluxo de exames não pare. “A colaboração tem sido um ponto forte da atuação durante a pandemia. Diversas parcerias estão em curso para responder à demanda por diagnósticos e garantir que eles estejam liberados para contribuir com as necessidades clínicas dos pacientes e também com a análise do cenário da pandemia no estado”, explica Ana Luísa Cury.

A gestora acrescenta que a grave carência de insumos em nível global exigiu pronta resposta da instituição.

“Alternativas como doações, empréstimos, trocas, compras emergenciais e uso dos equipamentos automatizados que vêm do Ministério da Saúde e que foram adquiridos pela própria Funed, que vêm com o material pronto para analisar, são opções que encontramos

“Diversas parcerias estão em curso para responder à demanda por diagnósticos e garantir que eles estejam liberados para contribuir com as necessidades clínicas”

para garantir a manutenção do trabalho”, exemplifica.

Atuação estratégica - Desde 8/2/2021, o Lacen/Funed assumiu outro papel importante: passou a ser um dos quatro laboratórios do País

a integrar a Rede Nacional de Sequenciamento Genético para a Vigilância em Saúde, criada pelo Ministério da Saúde. Além dos exames de Minas, a fundação será referência para mais cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O trabalho será voltado para análise de vírus relacionados à Covid-19, de forma que seja possível aumentar significativamente o quantitativo de genomas disponíveis, ou seja, de informações obtidas de uma espécie a partir da sequência de seu código genético, para entender sua estrutura, organização e função.

A ideia é usar as informações atualizadas em tempo real sobre novas variantes do vírus da Covid-19 para subsidiar as ações de vigilância epidemiológica do Estado, permitindo um planejamento mais efetivo, visando ao controle e à antecipação de situações graves de saúde pública. (Agência Minas)

“Jornalismo como Arte”

“O Jornalismo como Arte” é o tema da próxima edição do Laboratório de Crítica do CCBB Educativo. Quem fala sobre o assunto é professora e jornalista Fabiana Moraes no próximo dia 25, às 14 horas. A transmissão ocorrerá pela plataforma Zoom e é necessário se inscrever pelo site (www.cbbeducativo.com.br). A participação é gratuita. O Laboratório de Crítica é um projeto que promove a reflexão sobre arte, incluindo a esfera do jornalismo cultural, memória e patrimônio, a partir das programações de mais destaque. Visa a continuidade de uma plataforma consolidada pelo programa de diálogo com estudantes de arte, jornalismo, curadoria e história. Fabiana Moraes é professora do Núcleo de Design e Comunicação do Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA).

Dom Casmurro

Foi em 21 de fevereiro de 1900 que os brasileiros compartilharam da angústia de Bento Santiago - sem saber se Capitu o havia traído com seu melhor amigo, Escobar, ou não - pela primeira vez. “Dom Casmurro”, que anos depois de sua primeira publicação se tornou uma das maiores obras da literatura nacional, senão a maior; foi bem recebido pela crítica desde sua primeira edição. Medeiros e Albuquerque, por exemplo, comparou o romance de Machado de Assis a Otelo, de Shakespeare. Passados mais de 120 anos desde a publicação de “Dom Casmurro”, o livro ainda exerce ampla influência na literatura nacional. Tendo o ciúme como temática, Machado de Assis apresenta seu olhar crítico em relação à sociedade brasileira.

Oscar Dias Corrêa

Em 2021 é celebrado o centenário de nascimento do acadêmico Oscar Dias Corrêa. Para marcar a data, a Academia Mineira de Letras apresenta uma entrevista ao vivo com seu filho, o advogado Oscar Corrêa Jr. Mediada pelo presidente da AML, Rogério Faria Tavares, o público terá a oportunidade de saber mais sobre a trajetória do escritor no próximo dia 25, às 19h30, na plataforma Zoom, com transmissão simultânea pelo canal da AML no YouTube. O advogado Oscar Corrêa Jr. fala sobre a trajetória biográfica de seu pai, Oscar Dias Correa, com ênfase em suas passagens pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pela Câmara dos Deputados, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Ministério da Justiça.

“Linhas da Vida”

“Linhas da Vida”, de Chiharu Shiota, revisita a trajetória da artista japonesa, apresentando mais de 70 obras organizadas em cinco núcleos temáticos. O público que quiser conhecer e se aprofundar sobre a vida da artista, pode conferir o Com a Palavra do CCBB Educativo. A historiadora e crítica de arte Daniela Name apresenta a exposição em visita *on-line*. O conteúdo fica disponível a partir do próximo dia 25, às 10 horas, no site do CCBB Educativo. O acesso é gratuito. Daniela Name é mestre em história e crítica de arte no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ e jornalista. Foi curadora das exposições “Modernismos - 90 anos de 1922”, “Jogos de guerra” e “Diálogo concreto”, entre outros projetos.

“Radio Memorialística”

No próximo dia 25, às 18 horas, o Educativo do Memorial Vale traz o terceiro episódio da “Rádio Memorialística: Na Lavoura” (transmitido pelo Instagram, com legenda descritiva das imagens, legenda descritiva detalhada para surdo-cego e tradução em libras). Acabada a febre do ouro, outras riquezas começaram a emergir pela capitania, dando-lhe um novo caráter: é a Minas da Terra. Os frutos da agricultura e da pecuária não apenas dão o tom agora à economia mineira, eles vão deixando uma marca na sua tradição. Assim, café, pão de queijo, fubá, fogo a lenha deixam de ser meras palavras para se transformarem em sensações e despertarem em nós aquelas lembranças atreladas às típicas fazendas mineiras.

Chiquinha Gonzaga ganha homenagem

Em homenagem à compositora Chiquinha Gonzaga, que morreu em fevereiro de 1935, e ao mês em que tradicionalmente ocorrem as festividades carnavalescas, a Casa Fiat de Cultura realiza o “Encontros com o Patrimônio: Chiquinha Gonzaga: memórias de eternos carnavais”. O evento será realizado neste domingo (21), às 11 horas, ao vivo, em transmissão *on-line*, com a educadora e historiadora da Casa Fiat de Cultura, Ana Carolina Ministério, e o pesquisador e flautista da Orquestra 415 de Música Antiga, André Salles-Coelho. Além do bate-papo com Ana Carolina Ministério, Salles-Coelho tocará duas músicas de Chiquinha Gonzaga, na flauta, acompanhado da violonista Tauini Mauê. Para participar, é necessário retirar ingressos na Sympla, gratuitamente.

Maestrina, compositora e instrumentista, Chiquinha Gonzaga é conhecida por seu espírito pioneiro. Ela foi uma das principais responsáveis por transformar a produção musical brasileira, que passou a ter expressões muito próprias, dando origem ao que hoje conhecemos como Música Popular Brasileira (MPB).

Além disso, revelou-se figura importante na emancipação das mulheres na virada do século XIX para o XX. Chiquinha Gonzaga também foi a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. E era tida como transgressora, justamente, por tocar em público.

Parte dessa trajetória, das histórias pessoais aos feitos artísticos, será contada pela educadora Ana Carolina Ministério, sempre com a devida contextualização na cidade do Rio de Janeiro. “A história de Chiquinha Gonzaga é um aspecto de nossa cultura que deve ser sempre lembrado. A partir dela, conseguimos diferenciar a música feita no Brasil daquela vinda da Europa, com destaque para o choro, as músicas de Carnaval e as marchas”, explica.

O convidado André Salles-Coelho mostrará os princípios do choro e as contribuições de Chiquinha Gonzaga para tal expressão artística, que, hoje, são importantes referências para o trabalho desenvolvido pelo músico. “Chiquinha teve importância fundamental para a música brasileira, e ajudou a firmar vários gêneros musicais. Tenho um grupo de choro há mais de dez anos, e sua obra



DIVULGAÇÃO

sempre está em nosso repertório”, ressalta.

André Salles-Coelho é flautista, compositor, fotógrafo, escritor e professor. Formado em comunicação social, com habilitação em jornalismo, pela PUC Minas, é mestre em arte e tecnologia da imagem pela Escola de Belas Artes da UFMG. Também estudou na Escola de Música da UFMG. Pela editora Dimensão, publicou o livro “O menino lê”.

O “Encontros com Patrimônio Chiquinha Gonzaga: memórias de eternos carna-

vais” é realizado pela Casa Fiat de Cultura, com apoio do Ministério do Turismo, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, Patrocínio da Stellantis e do Banco Safra, copatrocínio da Expresso Nepomuceno, da Sada e do Banco Fidis. O evento tem apoio institucional do Circuito Liberdade, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico (Iepha), do governo de Minas e do governo federal, além do apoio cultural do Programa Amigos da Casa, da Brose do Brasil e da Brembo.



www.facebook.com/DiarioDoComercio



www.twitter.com/diario_comercio



dcmais@diariodocomercio.com.br



Telefone: (31) 3469-2067